

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. II

Novembro, 1944

N.º 5

## SUMARIO

	PÁGS.
Editorial .....	177
Discurso pronunciado pelo Ministro GUSTAVO CAPANEMA na solenidade de inauguração da <i>Escola Técnica Nacional</i> .....	179
<i>idéias e debates</i>	
Lourenço Filho. A Margem dos "Pareceres" de Rui sobre o ensino....	183
John L. CHILDS, Democracia e método educacional .....	206
Rui GUIMARÃES DE ALMEIDA. A política de educação de Alberto Torres..	212
Germano JARDIM. A coleta da estatística educacional.....	221
(MILTON HA SILVA RODRIGUES. A Faculdade de Educação da Universidade de Harvard .....	231
PAULO ARBOUSSE-BASTIPE. A disciplina na escola secundária .....	237
A educação na China .....	245
<i>Documentação</i>	
Uma investigação sobre jornais e revistas infantis. ....	255
XX Aniversário da Associação Brasileira de Educação.....	276
Bibliografia pedagógica brasileira (1943).....	287
<i>educacional</i>	
A educação brasileira no mês de agosto.....	295
Informação do país .....	304
4	
Informação do estrangeiro.....	305

	PÁGS
BIBLIOGRAFIA: <i>Paulo Arbousse-Bastide</i> , Formando o homem; <i>Alceu Amoroso Lima</i> , Humanismo pedagógico .....	307
ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: <i>Emílio Willems</i> , As possibilidades de intervenção educativa nas culturas sertanejas; Democratização do ensino; <i>Antônio d'Avila</i> , Jornalismo escolar; A Universidade Rural; <i>O. Campofiorito</i> , O desenho nas artes.....	312
<i>Atos oficiais</i>	
LEGISLAÇÃO FEDERAL: Decreto-lei n.º 6.890, de 21-9-944; Decreto-lei número 6.896, de 23-9-944; Decreto-lei n.º 6.897, de 23-9-944; Circular n.º 6, de 20-9-944, da Divisão do Ensino Secundário; Portaria n.º 899, de 25-8-944, do Presidente do D. A .S. P. ; Instruções para o concurso de Técnico de Educação.....	319
ATOS DO DISTRITO FEDERAL : Resolução n.º 8, de 22-8-944, da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal....	313

## EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

*Por muito tempo estiveram os planos da educação nacional apartados das realidades da vida econômica. Ainda para os mais apaixonados estudiosos, as questões de organização cultural no país pareciam resumir-se na alfabetização das massas e na formação de um escol de graduados pelo ensino superior. Sem dúvida, a esses dois grandes aspectos deve ser dada a maior atenção. Mas, entre a educação primária, a desejar-se amplamente disseminada, e a cultura universitária, a ser mantida un mais alto nível, o desenvolvimento do ensino de segundo grau desde muito se requeria. De uma parte, por ele c que se prepara a mentalidade média do país; de outra, é nele também que se localizam as numerosas modalidades de formação da juventude para o trabalho. De uma ou outra forma, cabe-lhe a função social de reconhecimento de aptidões e capacidades, e a de sua proveitosa distribuição, no sentido de menos imperfeito ajustamento dos indivíduos c maior bem-estar da colctizndadc. Não é possível manter organização de vida verdadeiramente democrática sem desenvolvimento dêsse grau de ensino, isto é, sem a oferta de maior igualdade de oportunidades aos jovens. Neste momento, esforçam-se muitos países — mau grado as contingências da guerra, ou por elas mesmas tangidos — em reorganizar seus sistemas educacionais a fim de que esse resultado possa ser obtido cm curto prazo. Entre o ensino secundário comum, daútc quase privilégio de uma classe, c os di mais ramos de segundo grau, com endereço diretamente profissional, procura-se abolir barreiras, estabelecendo-se a con-Jeniente articulação entre os mais variados cursos. A legislação brasileira adiantou-se às de muitos outros países, neste particular. As leis orgânicas do ensino secundário, comercial e industrial, mais que simples remodelação de cursor e programas, representam, na verdade, notável conquista, havendo fixado princípios que a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas não hesitou cm consagrar, em diversas resoluções, como desejáveis para todos os países do continente. E, o que mais importa, c que essa iniciativa não veio apresentar violenta mudança,*

ou imposição contrária às tendências reveladas pelo movimento escolar do país. À mais simples inspeção dos números, observa-se que o ensino médio brasileiro tem apresentado, nos últimos quatorze anos, desenvolvimento sem par, quer pelo aumento do número de estabelecimentos e matrícula, quer pelo da variedade de cursos. De escassos duzentos mil estudantes, em 1932, passaram as várias modalidades de ensino médio (secundário, comercial, industrial, doméstico, normal e artístico) a contar, já em 1942, inscrição de meio milhão de alunos. A articulação do primeiro ciclo do ensino secundário, ou ginásio, com os de formação técnica no ensino comercial e industrial, e, também, a possibilidade de acesso por estes últimos à Universidade, veio imprimir, enfim, ao ensino brasileiro o caráter de um vasto plano de educação para o trabalho. Nele se cuida da formação técnica, mas também da cultura geral, com respeito à personalidade dos alunos, aos seus desejos, preferências e possibilidades. Instaurado há pouco, certo é que não apresenta ainda a grande expansão que deverá ter por todo o território nacional. O que já se pôde obter, no entanto, em menos de dois anos, sobretudo nos ramos do ensino industrial, foi claramente salientado no discurso que, por ocasião da inauguração da Escola Técnica Nacional, aí pronunciou o Ministro Gustavo Capanema: são as escolas de artesanato, são os cursos de aprendizagem, as escolas industriais e técnicas, todas agindo para a mesma e alta finalidade, que é a de prover às realidades da vida econômica do país, e de elevá-la, na eficiência da produção e na utilização máxima do trabalhador. A estes pontos tem visado, aliás, o programa de governo do Presidente Getúlio Vargas, como muito bem salientou ainda o Ministro da Educação, em seu discurso, e que adiante vai reproduzido. A educação para o trabalho é imperativo das atuais condições de vida nacional, em rápida transformação econômica; e ela o será, sem dúvida, por toda parte, ao mundo de após-guerra.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO MINISTRO GUSTAVO  
CAPANEMA NA SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DA ESCOLA  
TÉCNICA NACIONAL. A 7 DE OUTUBRO DE 1944

'Sr. Presidente:

Os traços mais fortes de sua ação governativa são a pluralidade e a magnitude. V. Ex.<sup>a</sup> não pôs de lado nenhum problema. E para todos o seu olhar foi pleno, demorado e minudente. Solução difícil não intimidou, penosa jornada não esmoreceu o seu sereno e firme passo. Tão corajosa empresa, referia de magnas iniciativas e realizações, deu ao país uma vida nova e lhe comunicou a força e o ritmo das nações que dirigem o mundo e a sua história.

No terreno da educação, encontramos essa marca pluralista, essa ampla atitude nas idéias e empreendimentos.

V. Ex.<sup>a</sup> viu que era preciso reorganizar as categorias tradicionais do ensino, imprimir ao sistema encontrado um sentido vital; viu mais que era forçoso criar e organizar novos ordenamentos, estruturar e fazer funcionar novas realidades pedagógicas, antes desconhecidas ou tratadas de modo esporádico e inseguro.

O ensino industrial era dos menos férteis terrenos de nossa vida escolar. É certo que escolas havia, antigas e novas, em vários pontos do país. A obra de Nilo Peçanha e as criações de alguns governos estaduais não podem ser esquecidas.

Faltava, porém, o sistema: ao ensino industrial nunca se deu plano, nem ordem, nem diretriz. Faltava o número: a rede escolar, falha e reduzida, não crescia de acordo com as exigências da indústria. Faltava o teor: o ensino, no maior número dos casos, não buscava o sentido da vida, funcionava sem comunicação com as múltiplas exigências do trabalho, a que devia corresponder.

V. Ex.<sup>a</sup> entrou a realizar, neste setor do problema educacional, uma obra que se caracteriza pelo método e pelo vigor. A matéria foi consi-

derada sob todos os aspectos. E a tudo se procurou dar a mais segura solução.

Al está, por um lado, a legislação do ensino industrial. A lei orgânica inicial, decretada em 1942, e os textos complementares que vão sendo expedidos fixaram e vão tornando mais precisas as linhas de um sistema pedagógico completo, contendo a estrutura e o regime do ensino industrial de todas as modalidades. Poucos países terão hoje, nesse ramo do ensino, tão ampla e moderna organização.

Por outro lado, buscou-se dar desenvolvimento à rede escolar.

Prevê a legislação duas categorias de escolas.

A primeira é formada pelas escolas técnicas, escolas industriais e escolas artesanais, destinadas a alunos que, submetidos a horário completo, tenham todo o seu tempo consagrado somente à vida escolar.

Algumas informações, referentes apenas às escolas técnicas e escolas industriais, bastarão a dar idéia do vulto da obra empreendida no sentido de ampliar a rede escolar.

Significativos são os empreendimentos do Governo Federal.

Já foram construídas, nestes últimos anos, seis grandes escolas técnicas: a Escola Técnica Nacional, que hoje V. Ex.<sup>a</sup> inaugura, e as congêneres, do mesmo tipo, de Manaus, de São Luís, de Vitória, de Goiânia e de Pelotas. Cerca de cinquenta e três milhões de cruzeiros foram aplicados nesse empreendimento, cifra que bem pode mostrar a amplitude e o valor dos seis novos estabelecimentos agora concluídos.

Dá-se início à construção da Escola Técnica de Belo Horizonte, está concluído o projeto da Escola Técnica de São Paulo, projetos de novas escolas se estudam.

Fazem-se obras de remodelação e ampliação nas escolas industriais e escolas técnicas federais, existentes em outros pontos do país.

Vai, assim, o Governo Federal montando, por forma modelar, a rede federal de escolas técnicas e escolas industriais, rede que ora é constituída por vinte e quatro Unidades escolares.

De outra parte, a ação administrativa estadual e a iniciativa particular procuram aqui e ali criar novos estabelecimentos ou remodelar os antigos. Obedecendo às exigências da legislação nova, estabelecimentos de ensino industria] da Prefeitura do Distrito Federal e de vários Es-

tados, assim como várias escolas particulares obtiveram equiparação e reconhecimento.

E, por esta forma, dezesseis escolas técnicas e vinte e sete escolas industriais equiparadas e reconhecidas já vieram, nestes últimos três anos, formar, com as escolas federais, uma rede nacional de sessenta e sete estabelecimentos de ensino industrial, freqüentados, no corrente ano, por mais de quinze mil alunos.

A segunda categoria de estabelecimentos de ensino industrial é formada pelas escolas de aprendizagem, freqüentadas pelos trabalhadores menores dos estabelecimentos industriais. Essas escolas se caracterizam por serem de horário reduzido, uma vez que somente uma parte do tempo dos alunos é reservada ao trabalho propriamente pedagógico, destinando-se a outra parte ao trabalho próprio do operário.

Farei especial e rápida menção da obra do Governo Federal com relação às escolas de aprendizagem.

Para organizar e manter o seu sistema, a legislação do ensino industrial criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cuja obra, realizada em pouco mais de dois anos, se traduz nestas cifras: cinquenta e quatro escolas de aprendizagem já foram instaladas em vários ífentos do país, com a matrícula, neste ano, de quase sete mil aprendizes e outros trabalhadores menores, e ainda de mais de seis mil trabalhadores adultos.

Enfim, tamanho esforço para o desenvolvimento da rede escolar é acompanhado de iniciativas asi mais diversas e adequadas no sentido de dar ao ensino industrial do país método e clareza, flexível estrutura e funcionamento ativo, em correspondência com a forma, o sentido e o vigor do trabalho nos estabelecimentos industriais.

Para cooperar nessa obra de elevação da qualidade, a maior e a mais urgente necessidade está em formar um grande quadro de bons professores, tarefa para a qual contamos com a cooperação não somente de dedicados e eficientes mestres nacionais, mas ainda de uma valiosa equipe de professores e técnicos suíços o norte-americanos, ora contratados pelo Governo Federal.

Sr. Presidente:

Ponto cardial do programa político de V. Ex.<sup>a</sup> é fazer do nosso país uma grande potência econômica. V. Ex.<sup>a</sup>, espiritualista experiente

que é, sabe que sem economia organizada não há cultura, não há poder, não há ordem nem liberdade, não há prestígio nacional nem bem-estar dos cidadãos. Para cumprir esse programa, não opera V. Ex.<sup>a</sup> à maneira dos empiristas e dos demagogos.

Homem de estado de alta envergadura, V. Ex.<sup>a</sup> assenta os seus projetos, não na infiel areia das improvisações e dos artificios, mas na rocha da razão, da ciência e da técnica.

Como o ensino industrial tem de ser base essencial dessa obra. para ele tem V. Ex.<sup>a</sup> constante atenção e especial vigilância.

O trabalho empreendido, e já agora em tão seguro rumo e com tão valiosas realizações, há de prosseguir e crescer. Nele encontrarão os pósteros grande motivo para celebrar o seu nome e a sua glória."



## À MARGEM DOS "PARECERES" DE RUI SOBRE O ENSINO (\*)

LOURENÇO FILHO

Un Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Decreto-lei de setembro de 1941 determina que pelo Ministério da Educação sejam publicadas as obras completas de Rui Barbosa (1). Não retardou o Ministério a execução da enorme tarefa. Em dezembro do ano seguinte, concluiu a Imprensa Nacional a impressão do primeiro volume o qual, desde logo se diga, faz honra à direção desta Casa, a que se confiou a publicação. Quer pelo aspecto gráfico, tão nobre: quer pela revisão tão desvelada; quer ainda pelo substancial prefácio, de autoria do Professor Tibério Moreira, o livro se apresenta, como todos o haveríamos de desejar, prenunciando o que deverá ser um dia a opulenta coleção: não apenas o repositório ordenado do imenso patrimônio de saber e de civismo, que é a obra de Rui, mas, assim também, pela leitura, alguma coisa que, à mais simples inspeção, possa sugerir ao leitor aquela irresistível tendência estética, o senso da ordem e da disciplina, da nitidez de pensamento e clareza de linguagem, apanágios todos do

espírito, de onde dia e dia brotou.

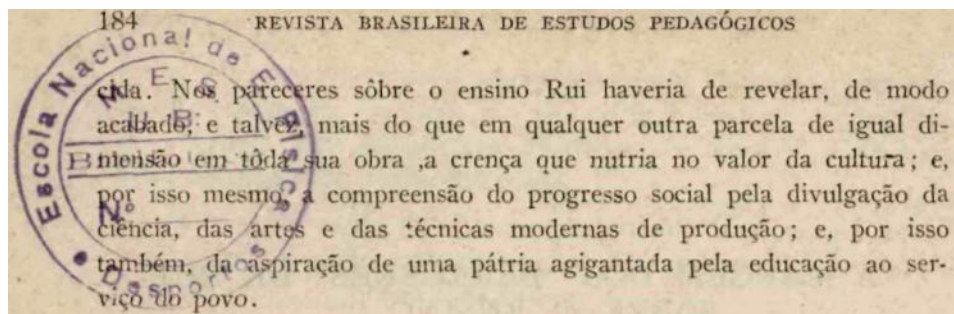
O livro, que assim dá origem à série, corresponde à parte do volume, no qual, segundo a ordem cronológica de apresentação da matéria, se deverá abrigar a produção de Rui no ano de 1882. Tal produção compreende dois pareceres, por ele oferecidos à Câmara dos Deputados, no mesmo ano, como relator que era da Comissão de Instrução Pública.

E por que haveria de começar a publicação por aí? Intenção deliberada ou acaso feliz? . . .

De um ou de outro modo, a força simbólica do conteúdo não pode ser esquecida. Nos pareceres sobre o ensino Rui haveria de revelar, de modo

(\*) Conferência proferida na "Casa de Rui Barbosa", em 18-2-943.

(1) Decreto-lei n.º 5.669, de 30-9-41.



Representam eles, antes de tudo, magistral tratado de pedagogia, das obras de conjunto mais amplas, mais documentadas, mais completas do gênero, que ao tempo em qualquer idioma se tenham escrito; corpo-rificam lodo um plano político, de fomento da economia, de fundamentação da ordem interna e de segurança externa pela obra da escola. Contém, e não haverá negado, dos mais belos exemplos de linguagem, muito embora não haja neles ainda o escritor atingido àquela perfeição, que deveria imprimir mais tarde, a imprecíveis documentos da lingua portuguesa. II, em tudo isso, e com tudo isso, porque aí encontravam a base mesma da construção, os pareceres representam algo ainda de mais valioso, alguma coisa de mais sugestivo e empolgante, porque, na verdade, algo de universal e eterno. Essa alguma coisa, de onde isso tudo dimana, que a tudo isso ilumina, que a tudo isso aquece, com os acentos de convicção, que jamais deveria desaparecer, na vida de Rui, é a profunda fé no valor do espírito humano; na capacidade de engenho de cada homem era criar, experimentar e corrigir; no exercício da liberdade a que essa criação e experimentação, sempre renovadas, possam conduzir.

É certo que, à medida do tempo, as doutrinas pedagógicas variam : as concepções políticas se reformam; e as regras e o gosto da própria linguagem se transmudam. Tratado de ensino, plano político, exemplário de boa linguagem — os pareceres podem valer menos hoje que ontem. Mas, no que nunca deperecerão, será naquele largo sentido humano de liberdade e, por isso — não tenhamos medo da expressão — em seu amplo sentido filosófico.

Bem sabemos que, depois da observação mordaz de Capistrano, tornou-se comum afirmar que Rui não tinha cultura filosófica. Ou pelo menos que, para êle, os domínios da filosofia se continham nas lindes da lógica e da dialética. Um sofista, talvez, no melhor sentido da palavra. O grande historiador (que Deus o perdoe) teria por demasiado restringido o sentido da expressão. Nem teria sido possível a Rui, como a qualquer, erigir todo um sistema pedagógico coerente

— e êle existe, nos pareceres, como havemos de mostrar •— sem que lhe trabalhasse o espírito toda uma acabada concepção filosófica.

É, precisamente, esse sentido da obra pedagógica de Rui que, no plano de publicação, como volume inicial, dá valor simbólico à reedição. ]É é precisamente o apelo que esses trabalhos representaram e ainda hoje representam, que aqui, por certo, nos reúne. Nunca o ponto de origem dessa mesma filosofia — a fé no espírito humano e na sua liberdade, e o aumento do poder dessa liberdade, pela cultura, para o fim da solidariedade social — estiveram tanto ameaçados quanto o estão no mundo de hoje. Nunca, portanto, mais oportuno o exame e a meditação de obras deste gênero.

Passam as doutrinas da educação, variam os sistemas políticos, floresce ou decai a linguagem, mas assim o fazem ainda em função daquela mesma torça — a da crença no respeito à personalidade humana. Porque essa crença pode enfraquecer, momentaneamente, mas não perece nunca. Porque nela é que encontra o homem, na sua fraqueza, razões de força; nas suas dúvidas, razões que Ine iluminem o destino; e nas horas de sangue e de angústia, como as em que ora vive a humanidade, razões para a luta e o sacrificio.

A Associação Brasileira de Educação quis saudar o aparecimento do primeiro tomo das obras completas, pedindo-nos trouxéssemos a sua calorosa mensagem de aplausos ao Excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas v ao ilustre Ministro Gustavo Capanema, a quem o país fica a dfer mais este grande serviço no sentido da preservação e da divulgação do patrimônio cultural brasileiro. A esta Casa, na pessoa de seu ilustrado diretor, traz a A. B. E. por igual as suas congratulações efusivas, e os seus agradecimentos pelo agasalhado que agora proporciona à leitura destes singelos comentários.

#### RUI AO TEMPO DOS PARECERES.

Comentários, sim, simples notas à margem dos pareceres de Rui. Não é possível, no prazo que a uma palestra recomenda a prudência, resumir toda a portentosa obra, situá-la no tempo, localizá-la na demais e vastíssima produção do autor, ou discuti-la de modo completo.

E, no entanto, à época dos pareceres, Rui contava pouco mais de trinta e dois anos de idade. Jovem deputado pela Bahia, só então começava a ser alvo de notoriedade por seus trabalhos na Câmara. Recorde-se que. apenas em 1870. havia concluído os estudos de direito. Depois de

alguns anos de atividade, na advocacia e no jornalismo, ainda na Bahia, segue em breve viagem a França, à procura de melhora de saúde. Viaja em companhia de Rodolfo Dantas com quem trabalhava no *Diário da Bahia*. De volta, é obrigado a férias, ainda por enfermidade; faz, depois, breve experiência de advocacia e jornalismo, no Rio.- Contrai matrimônio, por essa época. Em 1876, regressa à província natal para reassumir a atividade jornalística e forense. No ano seguinte, publica a tradução do estudo "( ) Papa e o Concílio", famosa pela introdução que lhe juntou. Em 18/8, é eleito deputado à assembléia provincial. Vem, no ano seguinte, ocupar uma cadeira da Câmara do país, pelo partido liberal. Em breve adquire a fama de orador, sobretudo, com o discurso pela legitimidade da subida dos liberais ao poder, que durou quatro horas; com a célebre discussão, travada com Silveira Martiins, a propósito da moção, por este apresentada contra o ministério; e ainda, com a decisiva atuação na reforma eleitoral, experimentada sem êxito por Si-nimbú, ■ agora, em 1880, de novo tentada por Saraiva. O projeto da reforma aprovado, afinal, em janeiro do ano seguinte havia sido elaborado pelo jovem deputado,

Mau grado a cisão dos liberais na Bahia, Rui é reeleito, por pequena diferença de votos. Antes de abertas as Câmaras. Saraiva transmite o governo a Martinho Campos, do mesmo partido. No gabinete, passa a figurar Rodolfo Dantas, companheiro e amigo nos estudos, no jornalismo e na política, Como diz um de seus biógrafos, o Dr. Luís Viana Filho, em seu recente e tão discutido livro, Rui "começou a arquitetar planos de ação. Seria a oportunidade para realizar algumas idéias sobre instrução pública e que incutidas por João Barbosa, estavam incorporadas aos seus ideais de adolescência" (2).

A observação parece de todo o ponto justa. íi conhecido o cuidado paterno na educação de Rui e, mais do que isso, o interesse de João Barbosa pelos problemas gerais da educação. Esse interesse levava-o a discutir os novos processos de ensino com Abílio Borges, diretor do Ginásio Baiano, onde havia matriculado o filho; e havia de levá-lo, mais tarde, ao cargo de diretor de estudos na Bahia. Natural seria que, à medida que Rui aumentasse em anos, servissem esses problemas de tema a conversas freqüentes.

De outra parte, pobre, enfermo tendo lutado só, devia agora Rui refletir sobre as possibilidades que lhe haveria de ter dado uma educação bem dirigida. O estudo lhe vinha sendo, por toda a vida, a expli-

(2) *Viagem de Rui Barbosa*, pág. 78.

caça»<sup>1</sup> das viúvas que conseguia; a palavra fácil e a pena de morte, as suas anuas.

E não seria tudo. Lançado à vida pública, Rui deveria ter sentido por toda a parte as deficiências de cultura do país e, nessas deficiências, encontrava a raiz dos males da vida da República. Despertada a tendência política, seria justo que colocasse os problemas do ensino entre os de maior importância na vida nacional. No prefácio do livro agora publicado, o Prof. THIEKS MOREIRA destaca, com propriedade, um expressivo trecho da carta que Rui escreveu em abril de 1881, ao Dr. Antônio Jacobina, a qual figura no volume publicado por Américo Lacom-

in *Í.U. Í.Í.:*

( ) trecho é o seguinte: "Depois da reforma eleitoral, a que atribuo a importância de uma verdadeira revolução entre nós, e a par da reforma do ensino público, que espero será obra do primeiro parlamento reformado, a volta ao ensino é o mais imperioso e o mais próximo problema dentre os que envolvem os destinos de nossa pátria".

Nota-se aí uma graduação: a reforma eleitoral, em primeiro lugar; o ensino, a par da reforma monetária. Ao lidar, porém, mais de perto com a matéria, como evidencia o texto dos pareceres. Rui haveria de

- muitas vezes, a primazia às coisas da educação.

"A influência da instrução geral sobre os interesses econômicos — diz ele — sobre a situação financeira e, até, em grau pasmoso, sobre a preponderância internacional e a grandeza militar dos Estados, é, sentidamente, uma dessas verdades de evidência excepcional que a história contemporânea atesta com exemplos admiráveis e terríveis lições. E, mais explícito ainda: "A nossa verdadeira chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta. e si) esta: a ignorância popular, mãe da miséria e da miséria. Mis é a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação; eis o formidável inimigo, intestado, que se asila nas entranhas do país. Para o vencer, releva instaurarmos o grande

Í)viço de "defesa nacional contra a ignorância", serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo intransigentemente à tibieza dos nossos Governos o cumprimento de seu supremo dever para com a pátria. Pertencendo ao Continente americano, temos tido até hoje a desdita de acharmo-nos inteiramente fora do ambiente de idéias que tem sido o segredo da preservação e da grandeza da República do norte (os Estados Unidos) cuja civilização deslum-

Rui BAKBOSA, *Mocidade e exílio* (Cartas inéditas) prefaciadas e anotadas por Américo Lacombe, São Paulo, 193-1. pág. 128.

bra o inundo. Os patriarcas, os pais (*the jathers*) da independência americana como lhes chama o reconhecimento filial do povo, tinham a mais nítida intuição de que a cultura da alma humana é o primeiro elemento, não só moral, como *econômico e político*, da vida de um Estado".

E, logo a seguir: "A educação geral do povo enquanto a nós, é, exatamente na mais literal acepção da palavra, o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a maior de todas as forças produtoras". E, ainda, citando o economista inglês JOHN BRIGHT: "Afirmo que, se, estabelecendo por todo o país um sistema geral de instrução primária, comunicássemos ao povo a faculdade de ler e pensar, teríamos lançado o amplo e grande fundamento do qual decorreria quase tudo o mais que nos é preciso".

Nestes últimos trechos, Rui descobre também um dos elementos de sua formação, que haveriam de inclinar-lhe o espírito para as coisas da educação. Referimo-nos à influência dos autores ingleses, claramente reconhecida mais tarde no belo artigo *As minhas conversões*, que figura em *Cartas de Inglaterra*. E essa influência haveria de lhe comunicar não só o interesse mas a direção mesma de certas idéias, substanciai\* nos estudos que ao tempo empreendeu.

Não lhe faltava a observação do movimento da vida internacional e, ainda aí, não lhe escapava também a importância que o desenvolvimento da instrução pública vinha assumindo nos países da Europa e da América. A época era a da afirmação dos Estados de base nacional como o século precedente fora de Estados de base dinástica. Esse movimento, a que se mesclava a idéia religiosa, no exemplo dos Estados Unidos, (e que a Rui tanto impressionara) só poderia ter êxito cabal pela educação extensa do povo.

No movimento referido juntava-se, como consequência de expressão social, a reforma política de sentido liberal, que o mundo via processar-se como condição necessária para as transformações culturais e econômicas da era industrial que se prenunciava. Ao complexo sentimental, que em Rui se teria formado, pelas condições de sua educação, sobretudo pela atuação paterna, e a que haveria de dar novas forças à meditação dos fatos de sua própria vida, juntava-se agora a compreensão dos acontecimentos na vida e na prosperidade das nações.

Dando unidade e forma a essas influências, outra, mais geral, porque de ordem filosófica, a tudo presidia. Era a compreensão do relevante papel que a ciência e a técnica haveriam de assumir na vida futura de todos os povos.

"O Estado — diz ao encerrar o capítulo III do parecer sobre o ensino primário — tem deveres para com a ciência. Cabe-lhe, na propagação dela, um papel de primeira ordem; já porque, do desenvolvimento da ciência depende o futuro da Nação...".

E, no capítulo III do parecer sobre o ensino secundário e superior: "Todo o futuro da nossa espécie, todo o governo das sociedades, toda a prosperidade moral e material das nações dependem da ciência, como a vida do homem depende do ar. Ora, a ciência é toda observação, toda exatidão, toda verificação experimental. Perceber os fenômenos, discernir as relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades, e induzir as leis, eis a ciência; eis, portanto, o alvo que a educação deve ter em mira".

E, depois de considerações sobre a importância da produção industrial na vida das nações: "Se o Brasil é um país essencialmente agrícola pi ir isso mesmo cumpre que seja um país ativamente industrial"... "Convém prosperar a agricultura: mas importa, não menos, emancipá-la dessa situação de tributária forçada à indústria estrangeira".

Num relance, eis aí as grandes forças que lhe deviam trabalhar o espírito e animar-lhe o ardor patriótico. Eleito para a Comissão de Instrução Pública, em substituição a Franklin Dória (nomeado este, que foi, em junho de 1880, Governador da província de Pernambuco) Rui iria encontrar oportunidade para a exposição e defesa dessas idéias.

#### CICNESE DOS PARECERES

Já no momento de sua escolha para a Comissão a oportunidade estava • aberta. Em 19 de abril de 1879, baixara o Governo o Decreto de número 7.247, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte, e o superior em todo o país. O gabinete de então, também ao partido liberal, presidido por Sinimbu, tinha na pasta do Império, a que competiam os negócios da instrução, o Professor Carlos Leôncio de Carvalho. O decreto fora enviado ao Parlamento não para discussão de toda a matéria, mas apenas para autorização das despesas acrescidas, em novos serviços que criava, e exame de alguns dispositivos, que exigiam o voto do Parlamento.

Não deixa dúvidas, a esse respeito, o prólogo do decreto imperial. Não deixa dúvidas, também, o que preceitua o art. 28 do mesmo decreto, que recomendava fosse êle posto provisoriamente em execução. E que assim se deu. não deixa dúvidas, por igual, o relatório do Ministro

do Império referente ao ano de 1880, no qual se dá conta dos dispositivos postos em execução.

Diante dessa situação, parece certo que, à Câmara, poderia caber duas atitudes: a que levantasse a preliminar da incompetência do Poder Executivo para legislar na matéria, como em muitos pódios o fizera e, nesse caso, rejeitar o decreto; ou, admitida a legislação proposta, examinar-lhe os dispositivos que acrescessem despesas para julgar da conveniência, ou não, dessas alterações, e autorizar, em consequência, no todo ou em parte, os créditos necessários.

Ainda na primeira hipótese, se a Comissão entendesse de resolver o problema de outra forma, caber-lhe-ia apresentar, não já um substitutivo, mas projeto inteiramente novo. Em qualquer caso, o que parece certo é que, em face de um decreto imperial, só caberia à Comissão manifestar-se por um único e só parecer.

One aconteceu, porém?... Em sessão de 13 de abril de 1882, a Comissão apresenta parecer subscrito pelos deputados Rui Barbosa, relator; Ulisses Viana e Bonfim Spínola, sobre uma parte do decreto imperial. Cinco meses depois, isto é, a 12 de setembro, apresenta novo parecer, sobre outras partes do decreto — trabalho de maior tomo, pois viria a ocupar 77 páginas dos *Anais*, além de um apêndice.

Tra/ a epígrafe *Reforma do ensino primário è várias instituições complementares da instrução pública*, e vem assinado pelos membros da Comissão, Rui Barbosa, relator; T. B. Spíridòla (erro tipográfico evidente, pois na folha de rosto vem Spínola), e Ulisses Viana. Este último ao assinar observa: "Com restrições, que reduzirei a emenda, e justificarei na tribuna".

Xão se encontra agora, no frontispício da publicação, feita em separata, em 1883, nem mesmo logo na introdução do trabalho, qualquer referência especial ao decreto de 1879. E breves comentários aos seus dispositivos só aparecem, uma ou outra vez, depois de mais de uma centena de páginas. Na verdade, o trabalho seria menos um parecer, que longo relatório justificativo de novo projeto.

Por que se apresentaram dois pareceres, quando, segundo a boa técnica, só caberia um?... Pelo que se depreende do que escreveu Rui, nos parágrafos com que abre o primeiro trabalho, era realmente <le sua intenção oferecer apenas um parecer, desenvolvido, embora, em diferentes seções. Seu desejo, como está expresso, não era que sÓbré o trabalho pudesse incidir erro fie técnica. Mas a falha existiu, fosse por descuido da secretaria da Câmara, fosse da própria Comissão.



Chega-se a ter a impressão, à vista da ordem da matéria tal como aparece no decreto imperial, e a ordem do 2.º parecer e ainda, à vista da data dos trabalhos citados, nas primeiras páginas, que o relator por êle deveria ter começado. Mais detido exame, no entanto, para logo nos leva a afastar a impressão. A parte geral do segundo parecer, e as referências nele constantes ao ensino secundário e superior, já tratados antes, como também o estudo da administração da educação e das despesas com o ensino, sempre em caráter geral, se redigidas estivessem por ocasião da apresentação da primeira parte do trabalho, desta, forçosamente, haveriam de constar.

O que, na verdade, parece explicar a divisão forçada da matéria, como também o prazo decorrido entre a apresentação de uma e de outra das partes, é que Rui quis documentar-se com o mais completo material, que pudesse obter, em países da Europa e da América. Ora, esse material não era encontrado no país. Seria preciso encomendá-lo e esperar. As constantes referências, que faz, sobre a premência de tempo para o preparo do relatório devem ser, pois, entendidas, não quanto à data de sua designação, como relator, pois que esta se dera como vimos, em junho de 1881; mas, sim, em relação às datas em que fosse recebendo do estrangeiro o material de estudo que julgara indispensável compulsar.

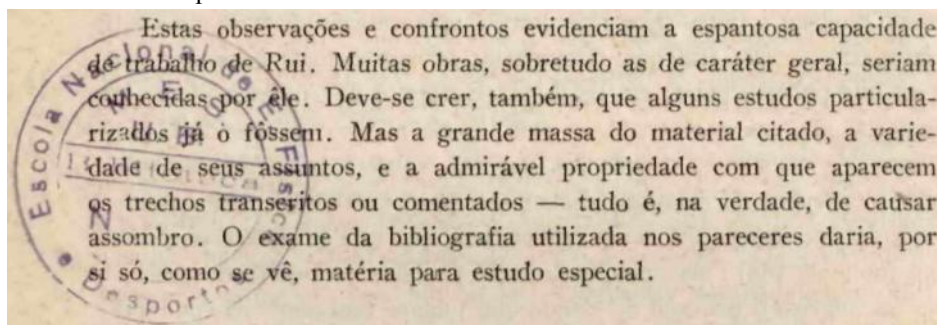
No parecer de abril, são citados 72 trabalhos especializados, ou diretamente relacionados com os assuntos pedagógicos, entre obras, relatórios e artigos. (Desses, 41 são em língua francesa; 22, em inglês; 5, em alemão; 2, em italiano, e 2, em português). Um só trabalho de 1881 e um só de 1882 são aí mencionados; do ano de 1880, são citados apenas 8; do ano de 1879, 17; do ano de 1878, 12. Todos os demais trazem data anterior.

No 2.º parecer, o de setembro, são citados 365 trabalhos, dos quais, 42 do próprio ano de 1882; (no 1.º parecer um se-, como vimos) ; 3\*3, do ano de 1881 (no 1.º parecer, um só); 67, no ano de 1880 (no 1.º parecer, apenas, 8). Todos os demais de data anterior, sendo que 66 sem data mencionada no texto.

Já aqui, os trabalhos citados da língua francesa superam os de língua inglesa: 179 e 129. Os de língua portuguesa sobem agora a 26, e 15 deles são relatórios, boletins ou memórias. Do alemão, aparecem cinco obras; do italiano, quatro; do espanhol, cinco. Duas obras são citadas, no texto do original, em latim: Trata-se do *Novum Organitum*, de BACON, e do *Libellus de instituendis pueris; magistratibus et seita-toribus civitatmn Gcrmaniae*, de LUTERO.

O acréscimo dos trabalhos em francês explica-se pela utilização de memórias apresentadas no Congresso Internacional de Ensino, reunido em Bruxelas, dois anos antes, e assim também, pelos relatórios de HIP-PEAU e BUISSON, dos primeiros estudos de educação comparada, que o mundo conheceu, e pela citação dos trabalhos parlamentares da reforma do ensino de 82, em França.

O paralelo feito demonstra que, ao redigir o primeiro relatório, não devia Rui dispor do material que teve para o segundo. E será curioso notar que, mesmo em relação a autores abundantemente citados no parecer de setembro, como HERBERT SPENCER, só uma citação, (e, ainda assim, de segunda mão) consta do parecer de abril.



A RKFOKMA LEÔNCIO DE CARVALHO

Não o iremos aqui tentar, no entanto. Antes, vejamos o que de essencial se apresentava na reforma Leônicio de Carvalho, que deu motivo aos pareceres.

E, para o compreendermos, vejamos ainda, em breves notas, qual a situação do ensino no país. A situação da administração pode ser assim resumida: o Governo Imperial mantinha estabelecimentos de instrução primária e secundária na Corte; as faculdades de direito de São Paulo e Recife, a de medicina, na Bahia; a de Minas, em Ouro Preto; de ensino médico, engenharia e belas-artes no Rio de Janeiro. O ensino primário, o secundário e o normal, nas províncias, estavam entregues aos respectivos Governos. Nas escolas primárias de todo o país, ao todo 15.561, a matrícula verificada no ano de 1878 havia sido de 175 mil alunos, apenas. No município da Corte, as escolas eram 211, sendo 95 públicas e 116 particulares; os alunos orçavam por 12 mil, dos quais apenas metade se achava no ensino público.

Admitia-se que a população do município neutro fosse de cerca de 400 mil habitantes, dos quais 70 mil escravos. O número de alunos,

portanto, não chegava a representar 5 % da população livre da Corte. Para todo o país, a população livre era de cerca de nove milhões, o que lo<sup>o</sup> mostra que o total dos alunos matriculados não representava 2 % da população. Relembre-se que o recenseamento de 1870 havia dado a taxa de 78 % de analfabetos, na população de idades superiores a quinze anos.

A situação, acabrunhadora e deprimente para o país, quando comparada a de outros países, não só da Europa, mas da América, pois a Argentina já apresentava mais de 5 % da população total nas escolas, era explicada, segundo muitos, pela falta de liberdade aos particulares para fundar e manter escolas. . .

Na bibliografia pedagógica dos anos anteriormente próximos, e ainda nas memórias do malgrado Congresso de Instrução de 1882, verifica-se que essa era, realmente, a idéia constante aos nossos políticos e educadores.

Diante dessa situação, o Ministro Leôncio de Carvalho, providenciou para expedição do Decreto n.º 7.247, em que a idéia central é a da liberdade do ensino. Diz o art. 1.º do decreto: "É completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte, e o superior em todo o Império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene".

No art. 2.º, estabelece a obrigatoriedade de freqüência às escolas primárias de 1.º grau, para todos os indivíduos, de um e outro sexo de sete a 14 anos de idade.

Regula, a seguir, as disciplinas de ensino das escolas primárias de 1.º e 2.º graus, com seis a dois anos respectivamente. Diz que serão fundados jardins de infância. Estabelece que o Governo Imperial poderá, tanto na Corte, como nas províncias, subvencionar escolas e contratar professores; auxiliar ou criar escolas normais e conceder as prerrogativas de que gozava o Imperial Colégio Pedro II; criar ou auxiliar nas províncias e na Corte, escolas profissionais, e escolas especiais ou de aprendizado; fundar ou auxiliar bibliotecas e museus pedagógicos. Traça, depois, o plano de estudo nas escolas normais.

Vários artigos são dedicados aos exames de preparatórios para matrícula nos cursos superiores. As mesas para esses exames seriam formadas por professores das escolas normais, ou por cidadãos habilitados, escolhidos de preferência entre os que exercessem o magistério oficial, e teriam fiscalização de delegados do Governo.

Criava o decreto seis lugares de inspetores de ensino, no município da Corte, para servirem como auxiliar do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária, e reorganizava o Conselho Diretor da Instrução.

Concedia, enfim, plena liberdade para o ensino superior; nas escolas oficiais sem obrigação de freqüência, qualquer estudante poderia habilitar-se, submetendo-se aos exames de cada serie, em que se dividisse o ensino. Ao mesmo tempo, permitia a associação de particulares para a fundação de cursos, onde se ensinasse as matérias de qualquer curso oficial de ensino superior, declarando-se textualmente: "O governo não intervirá na organização dessas associações". Mas logo acrescentava: "Às instituições deste gênero, que, funcionando regularmente por espaço de sete anos consecutivos, provarem que, pelo menos, quarenta alunos seus obtiveram o grau acadêmico do curso correspondente, poderá o Governo conceder o título de faculdade livre com todos os privilégios e garantias de que goza a faculdade ou escola oficial. Esta concessão ficará dependente de aprovação do Poder Legislativo".

Era essa, em resumo, a reforma que dava ensejo a Rui Barbosa para apresentação de seus pareceres.

#### APENAS PARECERES?...

"Pareceres" assim foram denominados os dois trabalhos.

Certo é, porém, que eles excedem do plano comum de tais documentos. Excederiam, hoje, no Parlamento de qualquer país, e excediam, na época, com maior razão.

Vale a pena reproduzir o trecho principal de um relatório típico da Comissão de Instrução Pública, anos antes. Por êle, poderemos ■ver o nível geral que à matéria se dava, o próprio estilo e a direção das idéias do tempo. Eis o trecho:

"Geralmente reconhecida, óbvia e inconcussa é a necessidade de •esparzir a instrução, e difundir a maior soma possível de conhecimentos por todas as classes da sociedade, que carecem desse pão de espírito, não menos que do pão material do corpo. Esta indeclinável necessidade, que é diferente conforme as classes... torna-se igual para todos no que respeita à instrução primária elementar, da qual ninguém pode prescindir ; porquanto o analfabeto é uma espécie de cego do espírito, que jaz nas trevas da ignorância em condição quase igual à dos irracionais, sujeito a seguir o erro, porque não conhece as sendas da verdade" etc. etc. E, mais adiante: "A observação e o estudo filosófico da vida dos

diferentes povos têm constantemente confirmado a sabedoria desses esforços, e justificado os meios que se empregam para alcançar o desejado fim. que produz os mais benéficos resultados de ordem, de moralidade e de progresso, por tal forma que se pode afirmar sem receio que na proporção em que aumenta o número das escolas diminui o das cadeias... A profilaxia mais eficaz dessa moléstia do espírito, que se revela na perversão das noções do justo e do moral, é, sem a menor dúvida a instrução; bem inspirado foi o autor do projeto, lembrando os meios de firmar-lhe as bases no ensino primário e secundário, que é a porta por onde se entra para o empório das luzes..."

E o trabalho prossegue, depois deste "empório das luzes", em considerações do mesmo gênero, atingindo, no total, página e meia dos anais.

Nos relatórios de Rui, tudo é diverso: a vastidão, com que os assuntos são encarados; a documentação, referente à educação no país e fora dele; a argumentação, sempre perfeita; a exposição de números, opiniões, resultados de recentes congressos, não raro a história de cada instituição escolar...

Pela indicação dos títulos dos capítulos não se permite supor a matéria que cada um deles condensa. Da análise, a que procedemos, sobre o texto dos dois pareceres, retiramos sem maior esforço 275 fichas, sobre igual número de assuntos, na maioria desenvolvidos como verbetes das melhores enciclopédias pedagógicas.

Aí se encontram: uma conceituação geral da educação; os seus princípios normativos, ou filosofia pedagógica; as bases-científicas da ação educativa, com indicações precisas sobre a biologia e a psicologia da criança; toda a técnica da educação pré-primária e primária e indicação substancial da técnica dos estudos secundários e superiores; notas u exemplos, segundo os mais adiantados modelos da época (os *quas-lcstes* de MARTIN) sobre a verificação do rendimento do ensino; os tipos fundamentais de ensino comum e de ensino especial, primário, secundário, profissional, superior; o estudo do pessoal docente, quanto à formação, carreira, condições de recrutamento e de aperfeiçoamento; os grandes problemas da organização escolar, do efetivo das classes, dos horários; os princípios gerais de didática, o material, os processos de ensino; a conceituação rigorosa do método; normas relativas às construções escolares, situação, arquitetura, higiene da visão; o mobiliário escolar; a educação física; a educação sanitária; a metodologia especial de cada disciplina — da linguagem, da matemática elementar, da geografia, da história, das ciências físicas ■€ naturais, do desenho, da

música; a metodologia dos jardins da infância, a que Rui preferia chamar "jardins de crianças"; a questão dos programas de ensino; da coeducação dos sexos; da educação religiosa; da educação moral; da educação econômica; da educação artística... De outra parte, a administração escolar, nos seus aspectos de direção geral, direção de escolas, e inspeção escolar; a questão das taxas escolares; a necessidade da estatística escolar; a necessidade da documentação no órgão que propunha criar com o título de Museu Pedagógico Nacional; a definição, enfim, de um plano nacional de educação, a que chamava "sistema nacional de ensino", e para cuja execução advogava se instituisse um Conselho Superior e um Ministério próprio. ..

Dos títulos estabelecidos, há poucos anos, para a classificação total dos assuntos pedagógicos, pelo *Bureau International d'Education*, de Genebra, só não se encontram tratados, nos pareceres, muito poucos, dentre os da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> divisão decimal. Não é isto espantoso?...

ii preciso não esquecer que Rui escrevia em 1882; que o fazia no Brasil, onde o interesse por estes estudos era ainda muito pequeno; que não havia por aqui órgãos de documentação e de estudo; que, afinal não tratava do assunto como especialista, mas na qualidade de parlamentar.

#### OS DIFERENTES ASPECTOS DA OBRA

Para análise completa dos pareceres, deveríamos considerar neles Os diferentes aspectos em que se pode dividir o domínio dos estudos pedagógicos : o de uma filosofia da educação; o de uma política da educação ; o dos planos de organização escolar; o da técnica mesma do ensino; o da educação comparada; o dos estudos da estatística escolar — todos aí abordados.

Sem pretender analisar cada ponto de modo completo, façamos referência a alguns deles.

Quanto à intenção geral, prepondera nos pareceres o aspecto político; pela massa das informações, avulta o estudioso da educação comparada ; pela intenção prática, destaca-se o propagandista das novas formas didáticas. O organizador escolar não é esquecido; mas este pode ser mais claramente estudado nos projetos substitutivos.

A intenção política ou de reforma social parece-nos a dominante-A educação é apresentada como instrumento para os grandes planos de revigoração das instituições liberais, pelas quais o deputado propugna.

"Não nos cansemos de fundar e manter escolas gratuitas, diz Rui, citando um autor americano. Quando não, bem depressa chegaremos ao aviltamento do direito do sufrágio e, por conseguinte, ao aniquilamento desse direito". Mas a política que sustenta só será possível, com plena expansão, em país de produção organizada, de ordem estável, de defesa liem estabelecida, e assim julgada no Continente e no mundo. De mún isso é ainda a instrução do povo o melhor sustentáculo.

Essa tão ampla visão social do processo educativo evitou aceitasse o autor dos pareceres o receituário comum dos expedientes isolados. Niin prega Rui Barbosa, com efeito, nenhuma idéia salvadora com exclusividade — a da liberdade do ensino, que era o centro da reforma Leôncio de Carvalho; a da alfabetização das massas; a da formação das elites, nas universidades; a da instrução técnica, de preferência a outras modalidades.

Não. O que êle deseja, no grande plano que traçou, é que tudo se faça, com harmonia e equilíbrio. Quer o desenvolvimento do ensino primário, sem dúvida alguma; defende a elevação do ensino secundário em novas bases; quer mesmo, antecipando-se de muito à tendência atual, que o Liceu Pedro TI mantenha cursos de bacharelado ao lado de outros, de caráter técnico-profissional; revê os planos e a articulação do ensino superior, em diferentes cursos e escolas; propõe o desenvolvimento de institutos de cultura desinteressada, e projeta outros, para aplicação à agricultura e à indústria. . . Não esquece a importância do ensino normal. Não descarta os jardins de infância. Lembra a criação de um ministério próprio para a instrução, e concebe um Museu Pedagógico Nacional, para os fins de documentação e propaganda de novos métodos didáticos.

O plano é imenso. Tudo nele aparece disposto com a necessária precisão e equilíbrio. E tal é o desejo de servir ao país que, não raro, defendendo, como o fazia, limitado plano de ensino primário para o município da Corte, falava de um "sistema nacional de ensino"...

Rui fundamenta esse plano no estudo das instituições dos demais países civilizados. Os pareceres tomam, por isso, a forma quase constante de estudos de educação comparada. É assim, na França; de tal forma, na Inglaterra ou na Alemanha; ainda assim, na Suíça, na Áustria, na Bélgica, na Itália, algumas vezes, até no Japão, nas ilhas Filipinas ou na Austrália... Mas a palavra decisiva, quase sempre, é a do exemplo americano dos Estados Unidos. E, quando quer estimular, mais de

perto, a observação de novos estadistas, Rui aponta a bela obra, que já começava a ser realizada na Argentina, citando Sarmiento.

Tão variado material não se apresenta apenas justaposto. Mas, coordenado, organizado, realmente assimilado. E isto porque há, na obra, impondo-lhe ordem e perspectiva, clareza e definição, uma concepção filosófica que a tudo preside.

Não se pode recusar a existência de uma filosofia nos pareceres. Com efeito, Rui enuncia de modo claro os fins da educação que deseja para o país. Não inventa, é certo. Adota a definição de SPENCER — "educação é a preparação para a vida completa". Mas, desenvolvendo-a, em vários trechos, sempre de modo coerente, esclarece-a, mais do que o teria feito talvez o pensador inglês. "Vida completa" exige "educação integral". Não, e apenas, os aspectos gerais de uma educação física, intelectual e moral. Rui quer, sem dúvida alguma, a educação do corpo; quer a do espírito; quer a do sentimento, mas especifica outras modalidades de educação gerais: a educação artística, a educação cívica, a educação econômica, a educação para a saúde, a educação para o trabalho, a educação para o lar.

Para isso, mostra que é preciso que se estude o meio social onde opere a escola, como se vê quando examina a questão da coeducação dos sexos e a idéia de que a simples instrução possa fazer baixar os índices de criminalidade. Quer que se estude a biologia e a psicologia da criança e do adolescente, como tão claramente o demonstra nas belas páginas que dedica à higiene escolar, à organização dos programas e, ainda de modo especial, quando define o método.

"O método, em pedagogia, (escreve êle à pág. 260 do parecer sobre o ensino primário) não é senão o sistema indicado pela natureza, de cultivar a vida física, moral e intelectual, no período inicial e decisivo do desenvolvimento humano; e a vida não pode ser encaminhada senão pela vida". O sistema indicado pela natureza, a vida encaminhada pela vida... Rui deseja assim fundamentos científicos, porque a educação para êle haveria de ser servida também por uma técnica baseada no conhecimento.

A idéia é tão nova que êle se julga obrigado a descer às minúcias da didática, a expô-las ponto por ponto, a justificar não só a reforma das instituições, (necessária, por certo), mas o espírito mesmo que desejava tivessem elas. O que deixou lançado, por exemplo, sobre a didática da linguagem, da geografia, da historia e do desenho, dir-se-ia escrito hoje, e por bons mestres nas respectivas especialidades.



A técnica do ensino, segundo a ciência da época, era a dos processos intuitivos. A didática de Rui, tal como êle a expressa mais constantemente, é a da intuição, sugerida em COMENIUS, praticada por PESTALOZZI e por FROEBEL, sistematizada, enfim, por HERBART. Eis como êle próprio se refere ao método, citando RATKE: "Primeiro a coisa, depois a sua significação". Ou citando COMENIUS: "É pela intuição real, não por descrições verbais, que o ensino deve começar".

Contudo — e, do ponto de vista pedagógico, esta é das observações mais interessantes, que podemos colher do estudo dos pareceres — Rui vai mais longe que os criadores e sistematizadores do ensino intuitivo .

A facilidade com que manuseia os' autores de língua inglesa leva-a a tomar conhecimento com os escritos dos precursores do "ativismo" americano e, em especial da obra de ELISABETH PEABODY. Por essa mesma, tirando por si conclusões do que vê exposto nesses escritos, Rui preconiza de modo claro formas e fórmulas daquilo que, mais tarde, se convencionou chamar "ensino ativo".

É necessário, escreve Rui, educar o instinto de observação, o instinto de criação o instinto de execução". "O saber e o fazer andam dissociados em nossos dias; prática e teoria andam apartadas uma da outra, o que em relação à moralidade e à ciência é um grande mal", A propósito dos jardins de infância, emprega êle as expressões hoje consagradas "a atividade livre da criança, a espontaneidade de ação", acrescentando, para que não pudesse haver dúvida: "a *self-activity*, na expressão americana".

Na didática do jardim, recomenda a organização de centros de interesse, não com este nome, que DECROLY viria a criar quase 40 anos depois, mas apresentando, em expressivo exemplo, um modelo de desenvolvimento de lições.

Em outro ponto, escreve: "O ponto de apoio da educação deve, portanto, mudar: deixar de executar-se exclusivamente no espírito do mestre, para se fixar, principalmente, na energia individual, nas faculdades produtoras do aluno". Que é isto, senão a educação ativa dos nossos dias?...

Irámos muito longe, é certo, se aqui pretendêssemos examinar a fundo a didática expressa nos pareceres. E o que desejamos não é resumir-las, mas simplesmente salientar que Rui se avantajou, por alguns aspectos aos próprios autores que cita, quando os comenta ou resume.

Com a atividade do aluno, a ação espontânea, a que chamou "instinto de execução e de faculdades produtoras" — Rui não pretendia senão formar personalidades conscientes e autônomas. Esta é que é a grande idéia central de toda a sua pedagogia, porque é também a idéia central de sua política, e porque é a idéia central de sua filosofia. O que ele pretende é a cultura moral, e a cultura moral não existe sem a liberdade e o saber, pois que, para o autor dos pareceres, a liberdade só pode ter um limite — o da verdade.

Em conseqüência, todo o conteúdo do ensino, do jardim da infância à universidade, deveria ser o científico. "Em que idade, pergunta, principia a ser possível esta espécie de cultura? Não hesitamos na resposta, acrescenta: desde os seus primeiros passos na escola; desde o *kindergarten* até a escola superior". A ciência forma o espírito; a ciência, na filosofia em que se apoia, forma também o caráter. Eis como resume este pensamento: "Quer como disciplina formadora da inteligência, quer como elemento moralizador e educador do caráter, pertence-lhe (à ciência) no plano de estudos, a supremacia".

É pelo exame da influência da ciência que Rui chega também ao ensino ativo: será preciso deixar que o aluno experimente; deixar que chegue a convicções que resultem de sua própria experiência.

Em resumo: a pedagogia expressa nos pareceres é precursora de ativismo; a filosofia em que se apoia a do evolucionismo. Não será demais dizer, talvez (e eis aqui um tema para os estudiosos de Rui) que, na obra de 82, êle se apresenta como um precursor do *pragmatismo*. Essa tendência não desenvolvida, é certo, em trabalhos posteriores, marca, porém, o pensamento de muitas páginas dos pareceres.

#### A ATUALIDADE DOS PARECERES

Aos críticos de hoje a obra imensa dos pareceres não poderá deixar de apresentar pontos deficientes na fundamentação de várias idéias. Permitirá também larga discussão sobre pontos fundamentais, como a do valor do ensino científico, como tal; a questão do ensino leigo; a condenação dos concursos. .. Lembremo-nos, porém, de que a obra foi escrita há 61 anos. Quantas obras pedagógicas, (e já não dizemos quantos pareceres parlamentares) podem ser lidas depois desse prazo com a impressão de atualidade que muitas e muitas páginas ainda agora nos oferecem ?

É esse o aspecto que queremos agora mostrar.

Ouvi Rui, quando trata dos fundamentos do método: "A base da educação, do ensino, não está no livro, nem em produto algum de perícia humana, mas na vida mesma e unicamente na vida".

Ouvi agora este outro trecho: "Vida e educação tornam-se o mesma Todos os argumentos para que se compreenda a educação como preparação para a vida, concorrem, em última análise, para sustentar essa tese. Aceitando-se esta base. a educação torna-se a vida verdadeira". De quem é este último? de WILLIAM KILPATRICK, no estudo *The pro-ject method*, publicado em Nova York, no ano de 1918.

Ouçamos a Rui, na sua crítica à escola tradicional: "Tudo está revelando o domínio absoluto da palavra autoritária do mestre, ou das fórmulas ferrenhas do compêndio, servidas pela memória passiva da criança"... Que muito, pois, que a cultura do espírito se cifre em repetir fórmulas, em ensinar a dizer como as coisas se fazem sem sabê-las fazer; que, enfim, a instrução carece desse viço, dessa lucidez, desse valor de aplicação, dessa tendência prática, de onde advém a sua maior utilidade"?

Ouvi agora a este outro trecho: "Os processos de ensino não podem cifrar-se igualmente, à mecânica das recitações, nem o aluno deve ser reduzido a elemento passivo no curso das lições"... "O ensino puramente passivo e receptivo, o ensino monólogo de professor, consigo mesmo, será, portanto, não somente inútil como ensino, senão dese-ducativo".. . Estes pensamentos estão na exposição de motivos com que Francisco Campos justificou a reforma do ensino primário em Minas Gerais, no ano de 1927.

Agora, Rui: "O primeiro caráter dessa pedagogia desnaturada e homicida é a cultura exclusiva, mas ininteligente, brutal, da memória".

Agora, FERRIÈRE, O apóstolo do ensino ativo, em *A lei biogenética e a escola ativa*, publicada em 1920: "O exercício excessivo da memória, a ocupação prolongada da mente, em conceitos abstratos e convencionais, desviam da criança a visão simples e exata da vida... A criança se transforma num ser semiculto, semirracional, num indivíduo incompleto". ..

No admirável capítulo sobre o ensino de desenho escreveu Rui: "Uma das bases fundamentais da educação popular é a educação artística" .

Ouvi agora a um dos nossos brilhantes educadores: "A arte integra-se, como um elemento essencial, no plano de educação em geral, e,

especialmente, popular". (FERNANDO DE AZEVEDO, em *Novos caminhos e novos fins*, 1931).

Agora, de novo Rui, citando HUXLEY: "Declaro que se me impu-sessem a alternativa, antes queria que os filhos das classes pobres se criassem na ignorância da leitura e escrita, que serem alheios a esse conhecimento da sabedoria e da virtude.

Ouvi a seguir este trecho do Senhor Presidente Getúlio Vargas: "Não cogitaria o Governo apenas de alfabetizar o maior número possível, senão também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral",

Ainda, Rui: "...reconhece-se cada vez com mais força, a necessidade crescente de uma organização nacional do ensino, desde a escola (primária) até as faculdades"... E, ainda, o Senhor Getúlio Vargas: "A educação é um problema nacional, por excelência; torna-se, por isso, urgente fazer partir do Governo federal tudo o que se refira às bases de sua organização".

Colhamos, por último, nos pareceres, uma idéia muito nova, ao tempo: "A educação moral "há de ser um resultado, uma frutificação contínua da direção imprimida à escola em todas as funções de sua vida. Não lhe assinamos, na organização dos programas, limite positivo, ensanchas certas e determinadas; porque é nosso pensamento que ela envolva o ensino todo"...

E, agora, o Sr. Gustavo Capanema, na redação da lei orgânica do ensino secundário: "A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo e, de um modo geral, do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico".

Não é a mesma idéia, o mesmo plano, a 60 anos de distância?...

#### PARA CONCLUIR

Depois desses exemplos (e muitos outros poderiam ser aqui trazidos) não se porá em dúvida a atualidade dos pareceres.

Já em filosofia, já em política, já em didática, o pensamento de Rui, não há negá-lo, por muitos pontos, continua atual.

E eis porque, se grande é a obra bibliográfica que pratica o Ministério da Educação reproduzindo os pareceres, grande é também a obra

de boa doutrinação e, até como se pode ver por muitas passagens, a justificação de todo um programa de realizações na administração da educação nos últimos tempos: criação do Ministério, leis orgânicas nacionais, organização dos serviços de estatística, organização do ensino técnico com base no secundário, desenvolvimento da educação física, instituição de órgãos de documentação e pesquisa, consagração do ensino ativo.

Se o autor dos pareceres, como estamos vendo, justificava criações que se agora estão tendo realização, de muito se antecipava ele ao seu tempo. E, na observação de VOLTAIRE, "aquele que não possui o espírito de seu tempo, de seu tempo deve sofrer todas as injustiças"...

Foi assim, com Rui, muitas vezes. Foi assim no caso dos pareceres. Em 1883, ainda como relator da Comissão de Instrução Pública, emitia êle um terceiro parecer, agora sobre um projeto do deputado Franklin Dória, antigo relator da própria comissão, e que propunha a criação de um "museu nacional escolar". O deputado havia declarado que o projeto era o primeiro documento oficial, em que, no país, se teria consignado a idéia de um museu do gênero.

Não podia haver prova de maior esquecimento dos projetos de Rui e de seus fundamentados pareceres, onde o assunto tão brilhantemente vinha tratado.

Com aquela sobrançeria e elegância tão conhecidas, mas sem poder conter o seu amargor pelo descaso da Câmara aos seus projetos, nunca trazidos à discussão e, como se vê, do projeto de Franklin Dória, nem sequer compulsados, Rui escreve no referido parecer de 1883:

"A timidez ininteligente dos ignorantes, a malevolência mesquinha dos retardatários, o acanhamento científico dos economistas da escola que não percebe a relação fundamental entre a educação e a riqueza, entre as finanças e a escola, não nos faltarão com o cansado e inepto argumento da escassez de nossas finanças, da condição minguada e crescentemente precária do erário nacional. Mas de onde, senão dos sacrifícios atuais que vos aconselhamos, haveis as futuras melhoras cujo cuidado vos preocupa? Sem largo e larguíssimo desembolso, não há reorganização possível do ensino. Sem a refundição liberal das instituições docentes, não existe, na órbita da ação humana, possibilidade real de prosperidade financeira. Quem não se possuir da evidência deste dogma não insista em enganar o país com o propósito falso de reformas, que é tão incapaz de realizar quanto de compreender. A mais malfazeja de todas as espécies de avareza é a que negaceia ao ensino os instrumentos do progresso; porque, para nos servirmos da fórmula

anunciada pelo representante de um centro comercial, cujo espírito utilitário não pode entrar em dúvida, o dinheiro empregado na instrução não rende cinco ou seis por cento, mas cinco ou seis mil por cento... "Assim falávamos em 12 de setembro de 1882. A comissão de instrução pública não podia ser mais incisiva, mais enérgica, mais cabal na manifestação da sua idéia; e o projeto que fecha o parecer, traça, nas suas proporções essenciais, o delineamento de um museu pedagógico nacional... A comissão deplora pois, que não tivesse tido ensejo de lê-lo (de outro modo não se explicaria o erro que impugnamos quem como o nobre deputado autor do projeto (Franklin Dória) a cujo respeito vamos opinar, tanto, pelo seu gosto de especialidade, podia contribuir para a elucidação do assunto. Certamente não será por motivo análogo que não teve, até hoje, começo de andamento, nas deliberações desta Câmara, um trabalho, como o duplo projeto de reorganização do ensino público primário, secundário e superior, submetido ao vosso estudo em 13 de abril e 12 de setembro de 1882 que, pela seriedade das idéias que dominam, se impõe à consideração atenta de todos os parlamentos ou Governos patrióticos e esclarecidos. Como quer que seja, porém, a idéia da fundação de um museu pedagógico nacional, trazido agora, de novo, à tela no projeto Franklin Dória constitui um dos membros integrantes no plano da reforma geral que vos propusemos, pendente de vosso voto, e tem com esse plano relações tais que sofreria sensivelmente com a desagregação. Se o Parlamento brasileiro já se convenceu de que ainda não é cedo para criar no país a instrução nacional, é encarar com vigor o problema; e, neste caso, os projetos da comissão de instrução pública (*projetos Rui*) lhe deparam a mais vasta base de iniciativa para as medidas inteligentes que neste sentido hou-verdes de adotar. Senão, se pelo contrário, estivermos deliberados a continuar a proceder como quem acredita que a instrução pública é um atavio de luxo dos povos bárbaros da Europa e da América, com que se despreza de ornar-se a civilização superior do Império sul-americano, é rejeitar o Parlamento os nossos projetos, rejeitá-los de uma vez, para que se saiba ao menos que as nossas Câmaras e os nossos Governos têm uma idéia, de progresso, ou de imobilidade, mas, em suma, uma idéia qualquer, na questão, numa questão que, há longo e muito tempo já, passou das dissertações dos congressos para o domínio de cogitação dos homens de Estado. Eis a alternativa a que o dever vos obriga. Em qualquer dos extremos que escolherdes, estareis no vosso direito; sois os representantes da pátria; e pelos atos em que, com o vosso voto, envolverdes a sua reputação, o estrangeiro medirá o país, e êle a vós.

O que, porém, decididamente não é admissível; o que não nos honraria a nós, nem a vós; o que, se realmente sentis necessidade de uma comissão de instrução pública, não pode ser compatível com ela, é que enquanto se esquecem, no arquivo, os projetos elaborados pelos vossos comissários numa escala proporcional às exigências do assunto, em desempenho das funções que nos cometeis, estejamos a desmembrar, a mutilar, a retalhar, em votos de ocasião, sem sistema, nem pensamento coesivo, idéias inseparáveis, harmonizadas nesse plano geral, expressão de um trabalho, a que a comissão não teria sacrificado tão profundos esforços, se não acreditasse na seriedade do encargo que lhe confiastes, e que, todavia, se pretere e inutiliza de antemão com tais expedientes, em detrimento de toda a reforma coerente, real, eficaz".

"O estrangeiro medirá o país, e ele a vós"... assim escreveu Rui. Pode agora o país, com efeito, medir a Câmara e o Governo de 1882, e medir também ao jovem deputado de então.

"Medi-lo", talvez não seja bem o termo. Medir implica em unidade ou estalão. E por que simples estalão será possível tentar a avaliação da obra de Rui? O que aqui fazemos, meus senhores, não é medi-lo. É admirá-lo, consagrá-lo, tomá-lo como a um singular exemplo de trabalho, de coragem, de patriotismo, de previsão nas necessidades de progresso e de elevação cultural do país.

Esta Casa fala por si. Nela se contêm os instrumentos de trabalho do grande batalhador. Nela figuram os materiais a que o seu espírito de eleito souber dar nova forma e projeção, servindo à construção de seu mais acabado monumento, que é o dos próprios livros que deixou. Gigantesco nas proporções, ele se agiganta ainda cada dia na gratidão do Brasil, à medida que melhor o podemos conhecer e admirar.

## DEMOCRACIA E MÉTODO EDUCACIONAL

JOHN L. CHILDS

Da Universidade de Colúmbia, Nova York

As considerações que pretendemos fazer neste ensaio, sobre a democracia e a educação, baseiam-se em quatro noções referentes à natureza do processo educativo. A primeira é a de que a escola constitui uma das modalidades de educação formal, e, portanto, intencional. Toda a educação formal da criança, incluindo a escolar, destina-se a contribuir para que a criança se transforme naquilo que, entregue a si mesma, jamais chegaria a ser.

A segunda é que neutralidade social, ou moral, e educação formal são conceitos contraditórios. Educamos porque preferimos certos aspectos definidos da vida coletiva e da conduta individual, e não outros, que poderiam resultar da experiência livre da criança. Em última análise, a justificação social da escola encontra-se no fato de que a educação formal do ser humano pode aumentar a probabilidade de se obterem tipos de caracteres e modalidades de conduta desejáveis do ponto de vista social.

Em terceiro lugar, os resultados educacionais almejados dependem dos valores que tivermos fixado como ideais. Estes valores não são, por sua própria natureza, absolutos nem abstratos; são, ao contrário, empíricos, históricos e institucionais. Por outras palavras, resultam do exame refletido da experiência humana, tal como se apresenta nos múltiplos empreendimentos do mundo social de cada dia. Expressam as condições e os modos de vida que preferimos. Como tais condições de vida mudam, esses valores são naturalmente relativos e não absolutos. Portanto, os fatores de lugar e tempo têm importância primordial na educação, e não há programa educacional que se possa considerar imutável. Os objetivos e, portanto, os programas de educação tendem a variar, segundo varie o meio social de que são resultantes. As opiniões sobre a natureza de



uma vida ideal, em relação às verdadeiras condições sociais existentes, são responsabilidades inevitáveis em todo o trabalho escolar.

Finalmente, baseiam-se as considerações, que nos propomos a fazer, na convicção de que o conjunto de significados e ideais a que chamamos democracia constitui o cerne da tradição moral deste continente. É conceitos básicos e ideais da democracia, tomada como movimento político, social e moral, que o educador deve firmar os seus critérios éticos fundamentais para a avaliação da existência coletiva. A vida nos Estados Unidos está atualmente passando por uma grande transformação. Os ideais mais duradouros da democracia precisam de ser reorganizados, nos termos das deduções a que forçam as condições da vida moderna. E um dos objetivos supremos da *escola nova* deve ser, precisamente, participar dessa redefinição do significado da democracia.

Como ideal social, a democracia faz do indivíduo o fim, e das instituições, o meio. Formas de governo, sistemas econômicos, modos de vida doméstica e instituições religiosas são outros tantos meios de tornar mais rica a vida do indivíduo. A validade das práticas institucionais deverá ser posta à prova tomando-se em consideração aquilo com que cada uma delas possa contribuir para esse fim supremo. A sociedade não tem bem algum a não ser o bem de cada um dos seus membros; atuais e futuros. A democracia exige que esses indivíduos, tais como eles são, em sua forma humana, sejam considerados como o objetivo derradeiro de toda construção social. É a democracia, por conseguinte, um modo de vida que, por sua própria natureza, se opõe a toda arregimentação pela força, à uniformidade e ao totalitarismo. Enaltece a individualidade e especificidade humanas, procurando as condições sociais que possam concorrer para o maior desenvolvimento possível dessas características.

Para que se tenha o indivíduo como supremo fim moral, requer-se um tipo especial de educação. Quer dizer que a educação, numa democracia, deve procurar desenvolver as capacidades das pessoas para que julguem os seus próprios padrões de vida. Esses padrões, como já vimos, são de natureza social. Para julgá-los inteligentemente, o indivíduo terá de ter conhecimento das formas e processos científicos, tecnológicos, econômicos, políticos, domésticos, culturais e religiosos da sociedade a que pertença. Para que compreenda as condições e os fatos sociais de cada momento, e possa prever os do futuro, deverá ter conhecimento do passado em que se originaram esses fatos e condições. Somente na medida em que considerar os seus próprios interesses e os dos seus semelhantes em termos destas condições e tendências sociais, poderá

êle dominar inteligentemente a sua própria experiência. E essa -compreensão da experiência pessoal é necessária ao indivíduo que quiser colocar-se em condições de formular objetivos adequados para si e para o seu grupo.

A capacidade intelectual tem também os seus aspectos morais. Requer que o indivíduo aprenda gradualmente a assumir a responsabilidade de seus atos, das conseqüências deles. Como não vive isolado, mas sim como parte de um grupo social, cuja manutenção é essencial ao seu bem-estar e ao de seus semelhantes, precisa desenvolver a aptidão de julgar os fatos de um ponto de vista de interesse geral e não por um prisma mesquinho e egoísta.

Para que se obtenham resultados educacionais dessa ordem, devemos considerar o processo pelo qual a experiência escolar possa ser adquirida. Não será nunca possível transmitir feitos à criança uma inteligência disciplinada e hábitos e disposições de responsabilidade social. Tampouco podem essa inteligência e esses hábitos ser impostos por meio do exercício mecânico. Só é possível alcançá-lo por intermédio de um processo de atividade de, vida coletiva em que o indivíduo coopere como agente ativo e responsável. Essa capacidade, atitude e disposições são produto da atividade do próprio indivíduo e de sua reflexão sobre os resultados dessa atividade.

Em suma, uma educação interessada pela democracia é uma educação que se interessa profundamente pelo método educativo. Nenhum programa educacional, que não procure desenvolver um método para o enriquecimento e .libertação da inteligência do indivíduo, poderá ser submetido à prova de tratar cada pessoa como um fim em si. Esse tipo de educação acentua, atíles de tudo, a significação da experiência escolar como objetivo definido. Honra a Escola Nova ter percebido a importância suprema do método e ter-se dedicado ao trabalho experimental e criador de estruturar sistemas adaptados às diferentes idades escolares, sistemas esses pelos quais poderá ser cultivado este método de ação, de reflexão, de responsabilidade pelas conseqüências, e de liberdade; por outras palavras, o método do desenvolvimento da inteligência no indivíduo. Todo aquele que compreender bem as exigências feitas a cada cidadão, pelas atuais e complexas condições da vida em uma sociedade democrática, jamais poderá considerar esta importância dada ao método como evasão aos problemas sociais modernos.

Será necessário, porém, que a escola nova compreenda claramente. em toda a sua extensão, a significação do emprego deste método. Em primeiro lugar, não é um método ou processo vazio; A experimentação

não tem lugar no vácuo, mas sim em um ambiente humano. Na verdade, é tanto uma atividade do meio ambiente como do indivíduo. Esse ambiente tem significação graças às realizações anteriores da espécie. A criança se desenvolve em um ambiente social, não meramente em um mundo físico.

O ambiente social norte-americano atual não é uniformemente perfeito. Tem características tanto positivas como negativas. Contém aquilo que enriquece e amplia a significação da vida e também as condições que a degradam e empobrecem. Tem seus moldes e instituições históricas. Alguns destes moldes e, instituições encontram-se atualmente em estado de profunda perturbação. Alguns dos conflitos observados dão-se à superfície e são perceptíveis por todos; outros, freqüentemente os mais importantes, encontram-se mais ou menos disfarçados. Agentes habilíssimos de propaganda se ocupam em conservá-los assim. Na vida democrática americana de hoje existem discrepâncias clamorosas no que se refere às condições de vida. Alguns grupos gozam de conforto, segurança relativa, riqueza e influência; outros são miseravelmente pobres e desprotegidos. Há, mesmo, milhões de indivíduos sem trabalho, rejeitados por uma sociedade extremamente organizada e que parece não necessitar desses homens. A sociedade americana contém diferentes grupos raciais e religiosos, cuja participação na vida social é muito desigual. Falta às minorias o sentimento de segurança, ressentindo-se elas, muitas vezes, com justiça, de que lhes sejam negadas as oportunidades que, em uma sociedade mais justa, suas capacidades pessoais dariam o direito de atingir. Estes grupos se movem e atuam mais e mais em círculos diferentes. O conflito de interesses grupais é correlativo ao conflito entre padrões históricos básicos na vida norte-americana. É o que se dá, por exemplo, no conflito entre a tradição do individualismo econômico e o ideal democrático da igualdade de oportunidades. Semelhante luta entre grupos reflete a discrepância que se nota entre a promessa de abundância e a escassez e a insegurança que atualmente experimentamos. Em suma, vivemos em uma sociedade em que há padrões de viria e de pensamento divergentes e antagônicos.

Nesta sociedade dividida, o modo de obter a experiência não pode ser divorciado daquilo que esteja ao alcance da experiência infantil. Por outras palavras, o método e a matéria encontram-se inextricavelmente ligados. A lealdade a um programa de atividades não determina automaticamente que matérias, de entre a vida global da sociedade, sejam incluídas nas atividades escolares. É essa uma função dos professores que dirigem o processo educacional e da comunidade em que viva a

criança. Uma determinada atividade do currículo será boa ou má segundo a compreensão intelectual, a perspicácia social, as preferências e os fins morais típicos que fazem a escolha e rejeição de entre os elementos da vida social. Essa escolha e rejeição é inerente à adoção de qualquer currículo. Nem se pode, verdadeiramente, escolher sem ao mesmo tempo rejeitar. O adulto não deverá fugir a esta importante responsabilidade de escolha educacional-social, escondendo-se por detrás dos interesses criados pela própria vida escolar. O currículo da vida pode tornar possível muitos currículos escolares, em qualquer dos quais se ofereça amplo escopo para a iniciativa do aluno, seus objetivos, planos e atividades. A não sei que o professor queira abdicar de sua função de dirigente — a qual, precisamente, justifica a escola do ponto de vista social — terá de aceitar sua parte na responsabilidade de decidir quais dos inúmeros aspectos da vida deverão ser incluídos nos currículos. E tanto quanto o currículo seja ativo e funcional assim crescerá a importância da avaliação e da seleção social.

\* \*

Em conclusão: os acontecimentos atuais têm demonstrado, com absoluta clareza, que a democracia, como modo de vida, não poderá subsistir a não ser que nós, os que nela cremos, estejamos prontos a sustentá-la com a nossa absoluta dedicação e apoio inteligente. A Escola Nova surgiu em uma sociedade democrática e jamais poderá florescer em uma sociedade que esteja sob domínio de uma ditadura. Um Governo que se estabeleça sobre interesses partidários, ou sob controle de uma minoria, ou em mãos de um líder irresponsável, é incompatível com a essência da escola nova. Tampouco poderá o domínio do grupo por uma classe econômica oligárquica conciliar-se permanentemente com a continuação do livre uso dos nossos direitos civis tradicionais. A diminuição destas liberdades civis significaria, mais tarde ou mais cedo, a destruição daquilo que mais apreciamos no que chamamos escola nova. A educação não poderá ser livre e progressiva em uma sociedade em que a experiência da multidão esteja sujeita à regulamentação autocrática. Afirmar que a autoridade reside no Estado e não na Igreja, em uma classe econômica ou política e não em uma hierarquia eclesiástica, não diminui de modo algum a ameaça às liberdades humanas e à educação democrática.

\* \*

As forças democráticas, nelas incluída a Escola Nova, terão de reconstruir, mais tarde ou mais cedo, as bases econômicas da democracia nos Estados Unidos, ou assistirão ao eclipse daquele modo de vida que até aqui temos considerado como progressivo e democrático. O esforço para conseguir esta transformação da nossa ordem econômica por meios pacíficos, educacionais, econômicos e políticos sujeitará os nossos ideais e instituições democráticas à prova suprema. A escola nova muito poderá contribuir, se se conservar alerta e bem informada, para auxiliar-nos a atravessar este difícil período de transição.

# A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE ALBERTO TORRES

Rui GUIMARÃES DE ALMEIDA  
Do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

O título das notas que se seguem pode suscitar dúvidas, comentário severo, se não mesmo censura aos propósitos do autor. Por isso, convirá esclarecer o tema que o título apresenta, antes de ser desenvolvido.

ALBERTO TORRES TERIA FORMULADO UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO?

Sim e não — é a resposta. Expliquemo-la.

Precisamente, não formulou uma política de educação, segundo os cânones pedagógicos. Não foi êle educador, no sentido técnico do termo.

Propôs, discutiu e assentou normas de ação política, fundamentadas nos fins sociais da educação. Assim, poder-se-á dizer, sem exagero, que elaborou uma política de educação para o Brasil. Essa obra é mais do que um ensaio de sociólogo; é trabalho de estadista com intuição de educador.

Ao pedagogo poderá parecer, à primeira vista, uma improvisação descabida ou atividade inadequada do sociólogo. E tanto poderá parecer porque os pedagogos, em sua maioria, são ciosos de seus estudos e das prerrogativas que se lhes atribuem. Acreditam, antes de tudo, no valor da técnica e dos seus agentes; subestimam alguns a importância marcante da realidade política — que é histórica, por excelência — em toda obra educacional.

EM QUE SENTIDO ALBERTO TORRES FORMULOU UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO?

Considerou que a primeira lei orgânica das sociedades contemporâneas é *assegurar a todos os homens a posse dos elementos necessários à*

*vida sã, do corpo e do espírito, provendo-lhes os meios indispensáveis ao exercício de suas aptidões, segundo a direção de suas capacidades* (1). Nessas considerações, está implícito o conceito moderno de educação integral; apreciada a importância das diferenças psicológicas individuais; e consagrado o respeito à personalidade; bem como, de modo explícito, recomendado o conhecimento das aptidões de cada um, a fim de proporcionar-lhe os meios de atingir por sua capacidade bem orientada uma posição definida na sociedade. A seguir, acentuou o valor econômico como indispensável para a conquista de uma situação qualificada no meio social, e escreveu: "*Sem valor econômico o homem não pode ter personalidade*" (2).

Examinando, particularmente, o problema brasileiro, admitiu que "a fraqueza da nossa sociedade nacional" está na falta de valor econômico do homem, detentor, negligente ou ignorante, da terra fecunda e grande. Em seguida observou: "o brasileiro não tem vida econômica e *não recebeu educação para o trabalho e para a administração*. A produção, na agricultura, representa um simples sistema de exploração imprevidente da terra".

prossigue na análise dos traços mais impressionantes da perspectiva social do nosso país, há três décadas passadas, em termos de realidade que a transcrição seguinte é expressiva amostra:

"O fenômeno, habitualmente atribuído à degeneração do tipo brasileiro, da superioridade dos novos colonos sobre os antigos habitantes do país, quanto à energia e ao tino prático, resulta de *vícios da educação* que nos é dada nas escolas e no trato dos costumes sociais. O brasileiro não encontra, em nosso meio, desde os primeiros dias da infância, a escola de virilidade, de autonomia e de iniciativa, que o devia preparar para o trabalho; não recebe a lição de laboriosidade e de resistência; não adquire a consciência de que é um produtor, um agente dinâmico da vida social. Nas classes inferiores, o pai, ex-escravo, ex-agregado de fazenda, ou assalariado, não tendo criado amor à sua indústria, habitua os filhos à prática rotineira dos atos mecânicos de nossas culturas extensivas. quando os não abandona à calaçaria, pelas estradas e às portas das vendas. Nas classes médias e elevadas, os incapazes conservam a indústria ou a propriedade paterna, assistindo, inconscientes, à desvalorização das terras e à ruína das fortunas. Os que mostram, na infância

e no curso secundário, um pouco de memória e alguma sagacidade, seguem para os cursos superiores", onde ganhara, com o direito de pretender empregos públicos e cargos de eleição, um desprezo nauseoso pelo trabalho industrial e agrícola. Estes, como a maior parte dos que, nas escolas primárias, foram iniciados nos encantos da vida urbana, lançam-se para as cidades, onde se oprimem e se atropelam, numa desanimada concorrência por magros proventos profissionais, ou abarrotam os corredores das secretarias e repartições, suplicando miseráveis empregos. Há um duplo dever a cumprir, para com a nossa população atual: um dever de educação e um dever de assistência econômica e social" (3).

A política educacional de Torres procura satisfazer a essas obrigações. Valorizar o homem pela educação, integrá-lo como elemento ativo na sociedade, dar-lhe "hábitos de trabalho e condições materiais e morais que o habilitem a suprir suas próprias necessidades e a crescer p seu próprio valor" (4).

Tal é o seu objetivo num amplo programa de ação social.

Considerando o homem brasileiro dentro da comunidade pátria. Torres condiciona a ação de sua política educacional a dois aspectos básicos da nossa realidade: o destino agrícola do Brasil e a necessidade Urgente da organização nacional.

#### O DESTINO AGRÍCOLA DO BRASIL.

Esses aspectos surgem no primeiro plano dos problemas objetivos do país, e reclamam, por sua importância relevante, o estudo dos homens de inteligência e de ação — responsáveis pela sorte da terra comum.

Não escaparam eles à análise penetrante de Alberto Torres; assim é que, ingressando na vida pública, desde logo reconheceu e proclamou, repetidamente, o destino agrícola do país.

"O Brasil tem de ser uma república agrícola" (5).

"Nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo, contestar-lhe este destino" (6).

"O Brasil tem por destino ser um país agrícola; toda a ação política tendente a desviá-lo desse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos" (7).

(3) *Ob. cit.* pág. 102 e 103.

(4) *Ob. cit.*, pág. cit.

(5) *Ob. cit.* pág. 104 (V. *ob. cit.* pág. 244).

(6) *Ob. cit.*, pág. 211.

(7) *Problema Nacional*, pág. 106.



Insistiu em apontar o destino agrícola do Brasil e, com admirável espírito crítico, anotou que "o destino de um país é função de sua história e de sua geografia". Apreciou a contribuição diminuta da história do Brasil, mas sobreestimou o estudo de sua geografia como "ponto de partida de toda política sensata e prática" (8).

E, porque reconhecesse o destino do Brasil como sendo, incontestavelmente, agrícola, diante de seu vasto território", (9) Torres ao estudar a organização nacional — problema básico para a Nação, em cuja solução encontra os fundamentos indispensáveis à vida política do nosso povo (10) — verificou a relação de interdependência que sempre existiu e cada vez mais se acentua, do destino agrícola do país e da sua organização como nação soberana, capaz de ocupar o posto e satisfazer os deveres que lhe cabem na história da civilização. Por isso, afirmava a impossibilidade de organizar-se a Nação Brasileira em bases que não fossem aquelas existentes e indicadas naturalmente pela nossa geografia e história; e assim, dava grande relevo às realizações que nos impõe o destino agrícola do país.

"O Brasil tem por destino ser um país agrícola, toda a ação política tendente a desviá-lo desse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos".

"O Brasil tem de ser uma república social por força de seu destino e da fatilidade do seu surto na era da questão social e terá de ser, intuitivamente, *uma república agrícola*. É preciso, porém, que seja uma (república social, previdente e conservadora"...

"Será, dessarte, o país da regeneração do homem pelo trabalho, ou representará, na história da civilização, um roubo das gerações contemporâneas ao progresso humano" (11).

Torres, com o senso objetivo que lhe era peculiar e com a tendência que reconhecia nele como característica do seu "espírito interessado em buscar na realidade os dados e fundamentos da sua orientação política" (12), indicava a maneira de melhor satisfazer esse imperativo cívico e dever para com a humanidade: "*Estudar o Brasil — eis o lema*

(8) *Organização Nacional*, pág. 7 e 8.

(9) *Ob. cit.*, pág. 211.

(10) "*Só a organização* pode resolver o problema nacional", *Ob. cit.*, página XXX.

(11) *Problema Nacional*, pág. 106; *Organização Nacional*, pág. 104. (12) *Depoimento autobiográfico*, de A. TORRES, in *As idéias de Alberto Torres*. ALCIPES GENTIL, pág. 451.

*do patriotismo e do zelo pela sorte da nossa terra*" (13). Era o seu conselho.

A ECONOMIA AGRÍCOLA E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL  
DE EDUCAÇÃO

O ilustre fluminense não faltou ao cumprimento dessa recomendação que ditou ao patriotismo dos nossos homens públicos. Estudou o Brasil através das relações do homem com a terra, posto que "é em sua geografia e no quadro da sociedade contemporânea que está a base do conhecimento de sua sorte" (14). "Sem este estudo, a marcha de um país fica, como a vida dos homens, sem objetivo e sem método, sujeita às oscilações, aos desvios, aos azares que acidentam, erros de apreciação, interesses ocasionais ou parciais vão produzindo (15).

Foi pelo estudo da geografia e da história pátria, sobretudo da geografia, que se convenceu de que o Brasil há de ser uma "república agrícola", tal é a subordinação natural da economia e da política à fatalidade geográfica e às contingências históricas da nossa formação nacional. Decorre, positivamente, daquela subordinação econômica, a organização do trabalho baseada nas atividades agrícolas, nas indústrias rurais e, em consequência dessas, em indústrias básicas e nas subsequentes que consumam matérias primas nacionais de modo a completar a produção agrícola (16).

Além dessa irrecusável determinação do nosso destino, decorreu! da vastidão e riqueza do território nacional (17). Torres reconhecia como fator preponderante para fixar o indivíduo na agricultura "a própria relação entre as aptidões do homem e o trabalho que contém implícita a tendência do maior número para os trabalhos do campo (18).

"O pedaço de terra cultivável, a casa, os principais instrumentos de trabalho, alguns animais de criação, a escola, *lições práticas de agricultura. podem e devem constituir um direito de cidadão brasileiro: a terra*! dos bens da personalidade, para a viagem da vida" (19).

(13) *Problema Nacional*, pág. 106-107.

(14 e 15) *Organização Nacional*, pág. 8.

(16) *Ob. cit.* pág. 3 em que A. TÔKKKS esclarece a sua opinião a propósito da possibilidade de industrialização do país.

(17) *Organização Nacional*, pág. 244.

(18) *Ibid.*, pág. 1(14).

(19) *Ibid.*, pág. 244.

Por que?

Responde imediatamente: "*Num país vasto, a maioria das populações deve ser de agricultores*" (20).

Diante deste fato, examina a situação brasileira e comenta desasombradamente:

"Se nosso povo, como aliás o de quase todos os países, evita, atualmente, o campo e procura as cidades, e se a causa deste exodo se manifesta, entre nós, como uma verdadeira repugnância pelo trabalho rural, é que as condições econômicas e sociais da vida agrícola repelem os habitantes sem educação apropriada para amá-la e para exercê-la, em meio a terras não estudadas" (21).

O crítico não se limita à análise do grave fenômeno que é o êxodo da população rural, as causas, a repercussão dos seus efeitos e dá-lhe uma solução inteligente: delinea os princípios básicos da política de (educação adequada a um país "que tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola", porque, "fora ridículo contestar-lhe este destino".

Quais são os fins dessa política da educação? Êle os menciona: a Exação do In unem ao meio agrícola, a habilitação para o trabalho rural, o ami r á terra. Não bastam, é certo, essas referências; elucida-nos escrevendo a respeito (22) :

"*Para realizar a política educativa, orientada pelo escopo do preparo i/era! das populações para a vida agrícola*" (23) cumpre estabelecer severas medidas de seleção em todas as camadas da sociedade das verdadeiras aptidões e capacidades para os estudos superiores, dificultando-se gos menus aptos acesso a estes estudos. A instrução secundária e a su-sâii hoje privilégio e destino dos filhos abastados: injustiça e perda de valores intelectuais para o país, por um lado, com desastrosa influência de incapazes, por outro; deslocação, afinal, para as letras e tórofissões liberais de uma enorme massa de brasileiros".

Acreditava que a "educação profissional aos pequenos lavradores" feria lima "experiência a vencer rapidamente os primeiros obstáculos e se consolidaria". Insistiu repetidas vezes pela adoção de um processo regular de seleção a que devem estar sujeitos os candidatos às carreira- chamadas liberais, a fim de proporcionar o ingresso somente

(20) *ibid.*, pág. 244.

(21) *Ibid.* págs. 244 a 245.

(22) *Ibid.*, pág. 245. \.

(23) V. pág. 105 in *O. Nacional*.

aos capazes às escolas superiores, sem distinção de nascimento, fortuna ou cùr; esperava que cada indivíduo fosse orientado pela educação para o exercício da profissão à qual melhor se ajustasse e pudesse dar maior rendimento. Então, julgava que poderia dizer-se que "estariamos em véspera de realizar uma verdadeira democracia moderna, onde nenhum braço como nenhum cérebro se perderia na inércia ou por abandono",

f. realmente impressionante, verificar-se a clarividência com que, há tantos anos atrás, um político, sociólogo e jurista considerava os problemas de educação, ao tempo, pouco estudados e não discutidos amplamente em nosso meio. A. Torres apreciou devidamente a orientação educacional, atentou para a questão das aptidões surgidas das diferenças psicológicas dos indivíduos, deu à educação popular posição de relevo dentre os fatores da organização nacional, e pretendeu que ela se orientasse em sentido de valorizar o homem para melhor servir à terra, servindo, desse modo, ao destino de sua pátria, ao seu dever para com a humanidade. Não duvidou que a educação pudesse satisfazer a tais encargos. Afirmou que "todo problema da vitalidade de uma nação depende do esforço por criar e cultivar o homem sã e o homem útil", e que a "organização nacional se funda na hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades". Mostrou-se confiante que esse esforço, cabendo ao educador, atingiria a seus fins.

No projeto de Constituição federal, que acompanha a sua obra *Organização Nacional* inclui no art. 86 os seguintes §§ relativos à educação e ensino:

- § 7." Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.
- § 8." O ensino primário e o profissional agrícola, no campo, serão gratuitos, sendo condição do exercício dos direitos políticos e civis a posse de um título de habilitação pelas escolas primárias e o exercício de uma profissão, com a necessária habilitação técnica. Nenhum indivíduo será declarado maior, para os efeitos da capacidade física e mental sem que satisfaça os requisitos deste artigo.
- § 9." Todo cidadão tem direito aos meios de trabalho, de educação e de cultura, competindo ao Poder Público supri-los, de acordo com as aptidões demonstradas. Nenhum cidadão poderá praticar atos da vida pública, política e civil, sem dar prova de haver cumprido, no ano anterior, os deveres políticos, sociais e jurídicos de cidadão brasileiro, especialmente os de votar nas eleições e de exercer cargos ou serviços públicos de qualquer natureza.

§ 10 Os Governos das províncias e o federal promoverão a educação gratuita, até os cursos superiores, dos brasileiros que demonstrarem capacidade. A lei regulará) por outro lado, a admissão nos cursos superiores, de modo a restringir o número dos que exercem profissões, limitando a matrícula e exigindo rigorosas provas de aptidão,

Propõe no art. 103 daquele projeto a criação de um estabelecimento denominado "Instituto de Estudos dos Problemas Nacionais" cujas finalidades principais seriam os estudos relacionados com os problemas práticos da terra e da nacionalidade brasileira, de seus habitantes e de sua sociedade. O Instituto manteria uma Faculdade de Altos Estados Sociais e Políticos destinada à formação das classes dirigentes e governantes do país. C) Instituto ainda teria a competência para aconselhar e auxiliar todos os estabelecimentos técnicos e de ensino do país, para promover a educação e cultura social diretamente ou por intermédio de instituições e associações de fins educativos, confederadas àquele Instituto. Ainda, verificando a necessidade de uma direção nacional para a instrução pública em geral, propôs que coubesse ao mesmo Instituto essa direção.

Evidentemente, os dispositivos acima transcritos bem como as sugestões de Alberto Torres sobre educação não seriam, em grande parte, aceitáveis na atualidade; no entanto, vale a pena mencioná-los como indicativo:, da nobre e constante preocupação do estadista pelos problemas relacionados :■ educação e cultura do país. Ainda mais revelam a sua oientação para solucionar, àquele tempo, as questões educacionais, então pouco discutidas pelos escritores políticos; bem assim, incluindo a educação e cultura como matéria a ser regulada na Constituição da República, antecipou-se ao movimento que se verificou por todo o mundo após a guerra de 1914-918, quando as constituições nacionais a esse tempo elaboradas inscreviam dispositivos relacionados com a educação e instrução pública.

#### INTERDEPENDÊNCIA AGRÁRIO-INDUSTRIAL

Parece-nos dispensável advertir os entendidos e propiciadores da industrialização do ] ais de que a afirmação do destino agrícola do Brasil, antes de ser postulado teórico da preferência de Alberto Torres, é uma imposição geográfica e histórica da qual decorre a necessidade da adoção

de uma política educacional interessada em valorizar o homem do campo e integrá-lo na civilização.

Portanto, a verificação do destino agrícola do país e a afirmativa da conveniência da política de valorização do homem rural não podem ser interpretados como pensamento desfavorável ao crescimento da nossa produção industrial.

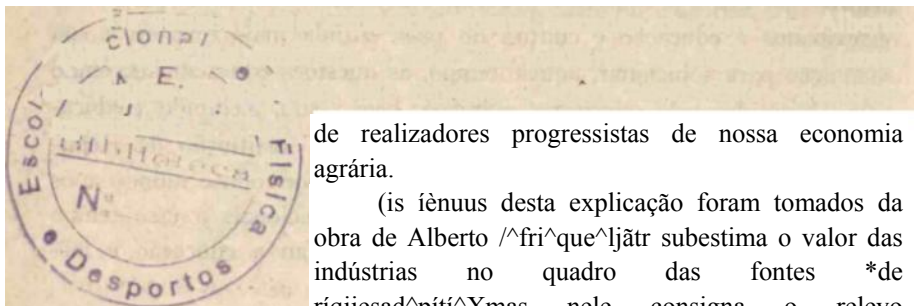
A industrialização há de ser o complemento natural, a conseqüência regular ao desenvolvimento da política de valorização dos trabalhadores do campo, cujo nível social e econômico se pretende elevar.

Por outro lado, o aumento e melhoria da produção agrícola dependem do aparelhamento mecânico e das facilidades de transportes, a serem obtidas com a solução dos problemas nacionais de siderurgia, de eletrificação e de combustíveis.

Há, por conseguinte, interdependência dos problemas fundamentais da política agrária e da política industrial.

Notemos, entretanto, que a valorização do homem rural e o resultante desenvolvimento da economia agrária afetam à nossa indústria se não mesmo constituem os princípios elementares para o seu progresso, porque a elevação da capacidade aquisitiva do agricultor — e a grande maioria do país é de agricultores — refletirá beneficentemente nas atividades industriais como elemento de consumo dos seus produtos.

A produção da indústria nacional devti corresponder a otaanização de um mercado de consumo interno para seus produtos constitlído pela grande massa



de realizadores progressistas de nossa economia agrária.

(is iênus desta explicação foram tomados da obra de Alberto /<sup>que</sup>^ljãtr subestima o valor das indústrias no quadro das fontes \*de ríqiesad^pítí^Xmas nele consigna o relevo

conveniente e exato da 'ftgfkubr/trsB: Y \

## A COLETA DA ESTATÍSTICA EDUCACIONAL

GERMANO JARDIM Do Serviço de  
Estatística da Educação e Saúde

### O MECANISMO COLETOR FEDERAL E REGIONAL

O estabelecimento de padrões gerais e progressistas para os levantamentos estatísticos era, em nosso país, um imperativo de necessidade. No setor da instrução, o Convênio de 1931 (1), encetando uma colaboração recíproca entre a União e todas as demais unidades políticas, com menor dispêndio de forças e maior eficiência prática, foi a solução legal, apropriada, sem quebra da autonomia que essencializa a separação administrativa, mas não exclui a supremacia do interesse nacional, para sistematizar as estatísticas escolares e conexas a partir de 1932.

Responsável pela orientação geral desses trabalhos, o Ministério da Educação e Saúde, através do seu órgão técnico, o atual Serviço de Estatística da Educação e Saúde, recorreu, por esse meio, à solidariedade entre os Poderes regionais e o federal para, em ação comum e disciplinada, realizar um programa estatístico que já vem permitindo apreciar a cultura do País, em seus principais aspectos.

O SEES, subordinado, administrativamente ao Ministério, constitui também um dos órgãos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística. Na forma estabelecida na Convenção intergovernamental de 11 de agosto de 1936. Funciona o Serviço com uma seção administrativa e seis seções técnicas, das quais uma de estatística médico-sanitária, uma de inquéritos urbanísticos, uma de estatística das instituições culturais, uma de estudos e análises e duas exclusivamente dedicadas aos levantamentos escolares: a primeira — Seção de Estatística do Ensino Primário Geral — e a segunda — Seção de Estatística do Ensino Não-

(\*) V. o número 3 desta Revista.

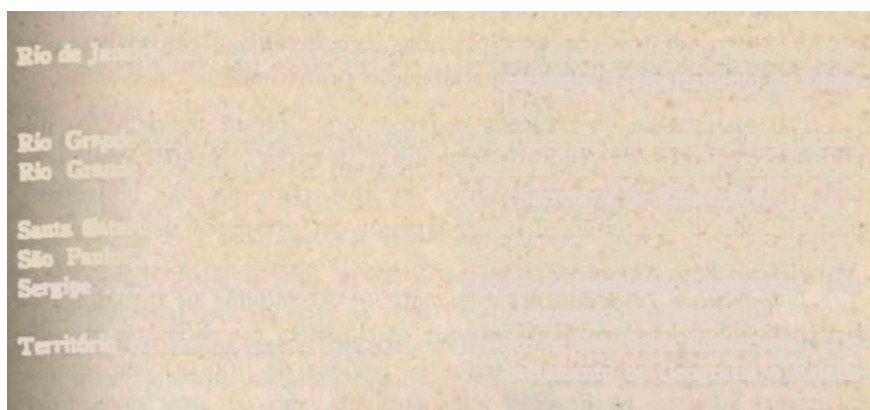
Primário — com atribuições definidas e distintas, mas que se completam para o fim de apresentação da Estatística nacional.

A *Estatística do Ensino Primário Geral* (2), levantada em todo o território pátrio, consoante regras e modelos uniformes, e abrangendo *de fato* todos os educandários, ainda os mais modestos em qualquer das suas modalidades, incumbe em cada circunscrição (Distrito Federal, Estado ou Território) à respectiva administração regional, por intermédio dos seguintes órgãos, compartes na execução do Convênio:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	REPARTIÇÃO RESPONSÁVEL
Distrito Federal.....	Serviço de Estatística Educacional. (Secretaria Geral de Educação e Cultura).
Alagoas .....	Carteira de Estatística Educacional (Departamento Estadual de Estatística).
Amazonas .....	Seção de Estatística Educacional. (Departamento de Educação e Cultura).
Bahia .....	Seção de Estatística e Recenseamento Escolar. (Departamento de Educação).
Ceará .....	Seção de Estatística Educacional. (Departamento Geral de Educação).
Espirito Santo .....	Diretoria de Estatística Educacional. (Secretaria de Educação e Saúde Pública).
Goiás .....	Departamento Estadual de Estatística.
Maranhão .....	Seção de Estatística Educacional. (Departamento Estadual de Estatística).
Mato Grosso .....	Seção de Estatística Educacional. (Departamento Estadual de Estatística).
Minas Gerais .....	Seção de Estatística Educacional. (Departamento Estadual de Estatística).
Pará .....	Seção de Estatística Educacional. (Departamento de Educação e Cultura).
Paraíba .....	Serviço de Estatística Educacional. (Departamento de Educação).
Paraná .....	Diretoria Geral de Educação.
Pernambuco .....	Departamento Estadual de Estatística.
Piauí .....	Serviço de Estatística. (Departamento do Ensino).

(2) Ver o capítulo deste trabalho "Classificação do Ensino", publicado em o número 3 desta Revista.





Rio de Janeiro .....	Divisão de Estatística e Pesquisas Educacionais. (Departamento de Educação).
Rio Grande do Norte.....	Departamento Estadual de Estatística.
Rio Grande do Sul.....	Diretoria de Estatística Educacional. (Secretaria de Educação).
Santa Catarina.....	Departamento Estadual de Estatística.
São Paulo.....	Departamento Estadual de Estatística.
Sergipe .....	Serviço de Estatística Educacional. (Departamento de Educação).
Território do Acre.....	Serviço de Estatística Educacional. (Departamento de Geografia e Estatística).

*Questionários* — Coleções de seis questionários, capeados por um "Boletim de Informações" com esclarecimentos preliminares sobre os fins dos formulários, bem como definições e instruções gerais, são enviados pelo SEES a essas repartições que, por sua vez, os distribuem, anualmente, em duas vias, a todas as "escolas" ou estabelecimentos de educação que mantenham ao menos um curso *exclusivamente* de ensino pré-primário ou primário. Uma das vias preenchidas fica no estabelecimento informante, para sua documentação e orientação ulterior, e outra é devolvida à repartição regional.

A quantidade de questionários fornecida pelo órgão federal aos Estados corresponde ao contingente de unidades escolares desse ensino com que cada qual concorre para o total geral, atualmente em torno de 40.000 em todo o país. Para obtenção das informações das escolas municipais do interior, é recomendada a remessa pela repartição regional de um número suficiente de formulários aos prefeitos das comunas com a solicitação da sua interferência, no sentido de serem preenchidos e encaminhados por seu intermédio.

Os questionários têm a seguinte compreensão:

- A) Caracterização geral do estabelecimento;  
 B) Levantamento do "pessoal docente" e do movimento didático relativo ao ensino:
- pré-primário maternal;
  - pré-primário infantil (jardim de infância);
  - ■ primário fundamental comum;
  - primário complementar;

— primário supletivo, isto é, para categorias especiais de discentes, como adultos, por exemplo, mas sem finalidade emendativa nem qualquer objetivo de especialização profissional.

Em matéria de observações esclarecedoras, foram previstos os mínimos pormenores, descendo os formulários a explicar noções, mesmo as mais simples, em notas nos próprios quesitos, para que não houvesse a possibilidade de confusão, erro ou omissão na prestação dos informes.

*Tabulação e contribuições regionais* — Recolhidos os questionários à repartição regional responsável, que os classifica e codifica na maneira usual, e uma vez criticados e feitos os pedidos de informações complementares, após as retificações indispensáveis, são os algarismos finais transcritos de quadros de apuração apropriados para tabelas sistemáticas, que discriminam tudo o que se refere à organização e ao ensino, secundo as diferenciações e os desdobramentos compreendidos no esquema constante do capítulo 2.º deste trabalho.

Todo o conjunto tabular, no plano da sua composição máxima, compreende atualmente 44 modelos mestres das tabelas e quadros agrupados segundo as especificações do índice geral, e divide-se em três partes completas:

I. *Preliminar* — "Organização Geral do Ensino" — Resultados com discriminação municipal — 7 modelos.

II. *Geral* — "Organização Didática e Movimento Escolar" — Resultados com discriminação municipal — 10 modelos.

III. *Especial* — "Organização Didática e Movimento Escolar" — Resultado do ensino para o interior e para a capital de cada Estado, sem discriminação municipal — 27 modelos.

A restrição nessa última parte, alterando ligeiramente a compreensão dos inquéritos quanto à discriminação municipal, ditou-a a experiência do primeiro levantamento realizado em 1932. Com ela se reduziu a extensão do sistema tabular primitivamente fixado e estabeleceu-se a forma apropriada pela qual os resultados deveriam ser publicados, facilitando grandemente a divulgação das contribuições regionais. E isso em nada diminuiu o valor da Estatística: primeiro, porque os Estados, de qualquer modo, ficariam na posse, para uso da sua administração educacional, dos dados discriminativos por municípios; segundo, porque, para o público, o interesse da parte especial não está propriamente no desdobramento dos dados da "parte especial" por municípios, mas na

verificação das correlações entre as várias categorias de resultados globais da unidade federada.

Com a tabulação nesse plano, cada governo regional organiza um, dois ou três volumes de grande formato, dependendo o número do vulto que haja atingido o respectivo sistema escolar de ensino primário geral. Por exemplo: o Acre, em 1942, utilizou-se apenas de 145 páginas num só volume, ao passo que São Paulo, no mesmo ano, se apresentava com três volumes que somavam 552 páginas.

O órgão federal, pela sua atuação de assistência e colaboração, na forma convencional, fornece às repartições regionais os formulários padronizados em triplicata destinados ao conjunto das apurações que realizam, e do qual lhe remetem uma via nos volumes referidos, como contribuição anual ao cômputo geral do ensino no Brasil. No SEES, entretanto, antes de serem transpostos para as tabelas de síntese, a publicar em caráter definitivo, os resultados dessas contribuições sofrem metucioso exame. São exaustivamente revistos pelos métodos comuns de crítica, soma e comparação, e, principalmente, pelo emprego de folhas especiais de controle num mecanismo de aferição por enquadramento em todos os sentidos, seguindo-se, então, as correções e os ajustamentos que se fizerem necessários para a perfeita conclusão do trabalho, em comum acordo com as repartições competentes interessadas.

*A Estatística do Ensino Não-Primário* é responsabilidade integral do SEES, que obtém os dados primários diretamente nas fontes de origem. A coleta, assim processada em face da cláusula 2.<sup>a</sup> do Convênio, abrange a organização e o movimento didático nos graus sup-ior, médio e elementar, compreendidos neste último somente cursos destinados à preparação e à formação profissional. Sobreleva considerar a particularidade de haver sido atribuída ao órgão federal essa parte do inquérito educacional, desde a colheita das informações na própria unidade escolar. A medida condiciona-se a muitos fatores no plano de cooperação em que foi concebido e vem sendo executado o Convênio, e a experiência de 12 levantamentos sucessivos, sob esse regime, já a consagra por sábia. É, que, dadas as circunstâncias peculiares ao ensino não-primário, na sua diversidade de classificações, principalmente no grau médio e elementar, onde cada dia aparecem situações novas, embaraços ou dificuldades poderiam, realmente, surgir no cômputo geral desse ensino em todo o país, se a inclusão de novos ramos, ainda não perfeitamente definidos, e oscilando entre dois ou mais dos agrupamentos típicos da classificação em vigor, houvesse de ficar ao arbítrio das 22 administrações regionais e, conseqüen-

temente, sujeita a outras tantas interpretações diferentes para cada caso especial. Era mister, portanto, que a classificação fosse feita pelo órgão executor central que, tendo por campo de observação todas as modalidades específicas de ensino ocorrentes no Brasil, pudesse fixá-las segundo um critério taxionômico uniforme.

Evidentemente, seria absurda qualquer dúvida no acerto dessa medida, que não tem outro fim senão a de manter precipuamente a uniformização de fato, evitando que determinados ensinoss viessem a figurar em quadros estatísticos, "devidamente padronizados, mas abrangendo elementos heterogêneos, em virtude de uma interpretação diferente na sua classificação." (3).

Certo, não se trata do caso de poder esta ou aquela repartição regional de Estatística oferecer à administração federal garantias suficientes de êxito para se incumbir do inquérito, e sim de assegurar-se às unidades da Federação uma exegese acauteladora dos interesses de cada uma e de todas conjuntamente, em harmonia com os princípios fundamentais do Convênio, cuja eficiência se procura conservar e desenvolver.

Tampouco, em virtude das conveniências determinantes do regime adotado com assentimento geral, não seria aconselhável, mesmo no caso de estar a execução do Convênio a cargo do Departamento Estadual de Estatística, a variação de que cogita o art. 5.º da Resolução n.º 7, de 30 de dezembro de 1936, do Conselho Nacional de Estatística, que estabeleceu as normas gerais para colaboração dos sistemas estatístico-regio-nais com o federal. Ao contrário, segundo o espírito do art. 8.º dessa mesma Resolução, as repartições regionais deveriam abster-se de proceder a quaisquer indagações por conta própria, coincidente com as que constam de determinado inquérito do plano nacional, mantendo-se, todavia, em entendimento com a repartição federal responsável por esse inquérito, e auxiliando-a no que estivesse ao seu alcance, pelo menos no que se referisse à coleta na capital do Estado.

Essas restrições são corroboradas pelas observações feitas sobre a marcha de tais trabalhos, excepcionalmente confiados, nos últimos anos, aos órgãos estatísticos de duas unidades federadas. Seus resultados, em virtude de critérios de interpretação e revisão divergentes, além do atraso na remessa do material ao SEES, onde este é submetido a nova crítica, acarretam, conseqüentemente, duplicidade de controle e revisão,

(3) Ver trabalho apresentado por MARY HUGGINS TUMMINELLI, na qualidade de membro da Comissão Técnica de Estatística Educacional do Conselho Nacional de Estatística, à Assembléia Geral do mesmo Conselho, em sua sessão de 1941. (*In Revista Brasileira de Estatística*, ano II, n.º 7).

e desaconselham a prática por esse processo, ainda que atuem as repartições regionais em perfeito entendimento com o órgão federal, e utilizem os instrumentos de coleta por êle fornecidos.

Isto posto, vejamos como procede o SEES nesse setor da vida educacional.

*Cadastro* — Inicialmente com base nos registros existentes em 1931 de todos os estabelecimentos onde se ministrasse ensino, organizou-se o cadastro para todo o país, no qual só não se inscreveram as instituições exclusivamente destinadas ao ensino pré-primário e primário geral. Anualmente, a totalidade dos estabelecimentos é atingida pelo arrolamento sistemático, e o cadastro é atualizado depois de feitas as alterações necessárias mediante informações fornecidas pela repartição de direção ou fiscalização do ensino, por agentes municipais de Estatística, por instituições sociais e culturais, ou colhidas do noticiário da imprensa em geral, e, ultimamente, dos boletins mensais do INEP.

Para essa revisão meticulosa, constante e contínua, utilizam-se, pois, informações de origens diferentes, mas dignas de crédito, federais, estaduais, municipais e particulares, quando não é o próprio colégio, ginásio, escola ou curso que gentilmente comunica ao SEES a ocorrência, fornecendo-lhe o programa e minúcias das suas instalações, administração e funcionamento. Ademais, com o concurso particularmente valioso das repartições de ensino e de estatística regionais, são praticamente nulas as probabilidades de omissão de qualquer elemento novo no cadastro. Este, quando completo, consigna ordenadamente para cada unidade da Federação as características individuais fixas de cada educandário, como seja o título, o endereço, as datas de fundação e instalação, a natureza e fins dos cursos, além de uma ou outra indicação convencional, para facilitar a codificação e classificação, visando ao controle máximo da coleta.

*Distribuição e recolhimento dos questionários* — O modelo B-10, acompanhado de um envelope para devolução, com franquia postal, é expedido em duas vias a cada estabelecimento de ensino. Consiste, tal como nos questionários da estatística do ensino primário a cargo das repartições regionais, de um "Boletim de Informações", com esclarecimento e notas essenciais à boa orientação do informante, e onde se individualiza a instituição, e de, cinco folhas (II a VI) capeadas pelo referido "Boletim". A folha II (questionário A) destina-se a dar a caracterização geral do estabelecimento com informações sobre a organização,

o aparelhamento, o pessoal docente e os aspectos administrativos. As folhas III a VI (questionário B) servem ao registro destacado da organização, bem como ao movimento de cada um dos cursos ministrados no estabelecimento e que forem objeto do inquérito, conforme a especificação formulada no "Boletim".

Para que sejam dadas as devidas informações acerca desses diferentes cursos, quando eles excedam as quatro folhas impressas do questionário B, o "Boletim" prevê a hipótese de traçar e juntar o próprio estabelecimento tantas folhas manuscritas suplementares quantas forem precisas, contanto que essas registrem as mesmas indagações formuladas naquelas. Se ocorrer que não sejam suficientes os espaços reservados nos formulários impressos para algumas informações, solicitar-se-á à entidade informante que neles faça as necessárias chamadas numeradas e compile as respostas às inquirições em uma folha de papel à parte, com a epígrafe "informações Complementares".

Atendendo a que a coleta se realiza em mais de 5.000 unidades escolares, sucessivamente e em função do ano letivo, a distribuição de questionários, e bem assim o seu recolhimento, processam-se concomitantemente com o término do exercício escolar, a fim de que sejam elaboradas as estatísticas do ensino em geral nos prazos determinados pelo Convênio, cuja cláusula 16.<sup>a</sup> estipula que, para as estatísticas anuais coletadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelo Território do Acre, até 17 de março do ano imediato, cumprirá ao órgão federal, correlatamente, ter pronta até à mesma data as de que originária e privativamente estejam a seu cargo, e devendo a divulgação dos resultados gerais de umas e outras ser feita até 30 de setembro do mesmo ano.

Em relação à estatística do ensino não-primário, a cargo do SEES, como acontecerá também relativamente à do primário confiada às repartições regionais, a distribuição dos questionários é normalmente feita por via postal, e começa no penúltimo mês de cada ano, ocorrendo o retorno deles, já informados, depois de encerradas as atividades escolares, salvo as condições da localização do estabelecimento, da facilidade das comunicações e da maior ou menor presteza do seu preenchimento.

O recebimento desses documentos básicos para a Estatística é anotado no cadastro da repartição à medida que chegam, seguindo-se depois a classificação, a crítica dos elementos consignados. Em correspondência direta com os responsáveis pelo estabelecimento de ensino, são solicitadas correções ou dados complementares, reiterando-se tais pedidos quando não atendidos oportunamente.

*Apuração e divulgação dos dados* — Verificada a observância de todas as instruções relativas ao preenchimento dos formulários, e considerados os informes idôneos e fidedignos, procede-se à codificação e transcrição dos dados nos quadros de apuração, terminando essa fase da coleta com as operações finais de síntese para cada município, para cada unidade da Federação e para o conjunto do país. Segue-se, por último, a divulgação oficial sistemática dos dados paralelamente aos do ensino primário, reduzidos os algarismos em alguns casos a índices numéricos para melhor apreciação dos valores relativos, e mais a elaboração de contribuições sistematizadas da repartição, como órgão do Ministério da Educação e do IBGE, para o *Anuário Estatístico do Brasil*, a publicação o *Ensino no Brasil*, revistas científicas, relatórios anuais apresentados ao Ministro, os estudos científicos, os boletins do INEP e outros trabalhos periódicos destinados a autorizadas instituições culturais e órgãos de publicidade.

Em suma, na órbita dos órgãos federais interessados na coleta do Convênio, o SEES encarrega-se de fazer a síntese geral e divulgar "em bruto" as estatísticas concluídas que o IBGE e o Ministério da Educação também publicam; e o INEP procede à análise minuciosa e a comparações sucessivas dos resultados dessas estatísticas, que interpreta para julgar das providências governamentais, da cooperação das entidades particulares, do tipo de organização e de administração mais convenientes, do valor dos próprios processos didáticos em uso, para abranger, enfim, o problema da educação nacional em toda a sua magnitude (4).

É bem de ver, por isso, que o acerto nas importantes elaborações, visando ao conhecimento ou ao aperfeiçoamento da realidade brasileira, nesse ramo, depende não somente da eficiência administrativa e amplitude das operações dos órgãos públicos responsáveis pelas estatísticas ou pelos estudos científicos nelas baseados, mas principalmente da qualidade dos dados que sejam registrados, coligidos, compilados ou de qualquer modo obtidos por pessoas ou entidades diretamente ligadas às ocorrências, ou em contato perene com as respectivas fontes de informação primária.

Realmente, assim como a boa indústria manufatureira é sempre e cada vez mais exigente quanto à qualidade da matéria-prima a ser transformada em produtos aperfeiçoados, assim também, em Estatística, a manipulação analítica superior dos resultados numéricos requer o má-

- (4) V. os boletins editados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

ximo de precisão e apuro na matéria prima que interessa à coleta básica, isto é, os fatos observados e colhidos em sua própria origem.

Esse é um ponto primordial da coleta, e a ele voltaremos em breve, baseados nas definições e instruções aprovadas e atentos igualmente às falhas, muitas de natureza interpretativa, de que ainda se ressintam os levantamentos, não obstante o esforço enorme que se tem empregado no sentido de elucidar o problema.

Já é grande, contudo, o cabedal de experiências, e muitos os progressos conseguidos desde os primeiros anos de realização do Convênio; mas o período de desbravamento ainda não passou de todo, sendo indispensável perseverar no ideal de perfeição que se procura alcançar. Estejamos convictos e conscientes dessas afirmações, cujas dificuldades ainda hoje continuam a ser quase as mesmas que se verificavam no tempo de MAURICE BLOCK, que destarte se manifestava: "Le moment de s'endormir sur leurs lauriers n'est donc pas encore venu pour les statisticiens; il faudra peut-être quelques générations encore avant qu'on ait bien su faire la part de toutes les influences; mais il n'y a pas lieu non plus de se décourager, car le chemin parcouru est déjà assez considérable, et il est évident que nous nous rapprochons du but." (5).

(5) MAURICE BLOCK, *Traité Théorique et Pratique de Statistique*, Paris, 1876.



A

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE DE HARVARD

MILTON DA SILVA RODRIGUES Da  
Universidade de São Paulo

O problema da formação de professores secundários, técnicos de educação em geral e professores de escolas normais, vem recebendo, da parte do Governo federal e dos governos estaduais do Brasil, uma especial atenção, nestes últimos anos. Pareceu-me, por isso, que não seria demais relatar, em breves palavras, aquilo que sobre esse mesmo assunto me foi dado observar numa rápida estadia de uma semana na; Universidade Harvard, dos Estados Unidos. A maneira pela qual a "Graduate School of Education" dessa universidade procurou resolver aquele problema é ao mesmo tempo equilibrada e séria.

Algumas palavras introdutórias são necessárias, principalmente para aqueles que não estão exatamente a par da organização do ensino na América do Norte e da legislação deste país, no que concerne à habilitação de servidores do Estado.

A instituição escolar norte-americana conhecida pelo nome de "high-school", não corresponde exatamente à nossa escola secundária. Ela não possui, como o nosso colégio, a finalidade de dar cultura geral, mas, ao contrário, procura conter o objetivo de uma formação prática que habilite os seus graduados ao exercício de posições intermediárias, pela aquisição, por parte deles, de certos conhecimentos, habilidades e destrezas fundamentais, necessários ao exercício de tais funções. Assim sendo, a "high-school" não realiza, também, a função propedêutica de preparar suficientemente para o acesso às escolas superiores, muito especialmente, para as instituições correspondentes às nossas faculdades de filosofia. A instituição escolar norte-americana que tem por objeto a cultura geral é o "college of liberal arts", reminiscência das faculdades de artes liberais das universidades européias da Idade Média, cuja função, nos países do continente europeu, bem como, mais tarde, na

América do Sul, foi encampada pela escola secundária, a partir de fins do século XVIII. Constituído, geralmente, de quatro anos de estudos, os "colleges", como são abreviadamente designados, concentram sua finalidade liberal apenas em seus dois primeiros anos que, por vezes, formam instituições à parte, denominadas "júnior colleges". Os dois anos finais já permitem especialização dentro de um campo escolhido pelo estudante e, assim sendo, apenas estes dois anos é que correspondem aos cursos das nossas faculdades de filosofia, ciências e letras. Se as "high-school" não se ocupassem em dar ensino de matérias semiespecializadas que consomem muito tempo, a mesma extensão de curso seria suficiente para absorver aqueles dois primeiros anos do "college", que é o que se faz na Europa e na América do Sul.

O título geralmente concedido pelas universidades norte-americanas de bacharel em artes não tem, portanto, correspondente no Brasil, já que êle corresponde apenas a dois anos de estudos em nível realmente universitário. O título norte-americano que corresponde ao nosso atual bacharelato é o de "master of arts" que, nos Estados Unidos, se consegue com um ano adicional de estudos, além dos quatro de "college".

Outra circunstância que precisa ser levada em conta, para a perfeita apreciação dos cursos oferecidos pelas escolas superiores norte-americanas é o fato da legislação que regula a admissão de funcionários públicos ser, geralmente, estadual. Os títulos acadêmicos raras vezes são suficientes para permitir a alguém o exercício de uma profissão. Geralmente, antes que a licença para o exercício de uma determinada profissão seja concedida por determinado Estado, deverá o candidato submeter-se a exame perante uma junta especial. A legislação varia muito de um Estado para outro; as universidades procuram, naturalmente, manter cursos que correspondam às necessidades do povo, adaptando seus currículos às exigências das juntas examinadoras. Não seria, no entanto, possível uma mesma universidade preparar candidatos às profissões tais como elas são regulamentadas em todos os Estados. Há, porém, grupos de legislações bastante parecidas para que uma mesma universidade consiga satisfazer simultaneamente a todas elas. Por outro lado, as universidades não se prendem demais a essas legislações, oferecendo cursos que com elas não têm a menor relação, mas visam o aperfeiçoamento segundo seus próprios conceitos e contribuem substancialmente para um elemento dos "standards" profissionais. Por uns e outros motivos, percebe-se facilmente que os cursos universitários têm

de admitir uma grande flexibilidade para que, através da escolha de matérias, por parte dos estudantes, todas aquelas finalidades e mais a de uma crescente especialização profissional sejam satisfatoriamente alcançadas.

O ensino sistemático de pedagogia, na Universidade de Harvard, pode dizer-se que principiou em 1891, com a nomeação de um professor de "history and art of teaching". Os cursos sobre pedagogia foram criados dentro da seção de filosofia até 1906. Quando os diversos professores de assuntos educacionais já então existentes passaram a formar uma divisão especial da congregação de "arts and sciences". Até 1920, os cursos pedagógicos continuaram sendo dados tanto no "college of arts and sciences" como no Radcliffe College, faculdade de filosofia destinada a moças, na mesma cidade de Cambridge, em estreita colaboração com a Universidade Harvard. Em abril de 1920, foi constituída a Graduate School of Education (Faculdade de Educação), atualmente instalada no Lawrence Hall.

Os cursos ministrados por essa faculdade são de dois tipos, a saber: os que se destinam à formação de professores secundários e os que se dedicam ao preparo de administradores de ensino, em geral. Os primeiros são dados em colaboração com o "college of arts and sciences"; o grau universitário que os sanciona é o de "master of arts in teaching" colado, conjuntamente, pelas congregações da faculdade de educação e da faculdade de ciências e letras "college of arts and sciences"; os segundos conduzem ao grau de "master of education", concedido somente pela congregação da faculdade de educação.

Conforme ficou dito acima, dos quatro anos de "college", apenas dois podem ser considerados de nível universitário e apenas nestes dois anos é que o estudante inicia o estudo especializado de um determinado setor de conhecimentos que contém a ou as matérias que, como professor de ensino secundário, ele pretenda lecionar. Em muitas partes dos Estados Unidos, os conhecimentos correspondentes a esses dois anos de estudos especializados (dos quais parte, nesse caso, é dedicada a disciplinas pedagógicas) são os únicos exigidos para o exercício do magistério secundário (quando o são). A Universidade Harvard não reconhece como completa a formação científica daqueles que se formaram por um "college" comum, para o fim de candidatarem-se ao ensino de segundo grau. Para este fim, além da formação pedagógica, deverá o estudante, contemporaneamente, prosseguir nos

estudos da ou das matérias que pretenda ensinar, até que tenha alcançado um nível julgado satisfatório.

Este complemento de instrução nas matérias de ensino totaliza, juntamente com a instrução pedagógica, apenas um ano de curso da Faculdade de Educação da Universidade de Harvard. Uma quarta parte do tempo é dedicada à instrução nas matérias que o futuro professor secundário pretende ensinar e três quartas partes à instrução em pedagogia. Tal divisão pode ser modificada: para os estudantes que já tenham, nos seus anos de "college", aprendido alguma coisa das disciplinas educacionais, uma parte do tempo acima consignado à pedagogia pode ser dedicada a matérias eletivas. A maioria, no entanto, dos estudantes da faculdade de educação da Universidade de Harvard é constituída por professores secundários já formados segundo exigências mais baixas e que já dispõem de certa prática pedagógica; o que eles ali procuram é uma elevação de nível cultural. De todos eles, porém, é exigida uma prática de ensino, contemporânea com os estudos e superintendida por um determinado professor. A Universidade não possui escolas de aplicação próprias; o que ela faz e obter para seus estudantes colocação em escolas secundárias locais, onde os futuros professores ou se encarregam da direção responsável de uma classe, ou ficam como assistentes de um professor experimentado. Os problemas didáticos surgidos durante a sua prática, o estudante os leva a discutir nas horas de seminário especialmente projetadas para esse fim, na faculdade.

Como cursos básicos, em pedagogia, exigem-se dos estudantes as seguintes matérias: psicologia educacional, filosofia da educação ou educação comparada, medidas educacionais incluindo estatística, organização do ensino secundário, didática geral e uma didática especial.

Os cursos que conduzem ao grau de "master of education" são os seguintes:

1) — *Curso de formação de administradores regionais de ensino*, cujo fim é preparar ao exercício da função de diretor de ensino. Como é sabido, as organizações de ensino, na América do Norte, são extraordinariamente fracionadas; os sistemas escolares são, geralmente, municipais ou distritais, exercendo os estados apenas uma função coordenadora e fiscal das atividades dos municípios. Nessas condições, os sistemas escolares são numerosíssimos, como numerosíssimos, também, são os diretores de ensino, designados pela expressão "superinten-

dents of schools". O curso destina-se, de preferência, a professores com alguns anos de prática na docência e na direção de escolas.

2) — *Curso de formação de diretores de escolas elementares*. Devemos, aqui, lembrar-nos de que as escolas chamadas elementares, nos Estados Unidos, abrangem de seis a oito anos de curso, invadindo, assim, uma parte do ensino de segundo grau, o que, naturalmente, implica em maiores responsabilidades quanto aos seus diretores.

3) — *Curso de formação de orientadores educacionais* ("guidau-ce"). A variedade dos programas escolares, passíveis de livre escolha por parte dos alunos do ensino secundário, cujos currículos são sempre flexíveis, ao lado da multiplicidade e complexidade das funções num país altamente industrializado, como o são os Estados Unidos, deram origem justificada à existência de conselheiros educacionais, que exercem sobre os alunos uma função tutelar de orientação relativamente a estudos e profissões a serem escolhidos. Essa função já existe em muitas escolas de grandes proporções, nas quais o regime de internato ou de períodos diários muito longos, que afasta o adolescente da influência direta ou constante da família, exige da parte da administração da unidade escolar que esta tome a si incumbências que, certamente, não teriam razão de ser em externatos de período diário mais breve, de programas rígidos e que sirvam a sociedades ainda não muito diferencia-

das. Raramente, porém, mesmo nas grandes escolas norte-americanas, o conselheiro é apenas conselheiro, pois que suas funções, não exigindo total dedicação, podem ser acumuladas com as da docência, prática esta muito generalizada.

4) — *Curso de formação de técnicos em medidas e pesquisas educacionais*, que prepara os que pretendem dirigir trabalhos de pesquisa pedagógica ou exercer as funções de estatísticos educacionais.

5) — *Curso de formação de psicólogos escolares e técnicos em medidas mentais*.

6) — *Curso de formação de educadores de saúde*, que prepara os que pretendem aos cargos de inspetores ou diretores de educação de saúde. O trabalho deste curso é em cooperação com a escola de saúde pública da Universidade, em matérias tais como salubridade, alimentação, epidemiologia, etc, constituindo exigência prévia o conhecimento de anatomia e fisiologia.

7) — *Curso de formação de diretores de escolas secundárias*. Este curso não concede o grau de "master of education" senão aos seus estudantes que, previamente, apresentem prova do exercício de magistério em que se demonstre uma indiscutível competência didática. Esta experiência não pode ser substituída pela prática de ensino dirigida que a Universidade exige dos alunos.

8) — *Curso de formação de administradores de ensino profissional*, especialmente no campo dos assuntos econômicos e administrativos.

Todos estes cursos são de um ano, dividido em dois semestres letivos. O maior número diário de aulas, o período escolar diário mais longo e a quase ausência de feriados fazem, porém, com que esse ano de estudos corresponda a bem mais de um ano, tal como êle seria coiv tado em função do ano letivo líquido, no Brasil.

A fim de atender às necessidades dos que pretendam dedicar-se à pesquisa educacional em nível elevado, a faculdade de educação oferece a oportunidade de alcançar o título de doutor em pedagogia. Este título é concedido após, no mínimo, dois anos de estudos, freqüência de aulas, pesquisas pessoais e trabalhos, e mediante dois exames escritos, uma prova oral e a redação e julgamento de uma tese. Os programas de doutoramento variam extraordinariamente, mesmo porque são organizados sempre em espécie, para o fim de atender às necessidades de certo e determinado doutorando, necessidades essas que, em regra geral, diferem das de qualquer outro. Ninguém é admitido a doutoramento sem que prove ter uma boa experiência profissional do campo dentro do qual pretende doutorar-se; por outro lado, não se exige que o candidato já possua o título de "master of education", que êle, se quiser, poderá obter no decurso dos seus dois anos de doutoramento.

O grau de doutor em pedagogia é especialmente recomendado para os que pretendam dedicar-se ao preparo de professores, como por exemplo, os que lecionem em escolas normais.

## A DISCIPLINA NA ESCOLA SECUNDÁRIA (\*)

PAULO ARBOUSSE-BASTIDE  
Da Universidade de São Paulo

Muito se tem falado, a respeito da escola hodierna, do princípio de liberdade. Assinalou-se o caráter autoritário dos métodos de ensino de antigamente. Denunciaram-se, com razão, os abusos de tal método. Estabeleceu-se como princípio que a escola do futuro devia ser a escola da liberdade (que não procurasse impor ao aluno certo número de conhecimentos já assentes, mas suscitasse nele um movimento de livre interesse por todos os problemas em relação com a sua idade e o seu tempo. O princípio é excelente, mas, como acontece muitas vezes com os excelentes princípios, deu freqüentemente ensejo para conclusões errôneas. Inúmeras vezes a apologia da liberdade do espírito tem sido transformada em condenação sem apelo daquilo que se poderia chamar de "coerções educativas".

Ora, não há dúvida de que existem coerções educativas. A própria noção de educação implica a idéia de orientação, de pressão e— forçoso é convir — de certas coerções. Convém não esquecer que o processo educativo tem mais de arte que de pesquisa pura. No fundo, a educação é normativa, supõe fins e investiga os meios mais próprios para atingir tais fins. A realização desses meios e a avaliação da sua eficácia supõem um conhecimento dos fatos psicológicos e sociais, o qual condiciona a vida da criança ou do adolescente. Esse conhecimento é de ordem científica : eis porque existem ciências da educação. Mas essas ciências da educação não chegariam a ser educação propriamente dita se não se transformassem em meios de ação. Toda obra de educação implica, portanto, certa pressão, certo constrangimento. Entre esse constrangimento, que fica na base de todo esforço de educação, e a liberdade, que deve ser o coroamento dessa obra, não há mais contradição do que entre o

-----  
(\* ) A matéria deste artigo constitui o cap. VIII, da obra *Formando o homem*, Sociologia Edit., S. Paulo.

movimento das raízes que se aprofundam na terra e o dos galhos e das flores que se lançam para o céu.

Na categoria das coerções educativas podemos colocar todos os quadros formais como que impostos do exterior, que regem o processo educativo. Estamos convencidos de que convém reduzi-los ao mínimo, pelo receio, que temos, de que eles possam asfixiar as personalidades nascentes. Não cremos que seja possível dispensá-los.

Todos os elementos de controle do processo educativo são coerções educativas. Na primeira fila dessas coerções devemos colocar a disciplina escolar. É possível haver quem pense que o problema da disciplina escolar não comporte uma dignidade suficiente para merecer um exame especial. É um engano. É necessário mesmo dizer que é um erro. Os maiores educadores têm considerado da maior importância o problema da disciplina. Para que se convença desta, basta abrir-se o livro de W. FOERSTER: *UEcole et Ic Caractère*" (1900), cujo primeiro capítulo é intitulado: "La réforme de la Discipline Scolaire". Lembrem-se também as páginas de DURKHEIM em *L'Education Morde*. A disciplina não é um problema prosaico.

Infelizmente, há professores de ensino secundário que possam custar a crer que a disciplina seja um verdadeiro problema pedagógico, porque o mesmo se reduz, para eles, a uma questão de policiamento. Esmagados pela indisciplina, não têm oportunidade de refletirem sobre a disciplina. Como os proletários que, esmagados pela pobreza, não têm lazer bastante para refletirem sobre a riqueza e a prosperidade. O esmagamento de alguns, por lamentável que seja, não suprime os problemas. Por outro lado, certos otimistas negam pura e simplesmente que seja necessária qualquer disciplina. Ou estes otimistas, se são professores, realizam diariamente um milagre cuja receita deveriam dar aos menos privilegiados, ou estão habituados a dispensar a disciplina, para maior mal dos seus alunos, ou finalmente, não ensinam e falam com a segurança do que não conhecem. Ora, cremos poder afirmar sem risco de encontrar muitos contraditores sérios, que uma certa ordem é necessária à escola qualquer que seja ela.

Sem pretender assimilar a escola a uma prisão — o que era precisamente o erro do ensino autoritário — convém reconhecer que, sem certa disciplina material, se torna impossível qualquer disciplina intelectual. Não é por acaso que o termo "disciplina" designa ao mesmo tempo a imposição de certos hábitos materiais e morais e o sistema de conhecimentos a adquirir. Se por "disciplina escolar" se entendem os hábitos físicos, psicológicos e morais necessários à aquisição e à assimilação



coletivas de conhecimentos, pode-se dizer que a disciplina comporta diversos graus e nenhum desse graus é indiferente para o educador.

No mais baixo grau da disciplina está a ordem material. Ordem não é imobilidade, mas atividade racional. Não se pode exigir dos alunos de uma classe que não se mexam durante uma lição inteira; o mais que deles se pode exigir é que sua atividade física e psicológica esteja subordinada, em seu conjunto, ao cuidado do trabalho escolar. Eis o mínimo que um professor poderá pedir aos alunos, em matéria de disciplina fundamental. O cuidado do trabalho implica a atenção que, em certos momentos, supõe uma imobilidade relativa, mas somente em certos momentos, pois ninguém ignora que a atenção não pode ser contínua. Ela comporta momentos de tensão e de relaxamento. O professor que sabe interessar seus alunos a variar os exercícios de ensino obterá facilmente uma atenção normal. Além disso, convém que, ao entrar para a aula, o aluno o faça com vontade de se interessar. O que a qualquer preço se deve combater no aluno é a atitude de abandono, de indiferença que caracteriza muitos alunos. A condição de qualquer disciplina reside, pois, num espírito de boa vontade da parte do aluno para com o seu trabalho e de respeito ao professor. Essa boa vontade e esse respeito se manifestam por atitudes para as quais o professor deve ser intransigente.

Um aluno que atravessa todo o seu tempo de escola escarrapachado na carteira, ou que responde com insolência às menores observações, não está em condições de acompanhar proveitosamente um ensino. Apresenta o perigo de contaminar o conjunto da classe, mormente se dotado de aptidão para organizar a desordem. Aluno como esse deve ser imediatamente expulso da aula, quer provisória quer definitivamente. Se o professor não tem autoridade suficiente para eliminar os alunos que não queiram aceitar um mínimo de ordem, será-lhe bem difícil ministrar um ensino eficaz (1).

Sabido é que, muitas vezes, os professores se vêm na impossibilidade de exigir esse "minimum" pela própria administração da escola, que recebe as seleções rigorosas, sempre desagradáveis aos pais e causa de perda de alunos. Não duvidamos em afirmar que uma administração dominada por tais sentimentos não é digna de sua missão e pratica verdadeiro abuso de confiança contra a comunidade. Se os administra-

(1) Este mínimo deve ser obtido assim que o professor toma contato com uma classe nova. Se deixa que a desordem se instale, não lhe será mais possível subir a correnteza. Veja-se o excelente estudo de M. PENZ sobre *La Discipline*, na "Semaine Pédagogique de Rabat, 23-27 mars 1937" — *Bulletin de l'Enseignement public du Maroc* — Junho 1937.

dores de uma escola têm espírito de comerciantes, dispostos a tudo para não perder seus "fregueses", podemos assegurar que todo o ensino pecará pela base. A administração de uma escola deve ter, como primeiro cuidado, o ensino e não o "negócio".

Essa é uma das razões que nos levam a preferir o princípio do ensino pelo Estado ao do ensino particular. Um estabelecimento do Estado pode dar-se ao luxo de não pensar em ganhar dinheiro e até de não se inquietar, caso venha a perdê-lo. Pode dedicar-se a ministrar um ensino de qualidade, sem se preocupar demasiado com o número daqueles que quisessem aproveitar-se dele. Dificilmente a administração de uma escola particular poderá evitar certa tendência a sacrificar a manutenção do ensino ao número dos alunos. Ora, quando mais não fosse, pela própria quantidade, a disciplina se tornará impossível, se somente o número constituir a regra da base. Excluir, sem consideração, os alunos que se recusam a submeter-se a um *niiiiiuuii* de disciplina é, evidentemente, fazer passar a qualidade adiante do número. Um bom aluno não rende mais a um estabelecimento do que um mau. A "dignidade" comercial do mau é, pois, igual à do bom. Eis o defeito de couraça de todo ensino particular, a menos que seja obra de apóstolos, como, aliás, parecem demonstrar os inúmeros projectos de propaganda, publicados em jornais nos quais se anunciam que o estabelecimento X ou Y não alimenta interesse além do de trabalhar pelo engrandecimento intelectual e moral da nação.

Há, portanto, um *iiiiiiiriau* de disciplina ou antes, de pré-disciplina indispensável ao ensino. Esse *itiniivitiu* não pode ser obtido senão com a colaboração dos diretores de escola e dos pais dos alunos. Se uns e outros não se interessam pelo real aperfeiçoamento intelectual e moral dos alunos, a ação dos melhores professores se converte em pura ilusão.

Tudo isso vale dizer que a disciplina da aula depende intimamente da do estabelecimento, considerado em seu conjunto, bem como dos hábitos morais do meio social de que os alunos se originam.

Acima do *niiiiimum* exigido, há toda uma série de graus na disciplina graças aos quais a ordem física e a intelectual se juntam. A boa -vontade do ponto de partida não passa de um encaminhamento para a aquisição de hábitos favoráveis ao desenvolvimento intelectual da criança. Uma vez que a disciplina material se converta em disciplina intelectual e moral, o constrangimento desaparece, ou pelo menos, se atenua. Uma classe que toma gosto pelo seu trabalho, que se interessa pelo progresso próprio é naturalmente disciplinada, porque a disciplina de base que, na origem, era condição do trabalho fecundo se torna con-

Seqüência mesma desse trabalho. "Boa classe" é aquela em que se constata essa retroversão do efeito sobre a causa. Eis porque em uma "boa júasse" [o professor pode tolerar certo relaxamento aparente da disciplina formal, pois êle sabe que, mesmo relaxada, ela se manterá sempre pos limites impostos pelo próprio trabalho. A classe "viva", indisciplinada talvez na aparência, é preferível à classe aterrorizada por mão de ferro, porque a vida real tem mais importância do que a ordem aparente. Quer se queira ou não. volta-se sempre ao mesmo ponto de partida: a qualidade do mestre que ensina. A propósito, eis algumas reflexões que valem a pena de serem citadas. São tiradas de um artigo modestamente assinado com o pseudônimo AKADEMOS, aparecido numa folha não menos modesta, *L'Information Vniversitaire*, hebdomadário de Franca (17 de dez. 1938). O excelente educador que se assina AKADEMOS, e que dava semanalmente a *L'Information I'nivcrsilairc* uni pedue-ím artigo, sempre interessante, exprime-se da seguinte maneira: "A dis-Jâplina não é dever do aluno, mas do professor... Os verdadeiros professores nunca se preocupara com os quebra-cabeças que são para os teóricos da pedagogia os problemas da disciplina escolar. Ensinam com ta ntr. ainor, que estabelecem entre eles e 08 alunos uma harmonia espiritual; põem no seu ensinamento tanta sociedade e tanta sinceridade, tanto ardor e tanta vida, que nunca se lhes apresenta o caso de terem •de reduzir uma individualidade do estado de revolta ao estado de docilidade. A docilidade não é nem condição prévia, nem consequência fictícia do seu JSnsino. Ê um aspecto dele. Começa no próprio ato por que eles começam a ensinar. A disciplina que fazem reinar em sifa escola nada mais é do que a atividade mental do espírito (pie adere a si mesmo na intimidade séria do próprio trabalho. A disciplina e a autoridade falecem quando não se consegue na escola estabelecer o acordo do pensamento e da ação, graças ao qual a vida espiritual dos alunos se funde e se unifica na vida espiritual do mestre. A disciplina não é condição da escola, como se ■crê. vulgarmente. É a própria escola. E a verdade não é que numa escola não se façam progressos porque não haja disciplina, mas sim que não há disciplina porque ninguém progride. Deixa de haver progresso, porque o saber não está organizado nela, porque o saber que o professor traz não é um verdadeiro processo espiritual, não é espírito. Veja-se bem. E se verá que o mestre sem autoridade é o professor sem cultura ou. o que vem a dar no mesmo, sem cultura organizada; o professor que, não tendo espírito, não possui aquele poder de atração que faz com que as inteligências venham a êle pouco a pouco, por um ato de liberdade. É um professor confuso, ou instruído demais para os.seus alunos,

um professor cuja doutrina não tem valor positivo para os seus alunos. Mas, nos casos em que o professor sabe, e sabe para os alunos, êle os atrai no seu saber, disciplina-os com a disciplina do seu saber e, para êle, o problema da disciplina, separado do problema do ensino, não existe. A disciplina pode ser definida como a ética do saber: unidade de leis e de vontade, de objeto e de sujeito, de forma e de amor, de autoridade e de liberdade, que se realiza no saber e somente no saber". Este longo trecho é digno de ser meditado. Coloca o problema da disciplina era seu verdadeiro terreno — o do ensino e do valor daquele que ensina.

O problema da disciplina global, em sua relação com a marcha geral do estabelecimento, comporta dificuldades maiores, talvez, do que o problema da disciplina na classe. Com efeito, se considerarmos a classe como um todo, a unidade desse todo poderá ser mais facilmente obtida que a unidade do conjunto. Pelo interesse do seu ensino, pode o professor dar à sua classe uma "alma" unificadora, graças à qual a disciplina se estabelecerá e manterá espontaneamente. O diretor do estabelecimento não gozará do mesmo privilégio. Não pode, pelo ensino, suscitar interesse comum entre os alunos que lhe são confiados. Se quiser obter disciplina espontânea, consentida e não unicamente imposta, deverá saber provocar no estabelecimento uma mentalidade coletiva, um "espírito" comum favorável ao reconhecimento de uma ordem espontânea no grupo.

Não raro acontece que a disciplina global —■ quando existe — é imposta pelo jogo de sanções exteriores, punições e recompensas, tendentes mais a constringer do que a persuadir; proibição de saídas, trabalhos suplementares. A regra a respeitar consiste, por exemplo, em colocar-se em filas nos corredores (2), não assobiar ou cantar durante os recreios. A vigilância é exercida por funcionários especializados. Os internos são, mais do que os outros, submetidos à disciplina geral. Essa organização da disciplina tem sugerido, não raro, o paralelo contritador da escola com a prisão.

Admitamos, antes de tudo, que tal disposição, mesmo exterior e formal, seja preferível a uma desordem que impediria todo trabalho aproveitável, e não deixaria de refletir na vida íntima das classes, sejam quais forem os méritos e a autoridade do professor responsável. Entretanto, tal disciplina está longe de ser o ideal. Ela se baseia no constran-

(2) Entretanto, não se deve criticar demais uma certa disciplina de ordem material e de aspecto físico. Ver, a respeito, o estudo já citado de PENZ sobre *La Discipline* (*ReVue de l'Enseignement public du Maroc*) 1937.

gimento material, na desconfiança, no medo, na vaidade e nos interesses mais egoístas. Favorece a dissimulação, o abuso de autoridade, o espírito de revolta surda ou declarada. Ela faz defrontarem-se educadores com alunos, como inimigos naturais, postados dos dois lados da barricada. Muito se tem dito e escrito contra essa disciplina de guarda de presidiários, e com razão. Mas, a substituí-la pela anarquia, o remédio seria pior do que o mal.

Ante a necessidade de acabar com a disciplina de tipo militar sem ir até a anarquia, os educadores têm-se orientado no sentido do *self-govemment*. É conhecido o princípio: fazer da escola um meio favorável à aprendizagem do comportamento democrático. Para tal é necessário organizar a escola como uma pequena cidade, na qual cada membro tenha sua função e suas responsabilidades, na qual o poder confiado provisoriamente a cada um resulte de uma delegação da coletividade e comporte mais deveres do que direitos. Sem que o problema da disciplina seja o único problema que o método do *self-govenuicitt* procura resolver, êle está entretanto no centro das preocupações dos que lançaram os princípios do sistema. Um dos fundadores da Escola-Cidade, M. GIEL, escreve: "Enquanto o professor fôr o único a reinar, o aluno ficará completamente indiferente aos atentados que seus colegas porventura fizerem contra a ordem e a disciplina. O fator mais poderoso de educação é o exercício de uma verdadeira responsabilidade. Gabam-se diariamente a nossos filhos os benefícios da liberdade e, ao mesmo tempo, eles são obrigados a pensar e a agir como os súditos de um tirano. Não há quase uma classe em que não perpassa uma corrente oculta de rebelião. Os hábitos desmoralizadores, as deformações do caráter divido a esses longos anos de submissão são tão graves que apenas um número diminuto consegue mais tarde libertar-se deles".

Tem-se tratado de saber se o problema da disciplina coletiva não poderia ser resolvido pelos próprios interessados, aos quais conviria dispensar mais larga confiança. Urge abandonar, diz-se, a disciplina pelo contrangimento imposto do exterior e voluntariamente ignorante daquilo que pode haver de legítimo nos desejos individuais. Convém rejeitar as sanções contrárias à higiene ou suscetíveis de produzir aversão ao trabalho. E, acima de tudo, é preciso conceber a vida em comum na escola e de modo tal que, para o aluno, a sanção (3) mais grave seja

(3) Sobre o sistema das sanções disciplinares na escola secundária, ver: Houyvet: *Vers un nouveau système disciplinaire*. Communication 4 du Congrès du Havre, 1937 — H. BOUCHET: *La discipline chez les grands élèves* (Résultats d'une enquête). Communication 78 du Congrès du Havre — 1937.

a exclusão do trabalho livre ou do trabalho em grupos, a privação do papel de confiança desempenhado pelo aluno no seio dos seus colegas. A verdadeira disciplina deve ser feita mais de encorajamento do que de reprimendas. Só gradualmente podem organizar-se métodos de *self-go-vermchl*: participação dos alunos na disciplina, responsabilidade de cada um pela ordem e comportamento do grupo, liberdade crescente à medida que cresça a ordem e a disciplina. Seria preciso que, na escola, os alunos pudessem certificar-se de que não há oposição entre a disciplina e a liberdade, mas, ao contrário, que a disciplina constitui a verdadeira fonte da liberdade.

Concebido nesses termos, o aprendizado da disciplina é excelente e importante meio de educação. Longe de ser exterior e imposta de fora, ela se torna uma "lição de coisas" social, na qual deve o aluno participar como ator. Dir-se-á: esse problema se aplica a todos os graus do ensino e não somente à escola secundária.

Certamente a disciplina é problema geral de educação, mas cremos que, relativamente à escola secundária, essa questão se apresenta com acuidade toda particular. Para tanto, há dois motivos: primeiro, a escola secundária é, antes de tudo, a escola dos adolescentes. Ora, o adolescente é apaixonado, ao mesmo tempo, da liberdade e da vida coletiva; depois, é na escola secundária que pela primeira vez se apela para o espírito da livre crítica. Como poderia essa liberdade de crítica nascer e florescer num ambiente de contrangimento e desconfiança, de resignação desabusada ou revolta contínua?

A escola secundária deve constituir a ocasião de um aprendizado da liberdade pela disciplina consentida. A ordem imposta não seria mais que um prelúdio da ordem consentida. A arte do educador está em saber operar habilmente a passagem de uma para outra. A verdadeira disciplina não é mais do que a aprendizagem da liberdade.

## A EDUCAÇÃO NA CHINA (\*)

As condições em que, atualmente, se desenvolvem as atividades das escolas chinesas são das mais difíceis. Entretanto, elas prosseguem no seu trabalho e as freqüentes mudanças a que são obrigadas pelos bombardeios, incêndios e retiradas, com a destruição da maior parte do seu equipamento, apenas têm contribuído para estimular professores e alunos a improvisarem novos instrumentos de ação, passando a contar mais com a vida mesma do que com os recursos escolares usuais.

Forçosamente, conseqüências não de resultar desse conjunto excepcional de condições, sob o qual se processa, no momento, a educação chinesa, e convirá que desde já se fixem alguns dos seus aspectos.

As classes funcionam, freqüentemente, nas ruínas dos templos e de outros grandes construções, ou mesmo ao ar livre. Os alunos são, em geral, mal alimentados e mal vestidos, mas, apesar de tudo, continua a lula pela instrução.

O sistema educacional chinês de há muito que se baseava na cola-Borção do povo, cujas contribuições mantinham a maior parte das escolas, e os cargos públicos só eram alcançados através de exames rigorosos, cujo objetivo era determinar a capacidade literária dos candidatos. Ultimamente, ocorreram algumas alterações fundamentais, mas ainda prevalece esse processo de seleção do funcionalismo público.

Tal empenho pela averiguação da proficiência literária também predominou na educação chinesa até o começo do século, quando um novo sistema começou a tomar corpo. Exatamente, a partir de 1928, novos princípios começaram a vigorar, mais acordes com as necessidades da China Moderna.

(\*) Do folheto *Education in China Today*, publicado pelo U. S. Office of Education, Washington, 1944, de autoria de C. Q. AFTON, T. SEVERIN, K. LI, S. SIENSKI e TUNG YUEN FONC. Resumo preparado pelo professor Alvaro Neiva.

HUBERT FREYN, no livro *Chinese Education in the War* (Shangai, Kelly & Walsh, Ltd., 1940), à página 92, transcreve do *Shao Tang Pao* de 7 de julho de 1938 uma relação desses princípios:

" Igual desenvolvimento para o treinamento físico, moral e intelectual;

Unificação dos estudos literários e militares;

Igual atenção às necessidades agrícolas e industriais;

Entrosamento dos objetivos educacionais com os objetivos políticos;

Estreita coordenação da educação do lar com a educação da escola;

Preservação dos clássicos chineses por métodos científicos;

Intensificação do estudo das ciências naturais;

Renovação dos processos de ensino das ciências sociais;

Mesmo desenvolvimento educacional para todas as regiões do país e disseminação da educação popular, levando em consideração a educação social e a educação do lar".

Apesar de não estar ainda a Constituição da República Chinesa em pleno vigor, devido à guerra, o exame de seus dispositivos são de capital importância para qualquer estudo sobre a China Moderna, porque traduzem o pensamento oficial anterior à agressão japonesa. Seu Capítulo VII, do art. 131 ao 138, abaixo transcritos, é dedicado inteiramente à educação:

"Art. 131. Os objetivos educacionais da República Chinesa consistem em desenvolver um espírito nacional, em cultivar uma moralidade nacional, em ensinar o povo a dirigir-se por si mesmo, elevando-lhe a tal nível as condições de vida que lhe seja possível organizar-se num esclarecido corpo de cidadãos.

Art. 132. Todo cidadão da República Chinesa terá iguais oportunidades para educar-se.

Art. 133. Todas as organizações educacionais, públicas e privadas, receberão a supervisão do Estado e se obrigarão a seguir-lhe as determinações.

Art. 134. Todas as crianças de seis a doze anos serão consideradas, em idade escolar, sendo-lhes ministrada educação elementar gratuita.

Art. 135. Todas as pessoas acima da idade escolar, que não tenham recebido educação elementar, receberão educação suplementar gratuita.

Art. 136. Ao estabelecer universidades e escolas técnicas, o Estado atenderá às exigências regionais, assim como se esforçará para que todos tenham iguais oportunidades de receber educação mais completa, de molde a estimular o desenvolvimento de uma cultura nacional generalizada.

Art. 137. As verbas destinadas à educação nunca serão inferiores a 15 % do orçamento do Governo Central, nem a 30 % dos orçamentos provinciais, distritais e



municipais, respectivamente. Leis especiais estabelecerão e salvaguardarão as dotações para fins educacionais. Nas províncias que o necessitem, as despesas com educação serão subsidiadas pelo Tesouro Nacional.

Art. 138. O Estado procurará estimular ou subvencionará as seguintes pessoas e organizações:

1. Organizações educativas estabelecidas por particulares associados ao Estado, que apresentem um índice alto de realizações.
2. Organizações educativas destinadas a cidadãos chineses residentes no estrangeiro.
3. Organizações ou pessoas que tenham realizado descobertas ou invenções técnicas ou acadêmicas.
4. Professores que tenham alcançado bons resultados e que possuam longo tirocinio
5. Estudantes que demonstrem grande capacidade escolar e boa conduta, não podendo prosseguir no\* estudos por incapacidade econômica".

Obedece; à seguinte graduação o moderno sistema escolar chinês:

- a) Jardins da Infância, dos 4 aos 6 anos;
- b) Escolas Elementares de 1.º grau, dos 6 aos 10 anos;
- c) Escolas Elementares de 2.º grau, dos 10 aos 12 anos;
- d) Escolas Secundárias de 1.º grau, dos 12 aos 15 anos;
- e) Escolas Secundárias de 2.º grau, dos 15 aos 18 anos;
- f) Colégios e Universidades, dos 18 aos 24 anos.

Existem ainda as Escolas Suplementares, dos 10 aos 15 anos; as Escolas Profissionais de 1.º grau, dos 12 aos 15 anos; as Escolas Profissionais de 2.º grau, dos 15 aos 18 anos; e as Escolas Técnicas Superiores, dos 18 aos 22. anos.

A formação do professorado é feita nas Escolas Normais Rurais, dos 12 aos 16 anos; nas Escolas Normais, dos 15 aos 18 anos; e nas Escolas Normais Superiores, dos 18 aos 19 anos. Existem ainda os Colégios Normais.

Em 1935, o Governo nacional estabeleceu um Plano, destinado a abranger, gradualmente, toda a população em idade escolar. A guerra, irrompendo em 1937, dificultou bastante a sua execução. Entretanto, apesar das dificuldades advindas, prosseguiu-a campanha pelo aumento de matrícula nas escolas elementares e, conforme dados fornecidos pelo Ministério da Educação, contava a China em 1942 com 232.145 escolas primárias, pelas quais se distribuíam 22.424.884 alunos.

O programa de seis anos estabelecido para as escolas elementares da China a, quatro para as de 1.º grau e dois para as de 2.º grau, abrange as seguintes disciplinas: Chinês, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Matemática, Educação Cívica, Higiene, Educação Física, Trabalhos Manuais, Desenho e Música. O currículo é o mesmo para as seis series, aumentando gradualmente o tempo destinado às Ciências Sociais, às Ciências Naturais, à Matemática, à Educação Física e aos Trabalhos Manuais. Permanece o mesmo tempo nas demais disciplinas, com acentuada preponderância do Chinês, cujo estudo ocupa, em média, uma terça parte do horário escolar.

Em relação à educação secundária, até recentemente, ela só se desenvolvia nas regiões mais preparadas para manterem escolas desse nível, sem qualquer atenção às condições geográficas. Como os ricos centros comerciais da China estão situados no litoral ou à beira das grandes vias fluviais, apenas aí se desenvolviam rapidamente as escolas secundárias, conservando-se em atraso as províncias centrais, cujos meios de transporte eram difíceis. Ultimamente, o Ministério da Educação vem procurando remediar tal situação, com algum resultado, para o que dividiu as províncias em distritos escolares, secundários, de acordo com as condições demográficas, as facilidades de transporte, os recursos financeiros e o nível de cultura da região. Tal medida foi muito vantajosa para as províncias do interior, tais como as de Szechwan e Ningsia, que se tinham atrasado em relação às demais, lá a considerar ainda que a guerra atual despertou o interesse por milhões de filhos do interior, fazendo com que aquelas longínquas províncias passassem a assumir uma nova importância na vida da China.

No sistema escolar chinês, o ensino normal e o profissional também são considerados educação secundária. Assim, por estatísticas recentes do Ministério de Educação da China, há no total 2.819 estabelecimentos de educação secundária, dos quais 374 são escolas normais e 332 são escolas profissionais.

A partir de 1938, o Governo criou 18 novas escolas secundárias nacionais na China Livre, com 1.000 a 1.500 alunos, em média, por escola. Em 1943, já dispunha a China de 56 escolas secundárias nacionais, das quais 25 eram escolas secundárias de 1.º e de 2.º graus, 15 eram escolas normais e 16 eram escolas profissionais.

O curso de seis anos seguidos está nominalmente em vigor no ensino secundário chinês desde 1922, parecendo que esse critério acabará

prevalecendo sobre o de bipartição em três anos "júnior" e três anos "sênior", se bem que, no momento, os dois critérios coexistam.

Para os três anos "júnior", o programa de estudos compreende: japonês, inglês, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Educação Cívica, Educação Física, Higiene, Trabalhos Manuais, Desenho e Música. Para os três anos "sênior", há mais o estudo de Moral e de Educação Militar, desdobrando-se a História e a Geografia em Chinesa e Universal. Em regiões como a Mongólia e o Tibet, também se estuda a língua da região, havendo igual determinação para alguns grupos muçulmanos.

Nas escolas secundárias de 1.º grau, o horário escolar destina, em média, 35 horas semanais às aulas e 13 ao estudo orientado; nas de 2.º grau, a média desce para 33 em relação às aulas e sobe a 27 para os períodos de estudo orientado, neles incluídas as excursões escolares.

Quanto à formação do professorado, está ela entregue, atualmente, a organizações mantidas e dirigidas pelo governo central e pelos governos locais, havendo classes distintas para cada sexo.

As escolas chinesas para a formação do magistério distribuem-se por quatro grupos: rurais, normais, normais superiores e colégios normais. As rurais, que admitem alunos apenas diplomados pela escola elementar de seis anos, possuem um curso de quatro anos e destinam-se a formar os professores das escolas primárias rurais; as normais, exigindo o curso secundário de 1.º grau e apresentando um curso de três anos, formam o professorado das escolas elementares, em geral; as normais Superiores, com um ano apenas de estudos, recebem alunos graduados pelas escolas secundárias de 2.º grau ou pelas escolas normais e preparam para o exercício do magistério nas escolas secundárias de 1.º grau; os colégios normais, finalmente, que fornecem professores não só para as escolas secundárias de 1.º grau como também para as escolas normais, só admitem alunos graduados pelas escolas secundárias de 2.º grau ou pelas escolas normais, desdobrando-se os seus programas por quatro anos de curso.

O currículo das escolas normais inclui: Chinês, Educação Cívica, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Higiene, Lógica, Introdução à Educação, Psicologia Educacional, Medidas e Estatística Educacional, Objetivos e Métodos de Ensino na Escola Primária, Administração da Escola Primária, Prática de Ensino, Educação Física, Educação Militar (Primeiros Socorros Militares, para as classes femininas), (Trabalhos Manuais, Arte e Música. Cursos extras existem, para a preparação em serviços especializados.

Do currículo dos colégios normais constam: Os Três Princípios do Povo (Nacionalismo, Democracia e Subsistência), Chinês, Inglês, Psicologia Educacional, História da Civilização Moderna, Princípios Gerais de Educação, Biologia Educacional e Sociologia Educacional, para os dois anos iniciais; Administração Escolar (para as escolas primárias e secundárias), Metodologia do Ensino Primário, Inspeção Escolar, Currículos Escolares, Princípios de Educação e Orientação Educacional, para os dois últimos anos, Há também um certo número de matérias de livre escolha.

LI-FU-CHEN, em seu recente livro *A Educação Chinesa durante a Guerra*, informa: "Há nove colégios normais • nacionais, localizados, respectivamente, um em Nantien, na Província de Hunan, e outro em Chengku, na Província de Shensi, um, só feminino, em Peisha, na Província de Szechwan, e outro em Kweiyang, na Província de Kweichow. quatro incorporados às universidades nacionais de Chekiang. Centra!, Sun Yat-sen e de Szechwan, e o último anexo às Universidades Associadas do Sudoeste. No momento, eles recebem a mais ampla assistência do Governo".

No que diz respeito à educação profissional, é longa a sua crônica na China, embora ela se tenha desenvolvido mais através dum sistema de aprendizagem direta que mesmo por meio de escolas. Os pais, sem recursos suficientes para encaminhar os filhos às escolas, os colocavam com profissionais habilitados, a fim de aprenderem ofício pela experiência direta. Assim se formavam carpinteiros, alfaiates e trabalhadores em metal.

A primeira escola técnica foi fundada em Foochow, no ano de 1867. Era uma escola de pilotagem. Doze anos mais tarde, foi fundada em Tientsin uma escola de telegrafia e, em 1882, em Shanghai, outra escola fundou-se com os mesmos objetivos. Depois dessas, mais escolas técnicas se foram fundando, entre as quais uma de sericicultura, em 18%. na cidade de Kaoan, Província de Kiangsi.

Com a proclamação da República Chinesa, em 1912, a educação profissional recebeu um grande impulso.

De acordo com um relatório do Instituto de Educação Profissional da China, relativo ao ano de 1922, já existiam no país 842 escolas profissionais. A partir de 1929, foram criadas mais 219 escolas profissionais de acordo com o novo sistema educacional adotado, com 26.609 alunos, representando 7,8 % do total de alunos matriculados nas 10.045 escolas de ensino médio existentes.

Além dessas, havia mais 4.000 aprendizados agrícolas com 80.675 alunos. 193 escolas operárias com 15.043 alunos, 151 escolas comerciais com 10.506 alunos, 299 escolas domésticas com 11.959 alunas e 718 escolas populares de diversos ofícios com 29.549 estudantes.

Antes de irromper a Guerra Sino-Japonesa, fato ocorrido a 7 de julho de 1937, o número de escolas profissionais na China já estava acrescido de 494 novas unidades, com um total de matrícula de 56.822 alunos.

A guerra incrementou consideravelmente a procura de operários capazes. Muitas escolas profissionais foram destruídas pelos japoneses, mas o Ministério de Educação tomou providências para a criação de novas escolas na China Livre e, no biênio 38-39, foram registradas 256 escolas profissionais, com 31.897 alunos matriculados, números que aumentaram, dois anos depois, respectivamente, para 332 e 47.503.

Em 1938, a China Livre foi dividida em três distritos, em relação à educação profissional: Szechwan-Sikang, Noroeste e Sudoeste. Como núcleo de irradiação técnica, pelo menos um colégio técnico nacional foi criado em cada um desses distritos e se fundaram fábricas, fazendas e cooperativas, para que os estudantes recebessem a aprendizagem direta correspondente.

Nas cidades do interior, estabeleceram-se escolas profissionais de 1.º grau, dirigidas pelas próprias autoridades educacionais das localidades e ajudadas por muitos pequenos cursos, dados, muitas vezes em fábricas e em estabelecimentos comerciais, pelo próprio corpo de funcionários desses estabelecimentos.

A formação de engenheiros e de outros elementos técnicos continua a fazer-se nas escolas de engenharia e nos colégios técnicos. A China possui 25 escolas de engenharia, anexas a universidades ou autônomas. Por elas se distribuem 22 cursos de arquitetura, 11 de engenharia mecânica, 12 de electrotécnica, 10 de engenharia química, 3 de construção, 3 de cursos fluviais, 3 de aviação, 7 de minas, 1 de agrimensura, 2 de indústrias têxteis, 1 de máquinas e eletricidade e 1 de irrigação agrícola, todos somando 76 cursos profissionais e técnicos.

Com suas grandes reservas humanas e sua riqueza em recursos naturais, deve-se admitir que a China, tendo atingido durante a guerra um alto nível industrial, há de conservá-lo no mundo de amanhã, realizando mais rápidas passadas, à medida que a paz se aproxime. E, nessa campanha pela industrialização do país, as escolas chinesas desempenharão papel relevante, o que é fácil inferir à vista dos recentes progressos.

Além disso, é evidente o esforço chinês por elevar o índice geral de instrução, o que está patente no seu Plano de Educação Primária.

Nele está bem acentuado que a educação para todos é o ideal pelo qual o país trabalha. A população adulta, pelo menos, está tendo a sua oportunidade. Para outro objetivo não se reuniu, em março de 1940, na cidade de Chungking, uma Conferência Nacional de Educação Popular, na qual foi discutido e aprovado o Plano de Cinco Anos para a Educação do Povo, que o Executivo Yuan antes adotara.

Por esse Plano, nos primeiros dois anos, deveria existir, no mínimo, uma escola popular para cada três "pao". (O "pao" é uma comunidade civil ou militar que reúne de 6 a 15 "chia", cada "chia" reunindo de 5 a 15 famílias; um agrupamento de 6 a 15 "pao" corresponde a uma aldeia). Assim, ao terminar o primeiro biênio, existiriam mais de 260.000 escolas populares para os 800.000 "pao" do país, com três classes em cada escola popular, uma para homens, outra para mulheres e a terceira para crianças. Nos dois anos seguintes, deveria haver pelo menos uma escola popular para cada dois "pao" e, no quinto e último ano do Plano, seriam 800.000 as escolas populares para os 800.000 "pao", além das 80.000 ou mais escolas locais e das 200.000 escolas do mesmo grau atualmente existentes. Com isso, a educação dos adultos estaria amplamente melhorada e 90 %, pelo menos, das crianças chinesas em idade escolar teriam onde se educar.

No programa de educação de adultos, incluem-se a leitura e a escrita, os deveres de cidadania, a capacidade para a auto-direção e a discussão dos negócios internacionais. As bibliotecas públicas, os cinemas, as estações rádio-emissoras e as excursões educativas contribuem para o seu desdobramento.

Dados recentes demonstram estar bem adiantado o desenvolvimento do Plano de Cinco Anos. Km províncias como as de Szechwan, Yunan, Kweichow, Kwantung, Kwangsi, Hunan e Hupeh, o Plano já atingiu o seu segundo ano. Nessas províncias, mais de 50 % de adultos analfabetos estão agora recebendo instrução em moldes regulares.

No que diz respeito às universidades, também o seu maior desenvolvimento ocorria nas cidades do litoral e nas do vale do Yangtze, repetindo o que se passava com as escolas secundárias. A região Nanking-Shanghai, por exemplo, absorvia, antes da guerra, cerca de uma terça parte das escolas superiores do país.

Como o plano japonês de invasão visava à ocupação sistemática dessas áreas mais ricas, as organizações de ensino superior sofreram momentâneo colapso, mas não um golpe fatal. Seus edifícios, bibliotecas e equipamento escolar foram seriamente atingidos. Dos 108 colégios e universidades que existiam em 1937, quase todos tiveram de se mudar para o interior, alguns tendo trocado de sede várias vezes. Entretanto, em 1942, seu número eleva-se a 132, elevando-se também suas matrículas de 41.609, em 1936, para 57.832, em 1942.

Pela Lei de Conscrição Nacional, todos os homens de 18 a 45 anos estão sujeitos ao serviço militar. Um dos seus dispositivos, porém, permite aos estudantes menores de 25 anos cumprir a lei sem abandono dos estudos. Apenas, lhes é exigida um programa especial de serviços de natureza educativa, em aditamento à instrução militar regular, que, aliás, de há muito constitui parte integrante do trabalho escolar. Nesses serviços se inclui a colaboração na educação popular, além de trabalhos de assistência e de outras formas de ação social junto ao Exército e à população civil.

As universidades também estão proporcionando muitos pequenos cursos preparatórios do serviço industrial, tendo sido feitas algumas alterações no currículo dos estudantes regulares, com o fito de atender às necessidades mais imediatas, decorrentes das contingências da guerra.

Difícil é prever o que resultará dessas alterações, mas a circunstância de estar sendo mantida a regra geral de que um dos três colégios necessários à existência duma universidade deva ser o de Ciências parece indicar que os estudos científicos estão assumindo um novo aspecto na China Moderna. Aliás, de há muito que não mais existe a antiga desproporção de matrículas entre os colégios de Artes e os de Ciências.

Vêm de longe as preocupações da China pela educação do seu povo. O grande filósofo chinês CONFÚCIO já insistia na absoluta necessidade da educação popular, do que é exemplo a citação seguinte, retirada do livro *Os Analccios*, ou *As Conversações de Confúcio com seus Discípulos e com Outras Pessoas*, conforme se lê na versão inglesa de WILLIAM EDWARD SOOTHILL, editada por sua filha, Lady Hosie:

Quando o Mestre se dirigia para Wei, ia com êle seu discípulo Jau Yu.

— "Quanta gente!", observou o Mestre.

— "Tendo o povo crescido t?fito, que se deveria fazer primeiro a favor dele?", perguntou Jau Yu.

- "Enriquecê-lo!", foi a resposta.
- " E, depois de o ter enriquecido, que se deveria fazer?", insistiu Jan Yu.
- "Educá-lo!", respondeu o Mestre.

Apesar dos distúrbios causados pela guerra em todo o seu sistema educacional, a China está demonstrando ilimitada confiança na educação de seu povo. É antiga esta sua convicção, mas nunca, em toda a sua história, foi mais heróica a sua decisão de conceder a todos iguais oportunidades para se educarem.



## UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE JORNAIS E REVISTAS INFANTIS E JUVENIS

*Já há algum tempo, concluiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ampla investigação sobre o valor educativo dos jornais e revistas infantis e juvenis, editadas no Rio de Janeiro. Tendo em vista o interesse geral do assunto e a atualidade das conclusões a que chegou esse órgão do Ministério da Educação, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS passa a publicar, em resumo, o relatório final da investigação.*

### I N T R O D U Ç Ã O I.

#### OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Os objetivos que a investigação tinha em vista eram essencialmente os seguintes:

- a) conhecer as publicações periódicas, para crianças e adolescentes, editadas no Rio de Janeiro, seu alcance ou influência geral;
- b) analisar a apresentação material dessas publicações, examinando especialmente os aspectos referentes à higiene da visão;
- c) analisar o conteúdo das publicações, quanto aos assuntos, para concluir da influência educativa que pudessem estar exercendo;
- d) estudar a linguagem de que habitualmente se servem;
- e) analisar a forma de apresentação e o conteúdo das ilustrações;
- f) verificar, junto às próprias crianças e adolescentes, seus professores e pessoas de sua família, quais as influências mais sen-

(1) O trabalho referido ocupou por vários meses todo o pessoal da Seção de Psicologia Aplicada, do I.N.E.P., então chefiada pelo professor Manuel Marques de Carvalho, atualmente chefe da Seção de Inquéritos e Pesquisas, do mesmo órgão.

síveis, boas ou más, da prática habitual da leitura de tais periódicos.

Os objetivos contidos nos cinco primeiros itens demandariam estudo de informação geral e de gabinete. O referido por último exigiria a coleta de informações, por meio de inquérito, como realmente se fez.

A investigação compreendeu, assim, duas partes distintas, embora conexas, cada uma das quais suscetível de servir de controle à outra, em muitos pontos.

## II. MATERIAL ESTUDADO

Para a primeira parte da investigação, o material de que se serviu o I.N.E.P, consistiu em 96 exemplares completos, de 9 diferentes publicações periódicas, destinadas, por indicação expressa de seus títulos ou subtítulos, à leitura de crianças e adolescentes.

De cada publicação foi tomada uma coleção de número variável de exemplares, (entre 7 e 12), comportando números seguidos e, outros, tomados ao acaso. Esse material oferecia o estudo de 1.838 páginas de texto e ilustrações.

Em todos os dados e quadros deste relatório, as títulos das publicações são substituídos por letras: A, B, C, D, E, F, G, H, I. Cada letra refere-se sempre, porém, à mesma publicação, a fim de que se possa apreciar seu valor relativo entre as demais.

A substituição dos títulos das publicações pelas siglas em letras evidencia o caráter que o I.N.E.P, fez empenho em dar ao seu trabalho, e que é o de tentativa de franca colaboração com as empresas, que desejem melhorar o seu trabalho; e, ainda, com os pais e mestres, que deverão estar devidamente orientados no material de leitura que ofereçam ou recomendem a seus filhos e discípulos. A chave do código usado, na parte que interesse a cada publicação, será enviada à empresa editora respectiva, com um exemplar deste relatório (2).

Para a segunda parte, organizaram-se três tipos de questionários, destinados, respectivamente, aos leitores (crianças e ado-

(2) E' de notar que, no decurso dos trabalhos desta investigação, que foi feita com pleno conhecimento das empresas editoras interessadas, algumas delas tomaram providências para a melhoria da apresentação material, tipo de propaganda c, mesmo, sensível alteração do programa — tudo conforme documentação existente no I. N. E. P.

lescentes), aos seus próprios professores, e às mães ou, na falta destas, a pessoas da família da criança ou do jovem interrogado.

Pela aplicação que tiveram, os questionários serviam de controle às respostas obtidas, pois as declarações de determinada criança, ou jovem, passavam a ser cotejadas com as respostas dadas pelo próprio professor ou professora, e, ainda, por sua mãe, ou pessoa responsável.

Foram distribuídos 2.070 questionários, por intermédio de 17 escolas públicas e particulares, de nível primário e secundário. Desses, foram devolvidos, devidamente preenchidos, 1.401, os quais foram todos apurados.

Houve o cuidado de colher respostas, pela clientela habitual dessas escolas, de crianças e pais dos mais diversos níveis sociais.

## I P A R T E

### APRESENTAÇÃO MATERIAL DAS PUBLICAÇÕES

O aspecto material de qualquer publicação destinada a crianças e jovens importa em sua influência educativa, quer pelas sugestões de ordem e bom gosto, que ofereça, quer pelas condições de boa ou má higiene da visão.

Examinaram-se para esse efeito o formato, o número médio de páginas, os tipos ou caracteres empregados, a largura das colunas e entrelinhas, o papel e a tinta de impressão, a nitidez da impressão, e, enfim, a ordenação geral da matéria.

### I. FORMATO

Nenhuma uniformidade foi observada quanto ao formato, que variava do tipo *magazine* ao do jornal comum. E' o que se vê nos números abaixo, em centímetros:

Publ.:	A	B	C	D	E	F	G	H	I	For.:
	31x24	27x18,5	39x28	56x39	27x19	46x30	60x42	29x20	42x30	

### II. NÚMERO MÉDIO DE PÁGINAS

O número médio de páginas, nos exemplares estudados, era o seguinte, para cada uma das publicações:

<i>Publicações:</i> ....	A	B	C	D	E	F	G	H	I
<i>Páginas:</i> . . . . .	32	25	2	16	32	32	8	8	16

## III. TIPOS E ENTRELINHAS

Do ponto de vista da higiene da visão, como é fácil compreender, resalta a importância do tamanho dos caracteres de imprensa, ou corpo do tipo. Em combinação com esse elemento, tem importância a *entrelinha*, ou espaço branco entre as linhas, e, ainda, o *comprimento total, de cada linha*, ou largura da composição.

A análise, em relação a todos esses pontos, foi feita à vista dos padrões estabelecidos pela *British Association for the Advancement of Science*, resultados de pesquisas ou indicações de especialistas em higiene (3).

Para a classificação dos tipos de impressão levou-se em conta o catálogo de tipos das oficinas do "Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", publicado em 1939.

As publicações analisadas empregavam, no texto, desde o corpo 6 e 8, de leitura absolutamente contra-indicada para crianças, até, em menor percentagem, o corpo 14. Nos títulos, empregavam, em geral, desde corpo 12 até 48.

O resultado, em percentagem, para o conjunto das publicações, foi o seguinte:

Composição em corpo 6 .....	9 %
" corpo 8 .....	40 %
" corpo 10 .....	30 %
" corpo 12 .....	3 %
" corpo 14 .....	1 %
" outros corpos .....	10 %
não analisada.....	7 %
Total .....	100 %

O resultado discriminado pelas publicações pode ser visto no Quadro I.

(3) AVERILL, L. A. — *Educational Hygienâ*, Houghton Mifflin, New York, 1926, p. 313-16.

TERMAN, L. and ALMACK, J. C. - *the Hygiene of the School Child*, Houghton Mifflin, New York, 1929, p. 267-71.

FONTENELLE, J. P. — *Compêndio de Higiene. Tip.* Batista de Souza, Rio de Janeiro, 1928, p. 496.

PEIXOTO, A. — *Higiene*. Liv. Francisco Alves, 4.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1926, p. 367

QUADRO I — TAMANHO DOS TIPOS DE IMPRESSÃO (EM PERCENTAGEM)

TIPOS DE IMPRESSÃO	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Corpo 6.....	7	—	—	25	25	1	—	3	—
Corpo 8.....	6	56	45	17	57	24	52	61	43
Corpo 10.....	45	25	22	58	12	37	48	18	24
Corpo 12.....	3	2	9	—	—	7	—	—	—
Corpo 14.....	6	2	9	—	—	1	—	—	—
Outros corpos.....	7	15	10	—	3	17	—	13	32
Comp. não analisada.....	26	—	5	—	3	13	—	5	1
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

As taxas indicadas foram calculadas sobre a superfície total do texto impresso, para cada uma das publicações.

Os tipos de *corpo* 6 empregados eram os de características 1, 102, e série Brasil, normal meio preto; de *corpo* 8, série 329 384, negrita. 98, 190, 189, 329, 189 e Brasil; de *corpo* 10, séries 98, 329 K, 330, 390, Brasil; de *corpo* 12, séries 98, 189, 329 e 330 K; de *corpo* 14, séries 275 e 189 — tudo conforme a classificação do catálogo referido.

Comparados esses resultados com os padrões aconselhados pela *British Association for the Advancement of Science* verifica-se o seguinte:

a) para crianças até 10 anos são indicados tipos de imprensa de *corpo* 12 até 24; no entanto, mais de 80% da composição analisada era de *corpo* 10, ou ainda de tamanho menor, no conjunto das publicações; com efeito, apareciam, no conjunto, 30%, em *corpo* 10; 40%, em *corpo* 8; e 9% em *corpo* 6.

b) para crianças de 10 a 12 anos, pode-se admitir, não com muita frequência, o *corpo* 10; entretanto, no conjunto das publicações, 49% ou, praticamente, a metade da composição, aparecia em tipos de *corpo* 8 e 6;

c) nas publicações recomendadas por seu título, especificamente *para crianças*, a percentagem de composição abaixo dos padrões mínimos era a seguinte:

Publicações	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Corpos 6 e 8: .....	—	56	45	—	—	—	52	64	43

A leitura de tipo pequeno pode ser mais ou menos facilitada, e, assim, atender aos princípios da higiene da visão, quando se usem convenientes *entrelinhas*, ou espaços entre as linhas.

Os padrões recomendados pela *British Association* são os seguintes: para corpo 14 — 2,9 mm; para corpo 12 — 2,4 mm; para corpo 10 — 2,2 mm.

Pois bem, ainda aqui se observou que as entrelinhas empregadas nas publicações analisadas estavam freqüentemente fora desses padrões. E' o que nos mostram os números a seguir, indicativos da percentagem de composição sem a entrelinha devida:

QUADRO II — ENTRELINHA FORA DOS PADRÕES  
RECOMENDADOS (EM PERCENTAGEM)

ENTRELINHAS	A	B	C	D	E	F	G	H	I
No corpo 10.....	50	50	40	100	33	—	100	100	100
No corpo 12.....	—	25	80	—	—	—	—	100	—

#### IV. COMPRIMENTO DAS LINHAS

Depois do tamanho dos caracteres de impressão, muito interessa à higiene da visão o *comprimento total das linhas*, ou seja, a largura das colunas. Linhas muito curtas, ou por demais extensas, causam maior fadiga à visão, pelos movimentos de regressão a que obrigam, e, assim, maior esforço de adaptação.

Pelos padrões estabelecidos pela *British Association*, e aconselhados pela maioria dos higienistas, a linha impressa não deverá ter mais de 10 centímetros de comprimento, nem menos que 6.

Ora, o que se verificou, nas publicações analisadas, em geral, é que, dentro dos padrões convenientes, apenas se situavam 24,52% da composição.

Acima do *limite máximo* de 10 centímetros, encontravam-se, no conjunto, 3,50%; e abaixo do *limite mínimo* de 6 centímetros, nada menos que 72% da composição.

O Quadro III especifica a percentagem da matéria analisada segundo as dimensões das linhas, ou largura das colunas.

QUADRO III — LARGURA DAS COLUNAS (EM PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DA COMPOSIÇÃO DE CADA PUBLICAÇÃO)

	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
De 20 a 40 mm.....	15	1	11	8	7	—	1	43	1
De 41 a 60 mm.....	55	26	85	92	93	94	70	47	68
De 61 a 100mm.....	18	72	4	—	—	6	25	5	30
De 101 a 120 mm.....	2	1	—	—	—	—	4	1	1
Acima de 121 mm.....	10	—	—	—	—	—	—	4	—
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

#### V. PAPEL EMPREGADO

Em geral, o papel empregado em todas as publicações era o de jornal, ordinário, com marca d'água, branco ou amarelado. Apenas a publicação indicada pela sigla B empregou nalguns números papel assetinado, de baixo peso, para logo voltar, porém, ao papel de jornal.

#### VI. NITIDEZ DA IMPRESSÃO

Além dos elementos discriminados anteriormente, e que podem, já por si, oferecer indicação das condições relativas à boa higiene da visão, haveria a considerar a *nitidez geral* da impressão do texto.

Para isso, estudaram-se os variados tipos de impressão apresentados pelas publicações em análise, e determinaram-se vários padrões, reduzidos por fim a quatro, a saber: 1) *impressão nítida*; 2) *impressão borrada*; 3) *falhada ou apagada*; 4) *manchada*.

Nesta parte da investigação, foi apreciado apenas o efeito da impressão dos tipos, ou caracteres de imprensa, deixando-se de parte a impressão das gravuras, que mereceu estudo especial.

A percentagem da impressão *nítida*, medida em superfície, variou muito de uma para outra publicação. Nunca foi maior, porém, que 65,90%, no caso da publicação D, baixando para 22,44%, na publicação H. A impressão *borrada* chegou a 40,81 % nesta última publicação. No conjunto, a impressão nítida não alcançava

38%; a *manchada* era maior que 26%; a *borrada*, igualmente de 26% também; a *falhada ou apagada*, de 10%.

As percentagens relativas a cada uma das classes de impressão, segundo as publicações, podem ser vistas no Quadro IV.

Reproduzem-se adiante os padrões que serviram para a classificação da impressão.

QUADRO IV — CLASSIFICAÇÃO DO TEXTO PELA NITIDEZ DA IMPRESSÃO (EM PERCENTAGEM)

IMPRESSÃO	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Nítida .....	44	51	40	66	30	34	57	22	29
Borrada .....	23	15	34	20	25	25	8	41	30
Falhada .....	18	5	6	14	12	12	8	7	8
Manchada .....	15	29	20	—	33	29	27	30	33
TOTAL .....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

#### VII CÔR DA TINTA DE IMPRESSÃO

Na impressão do texto, empregavam as publicações em geral, tinta preta, que é, realmente, a mais indicada.

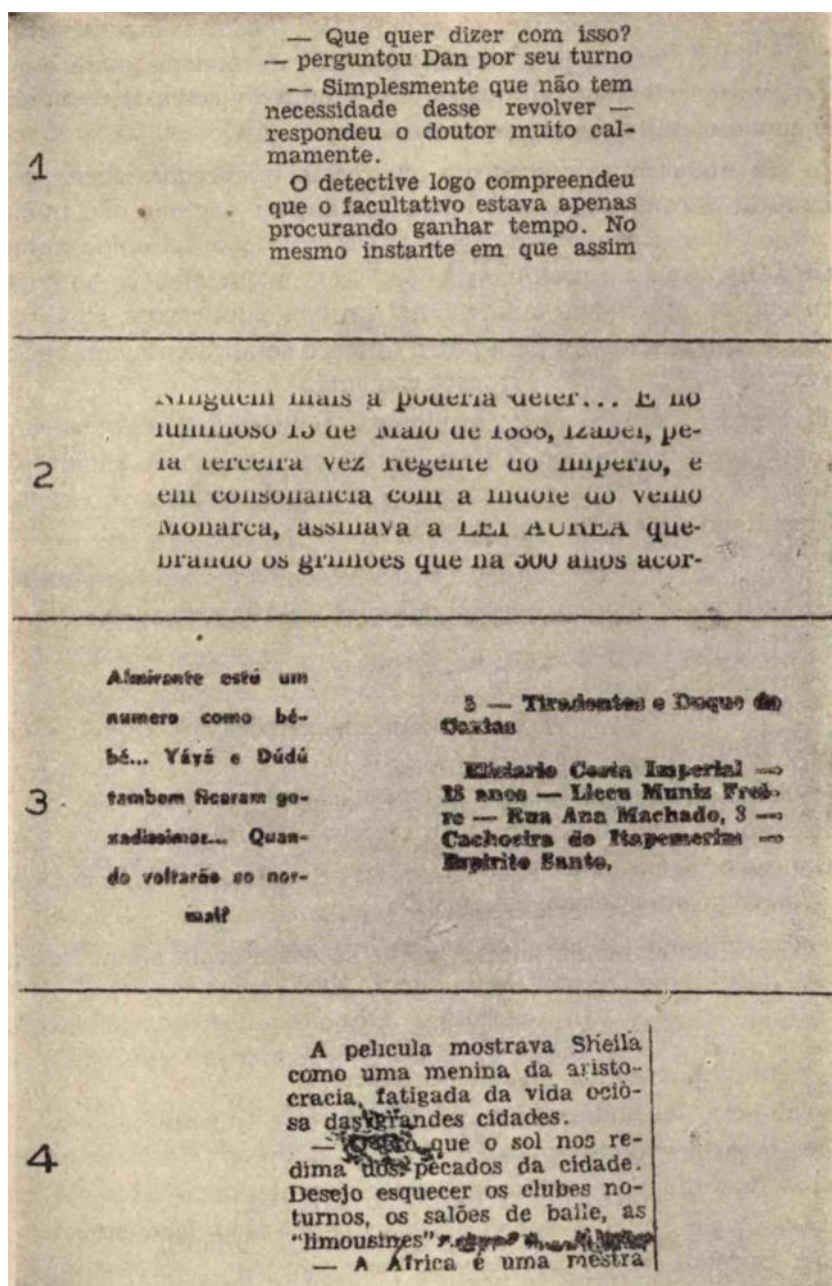
Uma delas, porém, (representada pela sigla B) freqüentemente empregava tintas de cores no *texto*, o que, salvo a azul-preta, não pode ser recomendado. Dessas, são especialmente contra-indicadas, para leitura, as de tonalidades fracas, e o *vermelho* e *roxo*, mesmo intensos (4).

#### VIII — ORDENAÇÃO DA MATÉRIA

Ainda'quanto à apresentação material, há a salientar a ordenação geral da matéria, importante na influência que as publicações possam exercer sobre as crianças e jovens. Com efeito, hábitos de ordem se adquirem, especialmente, pelo exemplo das pessoas e no contacto com coisas que representem elementos ordenados, ou que dêem impressão de harmonia.

(4) BURT, H. K. *Psychology of Advertising*, Houghton Mifflin. New York, 1938. p. 250,





Padrões de nitidez da impressão do texto colhidos em amostras das próprias publicações a que a investigação se refere: 1) impressão nitida; 2) falhada; 3) borrada; 4) manchada.

Ora, neste particular, as publicações examinadas deixavam muito a desejar. Nem a disposição geral da matéria, nem ainda a sua ordenação natural, quanto aos assuntos, podem ser julgadas como satisfatórias, na maioria dos casos.

Há numerosos trechos que aparecem quebrados, devendo-se procurar a continuação em outra página; há páginas não numeradas; há avisos "continua", sem outra indicação; há ainda numerosos "continua no próximo número" sem maior atenção ao ponto em que se interrompe a narrativa. Em três publicações, C, G, e I as interrupções de um para outro número se apresentavam excessivas: 53%, 61% e 73%, respectivamente.

Certo é também que, em algumas publicações, encontravam-se por vezes ilustrações de bom gosto e composição de páginas de valor sugestivo. Este aspecto será examinado quando se expuser o resultado da análise das ilustrações.

Em relação à apresentação material, os dados aqui transcritos são suficientes, porém, para conclusões de rigor técnico.

## II P A R T E 1. PROGRAMA DAS PUBLICAÇÕES

Ao mais simples exame das publicações, verificava-se que a intenção geral de todas era a de oferecer leitura recreativa, para crianças e jovens. Não traziam, porém, maiores explicações sobre o programa que teriam em vista.

Quanto à classe de leitores a que se destinavam assim faziam constar:

A — publicação "para crianças"; B — "revista juvenil ilustrada"; C — constava do nome a indicação "juvenil"; D — "para crianças de 7 a 11 anos"; E — sem qualquer indicação expressa; F — constava do nome a indicação "infantil"; G — constava do nome a indicação "juvenil"; H — sem qualquer indicação expressa; I — constava do nome a indicação "juvenil".

Algumas das publicações apresentavam matéria mais ou menos ordenada, em seções permanentes, como correspondência com os leitores, assuntos de cinema, notas sociais, colaboração de leitores; outras, porém, apresentavam texto e gravuras sem qualquer discriminação da matéria.

## II. ANÁLISE GERAL DO CONTEÚDO

Em razão do que se expôs, passou-se logo à análise direta dos trechos, um a um, para a devida classificação e apreciação do conteúdo.

O método foi o seguinte:

a) pessoas competentes liam toda a matéria das publicações em exame, para classificação geral dos assuntos;

b) a extensão de cada artigo era anotada, para totalização dos da mesma classe, em cada página, em cada exemplar e, depois em toda a coleção de cada uma das publicações;

c) análise permenorizada era depois empreendida, para verificação do enredo, ou fundo; do ambiente em que decorresse a ação; dos atos e fatos principais constantes dos contos, histórias ou comentários; dos principais personagens;

d) para cada um desses resultados, como ainda de outros, levantaram-se tabelas de percentagens, em relação ao total da matéria de cada publicação.

Quinze classes gerais de assuntos foram estabelecidas no exame do material analisado, distribuídos por ordem alfabética, conforme adiante se vê; dão-se já aqui os resultados gerais obtidos para o conjunto da matéria de todas as publicações:

- 1) *Biografias de grandes vultos* (3%);
- 2) *Cinema*: filmes, informações sobre artistas (1,5%);
- 3) *Colaboração dos leitores* (3%);
- 4) *Concursos entre leitores* (3%);
- 5) *Contos ou histórias*, com a sub-classificação: a) de aventuras; b) lendários ou históricos; c) de tipo policial; d) do folclore e diversos (43%);
- 6) *Crônicas ou comentários diversos* (1%);

- G) *Distrações*: quebra-cabeças, charadas, enigmas, anedotas (3%);
- 8) *Escotismo*: notícias e informações ou seções especiais (1%);
- 9) *Filatelia* (0,5%);
- 10) *História pátria e conhecimentos relativos ao Brasil* (3%);
- 11) *Historietas sem palavras, fábulas, quadrinhos humorísticos* (14%);
- 12) *Ensinamentos gerais*: conselhos úteis, curiosidades instrutivas, trabalhos para armar, desenhar ou colorir (17,5%);
- 13) *Nacionalismo*, exortações patrióticas, artigos sobre a vida brasileira do momento (0,5%);
- 14) *Notas, notícias, diversos*, (notas sociais, notícias ou matéria não classificada em outros títulos (4,5%);
- 15) *Poesias* (1,5%).

Os números transcritos, que dão idéia geral da matéria empregada, no conjunto das publicações, representam resultado pouco expressivo para o julgamento de cada uma. Importaria verificar como essas classes de assuntos apareciam em cada um dos jornais ou revistas, e, depois, analisar como era tratado cada assunto, em especial, segundo seus elementos de valor educativo. Em geral, cada criança ou adolescente lê uma ou duas publicações. habitualmente, não todo o conjunto delas, convindo, pois, essa análise. Por outro lado, um conto policial, bem escolhido, entre dez historietas de simples diversão, mas de bom gosto, pouco pesará; ao contrário, a biografia de um vulto nacional, mesmo bem apresentada, entre dez histórias de "gangsters", há de valer muito pouco.

O Quadro V apresenta a classificação dos assuntos, segundo apareciam nas diferentes publicações.

ASSUNTOS	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1. Biografias.....	1,5	3	0,5	0,5	0,5	—	12	3	9
2. Cinema.....	—	—	0,5	—	5	0,5	1,5	4	2
3. Colaboração dos leitores.....	2,5	3	2	1,5	—	12	—	—	1
4. Concursos entre leitores.....	4	2	4	4	0,5	—	4	5	4
7. Contos ou histórias.....	33	32	58	42	56	30	41	58	51
6. Crônicas.....	4	2	1,5	—	—	2	—	—	—
5. Distrações.....	3	7	—	—	—	12	3	2	1
8. Escotismo.....	—	1,5	0,5	13	—	—	—	—	—
9. Filatelia.....	0,5	3	—	—	—	—	4	—	—
10. História e coisas do Brasil.....	1	10	6	—	1	0,5	—	1	1,5
11. Historietas sem palavras etc.....	14	11	8	36	29	15	1,5	3	1
12. Ensinamentos gerais.....	28	16	4	0,5	6	20	32	23	23
13. Nacionalismo.....	0,5	1,5	0,5	—	—	—	—	—	0,5
14. Notas e notícias.....	5	7	14	2,5	2	5	1	1	6
15. Poesias.....	3	1	0,5	—	—	3	—	—	—
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

O conteúdo geral das publicações é de caráter predominantemente recreativo, não instrutivo, no que nada haverá a estranhar: as publicações se apresentam justamente com o objetivo de oferecer distração a crianças e jovens.

Os assuntos *Contos ou histórias* e *historietas* são os mais representados, ocupando nalgumas publicações, mais de 80% de todo o conteúdo; em outras, não mais de 40%.

Entre os temas de contos e historietas ha a distinguir, porém, entre os de caráter histórico, de aventuras e de tipo policial. Os temas históricos eram os menos apresentados, em todas as publicações; mais freqüentes, os de aventuras; depois, os de tipo policial.

Eis a freqüência verificada nesses temas, em relação ao conjunto da matéria de cada publicação, em percentagem:

Public.	Cont. hist.	De avent.	Policiais	Outros	Total
A .....	1 .....	27 .....	5 .....	67 .....	100
B .....	9 .....	7 .....	16 .....	68 .....	100
C .....	1 .....	41 .....	16 .....	42 .....	100
D .....	— .....	25 .....	17 .....	58 .....	100
E .....	2 .....	17 .....	37 .....	44 .....	100

Public.	Cont. hist.	De avent.	Policiais	Outros	Total
F	1	5	23	71	100
G	10	12	19	59	100
H	3	40	15	42	100
I	1	42	8	49	100

Na intenção e tratamento geral da matéria, os contos de aventuras e policiais, ou de tipo das narrativas de *far west*, pouco se distinguem. E' evidente, assim, que as publicações C, E, H e I, (que reservavam menos de metade de todo o conteúdo a outros assuntos) forçavam a atenção de seus leitores, com matéria de excitação da imaginação, nem sempre recomendável (5).

Mais de que a simples classificação geral dos assuntos, haveria necessidade de verificar os temas mais freqüentemente empregados.

Para isso foram analisados, quer quanto ao texto, quer quanto às ilustrações, os seguintes pontos: 1) *enredo ou fundo*; 2) *ambiente*; 3) *atos e fatos principais*; 4) *personagens principais*; 5) *objetos principais apresentados nas ilustrações*; 6) *linguagem*.

### III. ENREDO OU FUNDO, EM GERAL

Por este aspecto, fez-se uma primeira separação em dois grupos, segundo o valor incontestado do ponto educativo dos enredos apresentados nas histórias, contos e demais assuntos de cada publicação: a) *matéria de intenção claramente educativa*, por seu fundo moral, instrutivo ou cívico; b) *matéria simplesmente recreativa*, de aventuras, de episódios policiais e outros.

Foram assim colhidos os seguintes dados, em percentagem, para toda a matéria de cada publicação:

Publicações	De intenção educativa	Outra matéria	Total
A	42	58	100
B	55	45	100
C	25	75	100

(5) A questão dos interesses de leitura de cada idade será discutida na parte de conclusão deste relatório.



D	12	88	100
E	15	85	100
F	31	69	100
G	41	59	100
H	30	70	100
I	28	72	100

Em três publicações, a matéria de intenção claramente educativa quase contrabalançava a restante; não, assim, quanto as demais, em que esta se apresenta na proporção de mais de dois terços e, até, de quatro quintos.

Note-se, contudo, que a matéria aqui classificada como não intencionalmente educativa, nem sempre poderá ser tida como prejudicial a crianças e jovens.

Para que se emita juízo seguro a respeito, será necessário examinar as circunstâncias em que as narrativas decorram, seus personagens, e outros aspectos, como realmente se fêz.

#### IV. AMBIENTE

A primeira observação, quanto a este aspecto, é o da exiguidade de material tendo por local o nosso próprio país: no conjunto das publicações examinadas não chegou a 10%. Na publicação em que mais se apresentou atingiu 21% ; em cinco delas não ultrapassou 6%.

Claro está que, em relação a vários assuntos, o local da ação pode ser considerado como indefinido; tais são muitos daqueles em que a ação se passa em ambiente fechado, ou tendo por cenário, não especificado, o campo, florestas, o mar, o ar.

Como quer que seja, o detido exame que se fêz revelou sempre predominância de matéria, que evoca mais a vida em países estrangeiros que a do Brasil (6).

(6) V., adiante, a freqüência de autores nacionais e estrangeiros.

Os ambientes constantes das histórias foram classificados como se vê do QUADRO VI.

QUADRO VI — AMBIENTE DE CONTOS E HISTÓRIAS (EM PERCENTAGEM)

AMBIENTE	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ar.....	—	12	4	6	4	—	5	4	3
Astros ou países fantásticos.....	6	—	—	—	—	—	—	—	1
Ambiente fechado.....	40	48	47	53	50	72	45	42	41
Cidades (cênas de rua).....	6	2	3	3	3	6	—	3	3
Campo ou floresta.....	20	12	19	32	30	—	26	11	23
Mar.....	9	5	5	2	—	1	10	—	5
Indefinido.....	19	21	22	4	13	21	14	40	24
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

#### V. ATOS E FATOS PRINCIPAIS

Os atos e fatos principais, em cada história, foram anotados e, depois, classificados.

Nem sempre, é certo, por si só, a natureza de um ato qualquer pode levar a presumir do valor educativo de uma narrativa. Os resultados totais, para cada publicação, dão-nos, contudo, noção muito nitida da atmosfera das idéias e sentimentos existentes no material analisado.

Todo o material foi discriminado em sete grupos, quanto aos atos e fatos principais: a) *Cenas da vida comum*; b) *Cenas violentas* (lutas, agressões, castigos físicos, roubos, raptos, assassinios, fuzilamentos, acidentes, desastres, catástrofes, incêndios); c) *esportes, viagens, corridas, caçadas*; d) *atos exemplares*, de heroísmo, grandes feitos históricos, invenções, indicação de bons hábitos; e) *Cenas cômicas*, pilhérias inofensivas, imprevistos, brincados; f) *Pilhérias de mau gosto*, vícios; g) *Ações diversas*.



QUADRO VII — ATOS E FATOS PRINCIPAIS (EM PERCENTAGEM)

CATEGORIAS	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1. Cenas da vida comum.....	30	49	33	42	27	40	31	29	27
2. Cenas violentas (lutas, crimes, etc.).....	19	18	26	14	26	11	29	22	25
3. Esportes, viagens.....	21	14	22	23	22	27	18	23	27
4. Atos exemplares.....	1	1	1	—	1	—	3	2	2
5. Cenas cômicas.....	8	4	3	8	8	5	6	3	3
6. Pilhérias de mau gosto.....	16	10	9	8	7	7	1	10	8
7. Ações diversas.....	5	4	6	5	9	10	12	11	8

Facilmente se vê que a percentagem de cenas violentas, a descrição de crimes, acidentes ou desastres é alarmante. Assim também a frequência com que, na maioria das publicações, se notaram pilhérias de mau gosto, ou seja a indicação de ardis, ou gracejos que injuriem a outrem.

As cenas da vida comum, nalgumas publicações, contrabalançam, em percentagem, a matéria dantes referida.

#### VI. PERSONAGENS PRINCIPAIS

Os personagens principais das histórias e contos foram analisados e classificados, com o mesmo rigor com que se procedeu à classificação dos assuntos.

Gruparam-se, antes de tudo, os personagens em *tipos humanou*, *mitológicos* e *animais*, com o seguinte resultado, em percentagem, segundo as publicações:

Publicações	Tipos		
	humanos	mitológicos	Animais
A .....	85 .....	3 .....	12 .....
B .....	86 .....	7 .....	7 .....
C .....	95 .....	— .....	5 .....
D .....	86 .....	9 .....	5 .....
E .....	92 .....	— .....	8 .....
F .....	92 .....	3 .....	5 .....
G .....	83 .....	13 .....	4 .....
H .....	90 .....	5 .....	5 .....
I .....	93 .....	6 .....	1 .....

Desde logo se patenteava absoluta predominância dos *personagens humanos*, sempre maior que 80 %. Seria interessante verificar como esses personagens se distribuíam pelo sexo e pelas idades.

Em relação ao sexo, a predominância era sempre de tipos masculinos (75%), salvo em relação à publicação B, em que os personagens dos dois sexos de muito se aproximavam na freqüência.

Em relação às idades, notou-se muito maior variedade, segundo cada publicação. Assim, enquanto personagens infantis se representavam abaixo de 10% nas publicações C, D, H e I, nas de sigla A, B e F, apareciam com freqüência igual a 30%. Na publicação E, a taxa de crianças era de 16%; na publicação G, de 14%.

Como se distribuíam os personagens humanos, em geral ? Certamente que em correspondência com a freqüência dos próprios temas das histórias e contos.

O Quadro VIII nos mostra essa distribuição, segundo cada publicação.

QUADRO VIII — FREQUÊNCIA DAS ESPÉCIES DE PERSONAGENS (EM PERCENTAGEM)

PERSONAGENS	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1. Animais.....	12	7	5	5	8	5	4	5	1
2. Artistas.....	1	—	3	—	4	3	—	10	10
3. Cientistas e inventores.....	2	—	5	13	—	2	—	21	5
4. Criminosos.....	5	5	10	9	22	3	9	10	11
5. Desportistas.....	1	5	3	—	—	—	—	3	—
6. Estadistas.....	6	11	5	7	5	5	8	2	4
7. Heróis infantis.....	1	7	1	2	3	2	4	—	1
8. Militares.....	6	14	8	4	7	5	13	3	9
9. Policiais e heróis de aventuras	20	16	21	27	21	5	17	18	15
10. Selvagens.....	6	—	3	—	—	—	4	5	4
11. Tipos de grande perfeição moral	3	7	2	—	1	—	—	3	—
12. Tipos comuns.....	34	22	34	24	29	67	28	15	34
13. Tipos mitológicos.....	3	6	—	9	—	3	13	5	6
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Na maioria das publicações, como se vê, os *tipos criminosos e aventureiros* superam os personagens comuns.



Tipo de ilustrações colhidas numa das publicações analisadas, em recente edição

Cientistas, inventores, artistas, tipos de alta perfeição moral são apresentados em pequeníssima percentagem; em várias publicações não figuram de todo.

E' de notar que, em relação às publicações juvenis, este aspecto é de maior importância para que se possa julgar da ação educativa das publicações: o adolescente normalmente procura tipos com os quais se possa identificar.

#### VII. OBJETOS FREQUENTES NAS ILUSTRAÇÕES

Além dos personagens, seria interessante verificar a freqüência de objetos representados nas ilustrações, que estivessem acompanhando contos e histórias, ou que estas desenvolvessem (7).

O Quadro IX apresenta a distribuição pelas publicações, segundo as classes que o exame do próprio material indicou como conveniente.

QUADRO IX — OBJETOS FREQUENTES NAS ILUSTRAÇÕES (EM PERCENTAGEM)

CLASSES DE OBJETOS	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1. Aparelhos científicos.....	1	5	3	8	4	1	3	5	3
2. Armas.....	20	10	16	14	21	14	26	22	23
3. Brinquedos.....	4	6	1	2	1	1	—	—	1
4. Instrumentos musicais.....	3	1	1	1	2	1	5	1	1
5. Instrumentos de trabalho.....	7	12	5	8	5	9	2	5	6
6. Máquinas de trabalho.....	4	1	1	2	1	—	1	1	3
7. Máquinas de guerra.....	1	1	1	2	1	1	4	1	1
8. Objetos de uso comum.....	26	21	49	32	28	42	16	35	34
9. Veículos.....	34	43	23	31	37	31	43	30	28
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

#### VIII. Os AUTORES

Nem sempre foi possível identificar todos os autores das produções constantes das revistas e jornais examinados. Ainda assim, pode-se levantar um quadro com a indicação das nacionalidades dos autores identificados.

(7) Estudo completo das ilustrações será apresentado em capítulo próprio. Examinou-se aqui apenas a freqüência de objetos representados, porque este aspecto interessa também ao ponto aqui examinado.



No conjunto, predominavam autores estrangeiros, quer para o texto, quer para as ilustrações, e, destes, escritores e artistas norte-americanos. Como é fácil verificar, a maioria das publicações não fazem senão reproduzir material de jornais e revistas estrangeiras, com leve adaptação do texto.

Dão-se no Quadro X as percentagens de autores nacionais, estrangeiros e não identificados, calculadas sobre o número total estrangeiras, com leve adaptação do texto.

QUADRO X — NACIONALIDADE DOS AUTORES (EM PERCENTAGEM)

ASSUNTOS	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Nacionais.....	49	65	4	—	6	65	42	—	1
Estrangeiros.....	40	1	91	100	88	4	45	98	92
Não identificados.....	11	34	5	—	6	31	13	2	7
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Em relação às publicações B e F é de notar que se tornou difícil a discriminação dos autores, em nacionais e estrangeiros, por ausência de indicação precisa; daí a elevada percentagem de autores não identificados.

A presença de produções de autores estrangeiros, mesmo em alta percentagem, não seria, em princípio, contra-indicação de valor absoluto. Tudo estaria na escolha dos trabalhos, e na tradução dos textos.

Este aspecto toca, assim, ao da linguagem, de importância decisiva em periódicos infantis e juvenis; e, ainda, o dos motivos gerais das ilustrações, que, preparadas em outro ambiente, para que a êle sirvam, nem sempre se adaptam à vida brasileira.

As questões de linguagem (*redação gramatical e estilo*) e as referentes às ilustrações (*motivos e técnica artística*) serão expostas no próximo número desta Revista. Seguidamente se darão as demais partes da investigação do I.N.E.P, e, por fim, suas conclusões.

## XX ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Passou-se a 18 de outubro o XX aniversário da Associação Brasileira de Educação. Em comemoração à data, realizou o Conselho Diretor da A.B.E. uma sessão especial, na qual tiveram a palavra o Professor Adalberto Menezes de Oliveira, Presidente, e o Professor Antônio Carneiro Leão, membro daquele Conselho.

Damos a seguir os discursos proferidos que resumem as proficuas atividades desenvolvidas pela A.B.E. e indicam o desenvolvimento de seu programa.

### DISCURSO DO PROFESSOR ADALBERTO MENEZES DE OLIVEIRA

"No dia 18 de outubro de 1924, alguns homens de boa vontade e de visão patriótica, reunidos ao redor de Heitor Lira, fundavam a Associação Brasileira de Educação.

A A.B.E. apresenta, assim, vinte anos de serviços prestados à causa da Educação Nacional.

Ao completar seu primeiro decênio, entenderam os diretores de então que deveriam comemorar a data festiva com cerimônias cercadas de grande pompa; e, além de outras solenidades, promoveram uma sessão magna que se realizou no Teatro Municipal, presidida pelo Sr. Ministro Gustavo Capanema, tendo vários oradores rememorado a lista das principais benemerências da Associação.

Devido às circunstâncias do momento, com o país em estado de guerra, entendeu a atual diretoria que seria mais acertado realizar uma sessão mais modesta, no ambiente de nossos trabalhos e conferências, para daqui lançarmos um olhar retrospectivo sobre o caminho já percorrido e procurar desvendar os horizontes do porvir.

Nossa primeira atitude deve ser a de voltarmos o pensamento para os valorosos companheiros que de nós já se apartaram, cheios de fé e de esperança rios resultados da cruzada em que se haviam empenhado.

Para só citar os que exerceram cargos de liderança, poderíamos lembrar: Heitor Lira, o grande apóstolo da educação, desaparecido apenas dois anos depois da fundação da A.B.E. ; a pleiade luminosa, constituída por Laboriau, Amoroso Costa, Moscoso, Castro Maia, e Amauri de Medeiros, sacrificados no desastre do hidro-avião "Santos Dumont"; Vicente Licínio, que voluntária e inexplicavelmente de nós se despediu; Eusébio de Oliveira, o sábio geólogo, que abandonara por algum tempo suas pesquisas para colaborar conosco; Nereu Sampaio, um dos pioneiros e inspirador do expressivo emblema da A.B.E. ; Belisário Pena, o grande higienista e educador; José Piragibe, um dos diretores da Liga Pedagógica, precursora da A.B.E. ; Fernando Magalhães, entusiasta companheiro de nossos primeiros tempos; e Jônatas Serrano, o sereno historiador, o último que acaba de partir.

A memória de tão eminentes colegas, a expressão de nossa saudade e gratidão.

Passando em revista os nossos trabalhos, podemos considerar o primeiro decênio como o período de propaganda dos novos ideais educacionais.

Essa evangelização se efetuou principalmente por meio de conferências, que foram iniciadas por Azevedo Sodré e Afrânio Peixoto, no ano de 1926, e destinadas a focalizar os vários aspectos dos problemas a serem resolvidos.

' Uma das mais memoráveis foi, certamente, a proferida por Miguel Couto, em 2 de julho de 1927, sobre o tema expressivo — "No Brasil só há um problema nacional: a Educação do Povo". Tão oportunos foram os conceitos nela emitidos, que o Conselho Municipal do Distrito Federal determinou a sua transcrição na parte oficial dos debates do Conselho e que a mesma fosse impressa, em folhetos, para serem distribuídos em todas as escolas, convidados os respectivos professores a fazerem a sua leitura em classe aberta.

Iniciaram-se igualmente os Cursos de Vulgarização e Alta Cultura, professados por personalidades de relevo em nosso meio cultural, alguns dos quais de extensão universitária, pela primeira vez realizados entre nós.

Os maiores empreendimentos foram contudo as Conferências Nacionais de Educação.

Promovidas por iniciativa de Fernando Magalhães e dedicadas, cada uma delas, ao estudo e discussão de um dos aspectos do problema educacional, ofereciam oportunidade para aproximação dos educadores

das várias partes do Brasil, permitindo assim uma melhor compreensão dos assuntos a serem resolvidos.

A mais importante, do ponto de vista dos objetivos alcançados, foi sem dúvida a V Conferência, reunida em Niterói, em que foram claramente definidos os princípios defendidos pela grande maioria dos educadores filiados à A.B.E.

Foram esses postulados que serviram de base às sugestões que a Associação apresentou à Assembléia Constituinte no ano de 1934.

Essas atividades permitiram que se formasse em todo o Brasil a "consciência educacional" que se tornava necessária para a aceitação e execução das reformas escolares baseadas nos novos princípios da educação; e, como índice expressivo do prestígio da Associação, poderíamos lembrar o apelo que, na sessão inaugural da Quarta Conferência, fez o Chefe da Nação à A.B.E. para que estudasse com interesse e dedicação os problemas da educação a fim de que ficasse o Governo habilitado a resolvê-los com acerto.

O segundo decênio foi iniciado com os trabalhos referentes à interpretação dos textos da Carta Constitucional de julho de 1934, e com os trabalhos de colaboração com os Poderes Públicos, que incluíram a organização de um anteprojeto de Conselho Nacional de Educação, apresentado à Câmara dos Deputados.

Desde o início de suas atividades, entendeu a Associação que um de seus objetivos primordiais deveria ser o de orientação, colaborando com os vários departamentos da administração pública na resolução de todos os problemas referentes à educação depois de estudados e discutidos em ambiente de mais ampla liberdade.

Continuamos, nesse período, a promover conferências sobre temas culturais e de atualidade, dentre as quais poderíamos lembrar, pela importância dos assuntos, as que realizaram o Dr. Coelho de Souza, Secretário da Educação do Rio Grande do Sul, sobre os problemas de Nacionalização do Ensino naquele Estado; a do Marechal Marques da Cunha, sobre "O Papel de Caxias na elaboração Político-Militar do Brasil"; a do General Pedro Cavalcante, sobre "A educação e a defesa Nacional"; a do Professor Jônatas Serrano, sobre "Anchieta educador" e a proferida pelo Dr. Medeiros Neto, sobre a personalidade de Thomas Jefferson.

Além dessas conferências e dos cursos de Pedagogia e Alta Cultura, promovemos, a partir do ano de 1940, a realização de Cursos de Férias dedicados aos professores dos Estados. Organizados sob a iniciativa e direção de Celso Kelly, em colaboração com o Instituto Nacional de



Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, alcançaram esses cursos o mais completo êxito.

Foram ainda, nesse período, realizados o Sétimo Congresso, dedicado aos problemas de Educação Física, reunido no Rio de Janeiro, no ano de 1935, e Oitavo Congresso que se realizou em Goiânia, em 1940, e em que foram discutidos os assuntos relativos à educação rural.

Ainda nesse último ano organizou a A.B.E. a Primeira Exposição de Brinquedos Educativos.

Outro aspecto das atividades da A.B.E. são as relações que tem mantido com as associações e educadores estrangeiros, promovendo assim o intercâmbio cultural com os vários países. Uma das iniciativas da sua primeira Diretoria foi fazer-se representar, por uma Delegação de que fazia parte Tobias Moscoso, no Congresso Pan-Americano que se reuniu, em 1927, em Santiago do Chile. Ainda nesse mesmo ano, fêz-se representar no IV Congresso Internacional de Educação Nova, que se realizou em Locarno, na Suíça.

Manteve sempre cordial entendimento com a Federação Mundial das Sociedades de Educação, que promoveu a realização no Rio de Janeiro, no ano de 1939, do Oitavo Congresso Mundial de Educação.

Embora, por motivo de força maior, não tivesse sido possível que aqui se realizassem as sessões desse conclave educacional, tivemos o prazer de receber em nossa sede os respectivos delegados, dentre os quais o seu ilustre presidente, Professor Paulo Monroe, que recebeu, então, o título de doutor "honoris Causa" da Universidade do Brasil.

Em colaboração com diversas Instituições e Universidades Americanas e, especialmente, com o Instituto Internacional de Educação de Nova York, promoveu a A.B.E. o intercâmbio de professores entre o Brasil e os Estados Unidos, e a organização de Cursos de Especialização, entre eles o aqui efetuado em 1939 pelo Professor Jones, da Universidade de Pensilvânia.

Dentre as personalidades latino-americanas que conosco têm colaborado, poderíamos citar o grande educador argentino Pablo Pizzurno, que falou sobre o importante tema "A Paz pela educação", e Rodriguez Fabregat, que fêz cursos e uma série de conferências sobre os "Novos Direitos da Criança".

Grande número de professores e intelectuais franceses, especialmente os que foram convidados para regerem cátedras na Universidade do Distrito Federal e na Universidade do Brasil, deram-nos igualmente a sua colaboração, por meio de cursos e conferências. Dentre os primeiros, que participaram dessas atividades, poderíamos citar Paul Langevin,

personalidade das mais eminentes do mundo científico contemporâneo, e George Dumas, nosso preclaro sócio honorário.

Como prova do alto apreço em que é tida a Associação, tem ela recebido valiosas ofertas de livros para a sua Biblioteca, dentre as quais as Coleções oferecidas pelo Governo Francês, pelo Instituto Internacional de Educação de Nova York, e pelo Professor Jones.

Nos últimos anos do decênio que acaba de findar, atravessou a Humanidade um dos mais graves períodos de sua história, pois que foram postos em dúvida os principais valores morais e espirituais que constituem os fundamentos da nossa civilização.

Tanto no Brasil como nos demais países, os problemas de natureza política, econômica e social achavam-se em plena discussão e evolução; e foi essa efervescência e indisciplina dos espíritos que provocaram a Guerra Mundial, catástrofe que constituiu terrível ameaça ao patrimônio moral da Humanidade.

Quando em boa hora, e em defesa de nossa Soberania e dos mais Altos Princípios, associamos os destinos do Brasil ao das Nações Unidas, a A.B.E. definiu claramente a sua posição na memorável reunião realizada no Palácio Itamarati, em que foi lido o manifesto aos educadores brasileiros aconselhando-os a cooperar em toda a plenitude com o Governo da República e manifestando franca e completa repulsa aos processos educacionais do nazismo e do fascismo.

Felizmente que no iniciar o nosso terceiro decênio, já começamos a ser iluminados pelos clarões da vitória, que significará o triunfo dos princípios democráticos, pelos quais se batem os países aliados.

Embora seja difícil precisar a estrutura do Mundo de após-guerra, sabemos que será alicerçado pelos princípios contidos na Carta do Atlântico e na Declaração das Nações Unidas afirmando que a vitória completa será indispensável "para defender a Vida, a Liberdade, a Independência e a Livre Religião, e para preservar os Direitos Humanos e a Justiça, tanto em suas próprias terras como noutras".

Esse mundo de amanhã deverá ser orientado por uma Organização Internacional, cujo arcabouço acaba de ser projetado em Dumbarton Oaks, e terá por objetivo desenvolver as relações cordiais entre as Nações e conseguir a Cooperação Internacional para a solução dos problemas internacionais de caráter econômico e social bem como de outros problemas humanos.

Cogita-se de acrescentar a essa entidade internacional um Departamento de Educação com o fim de realizar o Congraçamento Universal, mediante a formação de uma Consciência Internacional nos Países amantes da Paz em condições de orientar convenientemente a educação da infância e da juventude.

A necessidade da criação de semelhante Departamento já foi reconhecida nos principais países das Nações Unidas, cujos educadores têm apresentado valiosos trabalhos referentes à utilização da Educação como um dos fatores mais importantes para assegurar a Paz.

Ainda recentemente a A.B.E. teve ocasião de se pronunciar sobre o projeto de uma organização visando esse objetivo, proposto por uma Sociedade de educadores da Grã Bretanha; e a Comissão Brasileira de Cooperação Internacional acaba de se manifestar favoravelmente à criação de uma Entidade Internacional dessa natureza.

Esta seria aliás unia extensão do Instituto Inter-Americano de Educação, recomendado pela Primeira Conferência dos Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, que se reuniu em fins do ano passado na cidade do Panamá e cujos representantes, como bem disse o Professor Lourenço Filho, ao regressar daquela reunião, procuraram pôr em evidência um sentido americano de Educação desvendando aqueles denominadores comuns que poderão reger a direção de uma cultura de inspiração continental.

É assim fora de dúvida que a reconstrução do Mundo, nas bases acima referidas, vai exigir a revisão dos sistemas educacionais de todos os países, sendo esta uma das tarefas mais importantes a serem realizadas logo após a vitória.

Pensamos pois que a A.B.E. deverá, no novo período de suas atividades, e que será certamente um dos mais fecundos, delinear um programa referente às várias faces do problema da educação de após-guerra, tanto do ponto de vista nacional como internacional, e que apresentam um vasto campo para sugestões e estudos.

Este programa já foi de fato aqui iniciado pelo Professor Carneiro Leão, na conferência que realizou recentemente, estabelecendo os princípios que devem reger a Educação em um Mundo Democrático.

Assim procedendo, continuará a A.B.E. na senda luminosa que lhe foi traçada pelo seu inolvidável fundador trabalhando, sempre com os olhos voltados para o Brasil, em prol dos mais nobres e alevantados ideais."

DISCURSO DO PROFESSOR A. CARNEIRO LEÃO

"Há vinte anos fundava-se no Rio de Janeiro a "Associação Brasileira de Educação".

Em torno de seu criador, seduzidos pela sua bondade e pelo seu entusiasmo, reuniam-se alguns dos maiores nomes do professorado e do pensamento em nossa terra. Ali se encontravam de mãos dadas para a catequese do poder público e dos homens de boa vontade: Levi Carneiro, Tobias Moscoso, Carlos Delgado de Carvalho, Mário de Brito, Venâncio Filho, Everardo Backheuser, Vicente Licínio Cardoso, Sussekind de Mendonça, Branca Fialho, Amanda Álvaro Alberto, A. Carneiro Leão e muitos outros com o propósito de buscar influir, pela coparticipação desinteressada e pelo labor permanente de todos na educação integral da juventude.

O momento parecia o mais oportuno. Saíra-se da maior catástrofe que o mundo até então conhecera. Por toda parte os responsáveis pelo governo e pelo destino dos povos inquietavam-se com a urgência de uma renovação de mentalidade.

A Inglaterra publicara a Reforma Fisher e porfiava nas comissões de inquéritos e planejamentos.

A França mergulhava na Reforma Berard com as modificações Herriot-François Albert.

A Áustria já adotara sua ousada revolução pedagógica em Viena. A Alemanha encontrava-se em plena experiência dos ditames da malfadada Constituição de Weimar. A Itália, com Le Gentile, buscava orientar-se. infelizmente, para os extravios do fascismo catastrófico.

A Bélgica, a Suíça, a Espanha, a Turquia, a Rússia agitavam-se todas em um movimento irreprimível.

Na América, os Estados Unidos não descansavam. Kilpatrick em seu livro, que era um *toque de sentido*, "A Educação para uma Civilização em Mudança" interpretava a inquietação do povo norte-americano orientado pelos seus grandes líderes.

No México caminhava-se guiado pela promissora renovação presidida por José de Vasconcelos.

No Chile no esforço de Don Carlos Fernandez Pena na "Associação Nacional de Educación"; no Peru, na Argentina, no Uruguai, por toda parte, sentia-se a preocupação pelo advento de uma época melhor, conseqüente a uma obra educacional, a um tempo mais realística e mais humana.

Nesse ambiente mundial, trepidando no anseio de melhoria e de aperfeiçoamento e inspirado na esperança de uma era mais feliz, a Associação Brasileira de Educação surgia para tentar pelo Brasil tudo quanto fosse possível em benefício da formação de nossa gente. Sob o impulso da solicitude de Heitor Lira da Silva uni pugilo de brasileiros reunia-se para iniciar uma obra de missionários.

Educador por excelência, Heitor Lira fizera-se o modelo. Seu entusiasmo, sua modéstia, seu desprendimento contagiavam. Em um país esquivo à associação, à solidariedade, à cooperação como objetivos essenciais da vida em comunidade, a nossa Casa tornara-se desde logo um núcleo de crentes no Poder construtivo da escola. O problema era conquistar, em seu benefício, tudo quanto no Brasil pudesse exercer uma parcela de influência mental, social, econômica, política e moral. E o esforço começou. Ao redor de uma mesa redonda um pequeno grupo discutia e concertava planos de atividade. Depois, pouco depois, a esfera de ação ampliava-se. Homens, os , mais atarefados, deixavam por momentos preocupações e interesses particulares e se vinham reunir à grei diminuta mas infatigável dos abnegados.

Mal se haviam dado os primeiros passos, mal se tinha começado a agir e o incomparável estimulador tomba no caminho legando-nos, ao lado de uma saudade imensa, a tremenda responsabilidade de manter-mos aceso o fogo sagrado para a construção da obra apenas vislumbrada.

Heitor Lira não confiou em vão. Desde o princípio convenceu a todos ser apenas um fator de ligação. A canseira seria dos companheiros. Êle nada mais faria senão coordenar esforços.

Sempre, na sombra, tornou-se um distribuidor generoso, mas atilado, dos postos de direção. Assim, quando desaparecia, já a máquina estava montada, com todas as peças em seus lugares e os dirigentes a postos. E como o seu exemplo de dedicação até o sacrifício vivia perene diante dos olhos dos companheiros de jornada, a ninguém fora licito trair a grande missão.

O que se realizou nos dois decênios, vividos consciente e proficuamente dia a dia, a palavra autorizada de nosso atual Presidente mostra com evidente precisão.

Com vinte anos de realizações nos domínios da educação nacional a "Associação Brasileira de Educação" merece de todos nes a mais alta estima e o maior reconhecimento.

Desinteressada e leal, ela já atraiu, juntamente com as atenções do mundo pensante brasileiro, as vistas do governo para os prementes problemas da educação em sua várias modalidades. Publicou revistas, reuniu

congressos, estabeleceu comissões de notáveis para o exame de processos educativos, estimulou o advento do cinema escolar, criou a semana brasileira de educação, cooperou na obra de cultura física moral e cívica em todo o país, fez exposições anuais de livros didáticos infantis, fundou uma biblioteca pedagógica considerável, atendeu inúmeras vezes a solicitações do governo, dando pareceres e sugestões sobre problemas de ensino, realizou cursos de extensão cultural e cursos de férias para o professorado em atividade, empreendeu estudos sérios a favor da escola.

Não desejamos insistir. Queremos unicamente assinalar quanto pôde a renúncia, o esforço bem intencionado, em prol da realização dos nobres empreendimentos. Foram e são os interesses do Brasil, os interesses humanos, os seus únicos interesses. As exposições, as conferências, os congressos de educadores que esta casa reuniu, a cooperação que espontaneamente ou por solicitação de nossos homens de Estado ofereceu tantas vezes não tiveram outro intuito senão o de colaborar. Entretanto o balanço lisonjeiro do que está feito servirá de encorajamento para que aqueles que aqui labutam compreendam a imensidade do quanto há ainda por fazer.

Esta guerra mais do que qualquer outra na história é uma luta entre doutrinas e entre atitudes. E nenhuma força será mais eficaz na elaboração das doutrinas e na formação dos comportamentos dos homens e dos povos do que a educação. Se a alguém restava dúvidas quanto à importância da determinação de fins educativos, em ressonância com as realidades individuais, sociais e humanas parece que o panorama atual do mundo deve tê-las feito desaparecer por completo. "Só a educação que respeite o indivíduo, lhe cultive as tendências ou as encaminhe na direção de seu bem estar e do bem estar da coletividade nacional e internacional será realmente construtiva". Não é mister grande esforço para sentirmos a ameaça de uma educação que vai da infância à idade madura, que começa no despertar da consciência individual nos primeiros anos da vida e prolonga-se pela existência em fora, inspirada nos preconceitos da supremacia de um povo, da divinização da força, da anulação da inteligência e do raciocínio pela subordinação cega a seres eleitos, da escravização absoluta a uma nação privilegiada e sábia, do ódio ao estrangeiro... Se atentarmos nos instrumentos dessa educação: professores especialmente treinados nesse propósito, ciências, letras, artes, voluntariamente deturpadas, adulteradas, para tais fins, percebemos a extensão e a profundidade da deformação e de seu perigo conseqüente e fatal.

Nenhuma instituição social e humana deverá assim ser mais atentamente estudada e inspecionada do que a escola. Nenhuma associação

de educadores e de homens de pensamento e de ação poderá ser mais útil ao futuro de seu povo e do mundo do que aquela que contribuir para o estabelecimento de uma política escolar, capaz de criar uma consciência internacional de compreensão e de auxílio mútuo, preparada na educação da infância e da juventude.

A criação de uma "Organização Internacional de Educação", nos moldes da Organização Internacional do Trabalho, não visando intervir na liberdade de cada Estado, no sentido de seus imperativos geográficos e históricos, na diretriz de seus interesses sociais e nacionais, mas buscando atentar no conhecimento dos objetivos e dos ideais educativos, da filosofia e da política escolar capazes de refletirem no regime de vida e nas relações dos povos entre si.

Ainda há pouco a "Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual", em uma série de considerações oportunas, encarecia a necessidade da criação, junto a autoridade internacional das Nações Unidas, de um Departamento Internacional de Educação. Esta associação, a nossa associação, cuja obra benemerita e notória é um atestado do espírito desinteressado daqueles que a instituíram e mantêm só poderá aumentar o seu crédito à gratidão nacional valendo-se de seu prestígio para influir no sentido da criação de um órgão de tamanha projeção e de alcance tamanho. Mas por que insistir em planejar para a A.B.E., cuja obra avulta na consciência de todos nós com real benemerência!

Com vinte anos de realizações úteis nos domínios da educação nacional a "Associação Brasileira de Educação" merece de todos nós a mais alta estima e o maior reconhecimento.

Nenhum exemplo mais alto e nenhum modelo mais convincente para a criação de um "Departamento Internacional de Educação" do que aquele que aqui se está dando no setor brasileiro.

A obra realizada nesses longos e difíceis vinte anos da vida do Brasil e do mundo provam a possibilidade da realização de uma ação mundial na mesma diretriz.

Sem nada querermos impor, sem buscarmos intervir na liberdade de movimentos de particulares e de governos, sem intransigências doutrinárias, respeitando as personalidades, as imposições dos meios físicos e sociais, as possibilidades econômicas, as realidades humanas existentes, valemo-nos da boa vontade dos doutos e do sacrifício dos dispostos a servir, no intuito superior de observar, perceber, analisar, esclarecer, guiar, amparar, dentro da órbita da nacionalidade. O espírito tolerante e esclarecido da "Associação Brasileira de Educação", sempre pronto

à colaboração, seu ideal de conagraçamento pela cultura e por uma atitude repassada de humanidade, serão modelos seguros e garantia de êxito. Seus vinte anos de triunfos em dias bons e dias maus na esfera nacional constituem exemplo para obra semelhante no plano internacional.

Bem haja pois a Associação Brasileira de Educação que tão desprendida e vigorosamente trabalhou, trabalha e trabalhará pela educação e bem estar de nossa gente.

Bendita seja a memória dos que por aqui passaram e bendito o idealismo construtor de todos quantos aqui mourejam e palpitam pelo progresso e ventura do Brasil e do mundo."



# BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

ANO DE 1943

- ALENCAR, Melon de, e QUINTKLA, Gloria — *Estudo sobre o quociente in-telectual na infância (3.000 menores)* . In: *Arquivos do Serviço de Assistência a Menores. Rio de Janeiro. Vol. II. 1943. Dez. página 129 a 175.*
- Causas gerais da sub-normal idade entre os menores desvalidos. AQUINO, Ivo d' — *Nacionalização do ensino. Aspectos políticos. Florianópolis. 1943. Imprensa Oficial. 184 pág.*
- O A., que desempenha as funções de Secretário da Justiça e Educação, no Estado de Santa Catarina. *justifica a política de nacionalização do ensino adotada no país; expõe as providências postas em prática, naquele Estado. para a execução da legislação sobre o assunto, e junta, por fim, abundante documentação sobre as escolas nas zonas de colonização estrangeira.* ARRUDA, Joy — *Contribuição para o estudo da fantasia excessiva na criança.* In *Boletim do Serviço Social dos Menores. São Paulo, 1943. vol. III, julho, pág. 5-25.*
- Estudo de nove casos de fantasia excessiva, em crianças; causas prováveis; meios corretivos.*
- AZEVEDO, Fernando de — *Velha e nova política.* São Paulo. 1943. Companhia Editora Nacional. *Atualidades Pedagógicas*, vol. 40. 188 pág.
- Coletânea de artigos e discursos produzidos de 1932 a 1941, sobre aspectos e figuras da educação nacional.*
- BACKHEUSER, Everardo — *Do espirito universitário no Brasil.* In *Formação. Rio de Janeiro. 1943. ano V, vol. 65. dezembro, pág. 9-25.*
- O problema da liberdade de ensino, nas universidades; importância dos trabalhos de pesquisa; especialização e cooperação,*
- BARBOSA, M. A. Caldas — *O problema da orientação e seleção profissionais em face do ensino superior.* In *Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro. 1943. Ano V. vol. 1, n.º 2. 17 págs.*
- Importância de orientação prévia e do exame médico dos candidatos às escolas superiores.*
- BARTHOLOMEU, Hermes — *Especificações do Posto de Puericultura. (Coleção D.N.C. — 77).* Rio de Janeiro. 1943. *Imprensa Oficial.* 25 pág.
- Normas para construção de um posto padrão de puericultura, estabelecidas pelo Departamento Nacional da Criança.*
- BARTHOLOMEU, Hermes (Dr.) — *Um sistema regional de proteção à infância e à adolescência.* In *Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança. Rio de Janeiro. 1943.*

- Ano III. N.º 12 Março; pág. 24 a 31.  
*Bases para a organização de um Serviço de Assistência Social.*
- BAHR, Carlos e LIMA, J. Pinto — *Clubes Agrícolas — (Serviço de Informações Agrícola do M. A.). Rio de Janeiro. 1943. Imprensa Nacional. 40 pág.*  
*A organização dos clubes agrícolas, no Brasil, e a dos Clubes "4-H". nos Estados Unidos.*
- BASSEWITZ, Maria Pavão V. (Dra.) — *O problema dos menores abandonados e delinquentes. Como resolver entre nós. Porto Alegre. 1943. S/EDIT. 20 pág.*  
*Causas da delinqüência; conceito de responsabilidade de menores delinquentes; proteção social à infância.*
- BASTIDE, Reger — *Educação dos educadores. In Estudos Educacionais. Florianópolis, 1943. ano III. n.º 4, julho. pág. 3-20.*  
*Os fatores de formação do professor secundário; observações sobre o problema na França e no Brasil.*
- BASTOS, Humberto — *Rumos da civilização brasileira, (estuda o A. a educação brasileira, com relação aos fatores geográficos e econômicos).*
- BOISSON, Cardoso Ofélia — *Contribuição ao estudo da orientação profissional. In Revista da Educação Pública. Rio de Janeiro. 1943. vol. 1, n.º 2, abril-junho. págs. 152-177. Resultados do exame de 175 candidatos a cursos intensivos de preparação profissional.*
- CARVALHAL, José Francisco — *A autonomia na escola e o problema da liberdade em educação. In Arqui-*  
*vos do Serviço de Assistência a Menores. Rio de Janeiro. 1943. vol. II, dezembro; págs. 199 a 210.*  
*Conceito de liberdade; liberdade dos educandos e disciplina escolar; ensaios de disciplina autônoma.*
- CARVALHO, José Zacarias de Sá — *Alguns aspectos sociais no planejamento da Escola Rural. In F. N. F. Rio de Janeiro. 1943. Ano III, números 5, 6 e 7, págs. 205 a 224.*  
*Condições de vida social nos núcleos urbanos e rurais; sua importância na organização educacional.*
- CLARK, Oscar — *Jardins de Infância e Escolas — Hospitais. Rio de Janeiro. 1943. Livr. Acadêmica. 157 págs.*  
*Importância do papel médico-social da escola primária no Brasil; necessidade de que a pedagogia se baseie na medicina preventiva.*
- CLOZEL, Jose — *Plano para instalação de Colônias Escolares, iraraquara. 1943. Indústrias Reunidas Irmãos Ltda. 14 págs.*  
*Tese apresentada ao 1.º Congresso Brasileiro de Saúde Escolar, reunido em São Paulo, em 1941.*
- COLÉGIO SANTA CLARA — *A freqüência regular à escola; o problema da deserção escolar; assistência aos alunos; transporte; internatos e se-mi-internatos. in Revista de Educação. Goiânia, 1943. ano VIII, n.º 20.*  
*Tese apresentada pelo Colégio Santa Clara, de Goiânia, ao VIII Congresso de Educação, reunido em junho de 1943, nessa capital.*
- CONGRESSO (VIII) Pan-americano da Criança — *Aspectos atuais do pro-*

- blema da criança (Departamento de Saúde) . Sergipe. 1943. Livraria Regina Ltda. 41 págs.
- Conclusões e recomendações do VIII Congresso Panamericano da criança, realizado em Washington. de 2 a 9 de maio de 1942.*
- CONGRESSO (VIII) Panamericano da Criança — Ala final. Washington. D. C. 2/9 de maio de 1942. In *Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança. Rio de Janeiro.* 1943. Ano III, n.º 12, páginas 5 a 20.
- Resoluções e recomendações aprovadas.*
- CORREIA, Jonas — *Educação pública.* In *Revista de Educação Pública. Rio.* 1943. vol. 1, n.º 1, janeiro-março, págs. 5 a 20.
- Professores e programas; a estatística e a educação na Prefeitura do Distrito Federal; tipos de ensino; o plano de matrícula nas escolas municipais, em 1943; despesas com o ensino primário e construções escolares.*
- EDUCAÇÃO física — Congresso Panamericano de Educação Física. Rio de Janeiro. 1943. *Imprensa Nacional.* 34 páginas.
- Regimento do Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física, realizado no Distrito Federal de 19 a 31 de julho de 1943.*
- ENSINO (O) no Brasil em 1937 — (1.º. E. S. — Serviço de Estatística da Educação e Saúde, órgão do I. B. G. E.) — Rio de Janeiro. 1943. S. Graf. do I. B. G. E.
- Estatística do ensino primário geral; organização didática e movimento escolar. Estatística geral do ensino; resultados regionais, resultados nacionais.*
- EXERCÍCIOS (Os) físicos e a sua adaptação profissional. (M. E. S. — D. N. E. — Divisão de Educação Física). Rio. 1943. S/Edit. 47 págs.
- Instruções sobre a prática de exercícios físicos compensadores dos distúrbios orgânicos provocados pelas atividades especializadas de cada profissão.*
- FIGUEIREDO. Gastão de (Dr.) — *Creche — Coleção D. N. C. n.º 95 (Ministério da Educação e Saúde).* Rio de Janeiro. 1943. *Imprensa Nacional.* 26 páginas.
- Histórico, fins e organização das creches.*
- Gois Sobrinho, Faria — *A Universidade das Américas.* In: *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos.* Rio de Janeiro. 1943. vol. 1, janeiro, págs. 69 a 96.
- A idéia universitária; razões históricas e fundamentos sociais das universidades americanas.*
- GUIA da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para 1943. (Universidade de São Paulo). São Paulo. 1943. *Revista dos Tribunais Ltda.* 326 páginas.
- Informações sobre a constituição, finalidades e organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.*
- Igreja (A) e a Educação Física — (M. E. S. — D. N. E. — Divisão de Educação Física) — Rio. S/D. *Tipografia Batista de Sousa.* 16 pág.
- A colaboração dos colégios religiosos de São Paulo no Plano Nacional de Educação Física.*
- INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos — Subsídios para a História da Educação Brasileira, **II Ano de 1942.** Rio de Janeiro. 1943.

- Serv. Graf. do I.B.G.E. 139 págs.
- Súmula dos atos governamentais e indicação dos fatos de maior importância na vida educacional do país. no ano de 1942.*
- JUBÉ JÚNIOR, J. R. R. — *Diagnóstico das aptidões profissionais pelos índices de capacidade mental.* In : *Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro.* 1943. ano 6. n.º 2, vol. 1 *Imprensa Nacional.* 18 páginas.
- Análise factorial de Thurstone e sua aplicação à seleção profissional.*
- KATZENSTEIN, Betti — *Observações e estudos sobre ajustados e desajustados.* In: *Revista do Arquivo Municipal. São Paulo.* 1943. ano IX. vol. XCIII, outubro a dezembro, páginas 145 a 161.
- O comportamento de 189 crianças, entre 4 a 7 anos, no primeiro dia de freqüência a um jardim da infância.*
- LEÃO, A. Carneira — *A evolução da educação nos Estados Unidos.* In: *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro.* 1943. vol. 1, n.º 1, janeiro, págs. 18 a 46.
- Sumário histórico.*
- LEITE, João Barbosa (Major) — *O aperfeiçoamento físico do funcionário público. (M. E. S. — D. N. E. — Divisão de Educação Física).* Rio de Janeiro. (1943). Tipografia Ba-tista de Sousa. 30 páginas.
- Conferência realizada em .... 28-3-1943, debates pelos Srs. A. de C. Fernandes, M. C. de Mendonça e E. Crus.*
- LOPES, Luciano — *O professor ideal.* Rio de Janeiro. 1943. Edição da Livraria Francisco Alves. 121 páginas.
- Estudo dos requisitos para a formação do professor modelo.*
- LOPES, Tomás de Vilanova Monteiro — *Técnica geral de organização de provas objetivas.* In: *Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro.* 1943. ano VI, vol. 1, n.º 2, fevereiro. págs. 22 a 32.
- ( audições, especificações e construção de uma prova objetiva.*
- LOURENÇO FILHO, M. B. — *A educação nos Estados Unidos.* In: *Formação Rio de Janeiro.* 1943, ano V, n.º 61. págs. 11 a 27.
- Descrição objetiva das instituições de educação e da administração do ensino nos Estados Unidos.*
- LUTTERBECK, Alfredo — *Impressões sobre a educação da juventude européia nos tempos atuais.* In: *Estudos Educacionais. Santa Catarina.* 1943. ano III, n.º S, dezembro, págs. 9 a 20.
- Observações gerais sobre os movimentos da juventude nos países totalitários, e na Inglaterra.*
- MAGALHÃES, Lúcia — *A atual organização do ensino secundário brasileiro.* In : *Formação. Rio de Janeiro.* 1943. ano V, n.º 63, outubro, págs. 24 a 35.
- Resumo das aulas ministradas no curso de Organização do Ensino Secundário, do Universidade do Ar (Rádio Nacional) em maio de 1943.*
- MAGALHÃES, Lúcia — *Educação e funcionalismo — In Formação. Rio de Janeiro.* 1943. ano V, n.º 59, junho, págs. 15 a 29.
- Estudo dos problemas que à educação propõem as provas práticas de seleção e aperfeiçoamento dos servidores públicos.*

- MAIA, Jacir — *As provas de nível mental e aptidão na seleção ao serviço público*. In: *Formação*. Rio de Janeiro. 1943. ano V, n.º 62, setembro. págs. 7 a 20.
- Indicação geral dos processos de análise estatística, utilizados para a habilitação dos candidatos ao serviço público, em provas de nível mental, organizadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicas.*
- MATA, Sílvia Tigre — *A evolução intelectual da mulher no Brasil*. In: *Formação*. Rio de Janeiro. 1943. ano V, vols. 62 e 65. setembro e dezembro; págs. 4S-S1 e 33-39.
- Sumário histórico da instrução feminina no Brasil, seus processos e resultados.*
- MARINHO, Inezil Pena — *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil. Brasil Colônia — Brasil Império — Brasil República*. (M. E. S. — D. N. E. — D. F.). Rio. 1943. Imprensa Nacional, 1 vol. broch. c/ 570 páginas e várias gravuras.
- Documentação sobre a evolução da educação física no Brasil*. MATTOS, Hilda Fernandes de — *Herbart*. In *Formação*, Rio de Janeiro. 1943. ano V, n.º 62, setembro, páginas 21 a 32.
- Esboço biográfico de João Frederico Herbart.*
- MENDES, Figueiredo (Dr.) — *Alimentação na Infância*. (Algumas sugestões úteis). Coleção D. N. C. — 85. (M. E. S.) Rio de Janeiro. 1943. Imprensa Nacional. 19 páginas.
- Alimentação racional da criança; papel da escola na educação alimentar; caráter supletivo da merenda escolar,*
- MONTENEGRO, Olívio — *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife. 1943. Imprensa Oficial. 313 páginas.
- Histórico do Ginásio Pernambucano, de 1925 a 1942.*
- MONTEIRO, Stella Dolores Silva. — *Uma ligeira reportagem sobre a delinquência juvenil nos EE. UU. da América do Norte*. Coleção D. N. C. — 93 (Ministério da Educação e Saúde), Rio de Janeiro 1943. S/Edit. 8 páginas.
- Motivos do aumento da delinquência juvenil em tempo de guerra; meios para solução do problema.*
- MONTESENTI, M. Lourdes Macaco — *O papel dos professores do Serviço Social dos Menores e seus problemas*. In *Boletim do Serviço Social de Menores*. São Paulo. 1943. volume III, n.º 1, julho. págs. 49 a 64.
- Salienta a necessidade do estudo do menor e do meio social em que haja vivido até a entrada para o abrigo; e assim também, os problemas de adaptação.*
- MOREIRA, J. Roberto — *O equipamento original do homem em face do comportamento coletivo*. In: *Estudos educacionais do Instituto de Educação, Florianópolis*, 1943, ano III, n.º 4, junho. págs. 31 a 46.
- Exposição sobre a necessidade de uma psico-sociologia educacional.*
- MOREIRA, J. Roberto — *A escola e o abandono — Florianópolis*. 1943. — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. 17 páginas.
- Conferência por ocasião da Semana da Criança, em Santa Catarina.*

- MOREIRA, Raul (Prof.) *Psiquismo que nasce e se altera*. In: *Anais da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porto Alegre*. 1943. páginas 19 a 40.
- Aula inaugural pronunciada em 18-3-1943, na mencionada faculdade.*
- NEIVA, Álvaro — *Educando fará a vida*. (Coleção Instituto Cruzeiro) vol. V. Cruzeiro. 1943. Edit. Bibl. de Educ. "João Neiva". 39 páginas.
- Princípios e resultados de uma experiência realizada pelo A. por vários anos, no Instituto Cruzeiro, de Cruzeiro (São Paulo), para educação integral dos adolescentes.*
- OLIVEIRA, Antônio Campos de — *As clínicas dentárias infantis e a Odontopediatria na Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo*. In: *Rio Grande Odontológica*. Porto Alegre. 1943. ano II, n.º 3. setembro-outubro. págs. 7 a 18.
- As condições de assistência dentária infantil, no país e a contri-tribuição da faculdade referida.*
- OLIVEIRA, Olinto (Prof.) — *Discurso inaugural na sessão de abertura da Semana da Criança no Palácio Tiradentes*. Suplemento do Boletim n.º 11, do Departamento Nacional da Criança. (Rio de Janeiro). 1943. Imprensa Nacional. 8 páginas.
- Papel do Departamento Nacional da Criança; problemas relativos à infância, entre os quais se destaca o da alimentação.* OTÃO, José (Prof. Ir.) — *Aprender e ensinar*. In: *Anais da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porto Alegre*. 1943. págs. 89 a 94.
- Aula inaugural do Curso de Didática. ua mencionada Faculdade.*
- PIERSON, Donald — *Educação, mundo atual e ciências sociais*. In: *Formação*. Rio de Janeiro. 1943. ano V, n.º 56, março. págs. 9 a 21.
- O papel das ciências sociais na reforma da educação.*
- PINHEIRO, Maria Esolina — *Reações anti-sociais de menores abandonados*. Coleção D. N. C. — 94. (M. E. S.) 2.ª Ed. Rio de Janeiro. 1943. Imprensa Nacional. 43 págs.
- Pesquisas das causas das reações anti-sociais dos menores des-validos; medidas para proteção. adaptação social e profissional dos menores abandonados.*
- PINTO, Pithon A. — *Impressões dos Estados Unidos. Aspectos americanos de educação*. Bahia. 1943. Imprensa Vitória. 245 págs.
- Relatório de uma viagem de estudos: a administração escolar; o ensino e a educação extra-escolar nos Estados Unidos.*
- PIONEIROS da Educação Física no Brasil. (M. E. S. — D. N. E. — Divisão de Educação Física). Rio. S/D. Tip. Batista de Sousa. 22 págs.
- Discursos na solenidade comemorativa do 20.º aniversário da morte de Rui Barbosa, por: Major J. B. Leite, dr. A. J. Lacom-be e dr. J. de Moraes.* POTSCH, Valdemiro — *Os pareceres da Seção de Ciências Físicas e Naturais da Comissão Nacional do Livro Didático*. Rio de Janeiro. 1943. 1.130 páginas.
- Réplica ao parecer da Comissão Nacional do Livro Didático emitido sobre livro "Zoologia", do mesmo autor.*

- QUE (O) deve ser o ensino de engenharia no Brasil. Por: Raul de Caracas, Francisco Lessa, Dulcídio Pereira e Paulo Sá. Rio de Janeiro. 1943. Imprensa Nacional. 88 páginas.*
- Opiniões sobre o ensino de engenharia no Brasil por um professor, um administrador, um diretor e um engenheiro de laboratório. Publicação do Conselho Nacional de Tecnologia.*
- RAMOS. *Irindo Vieira — Notas sobre o estudo da personalidade em administração. In: Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro. 1943, ano VII, vol. 1, n.º 3, março, páginas 16 a 36.*
- Importância do problema em face dos princípios e das práticas da administração.*
- RIBKIRO, Adalberto Mário — *A defesa da criança no Brasil. In: Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro. 1943. ano VI, vol. 1, n.º 3, março. págs. 84 a 115.*
- Realizações da campanha em prol da criança no Brasil.*
- RIBEIRO, Adalberto Mário — *O Serviço de Assistência a Menores. In: Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro. 1943, ano VI, vol. 1, n.º 2. fevereiro, págs. 83 a 106.*
- Exposição dos processos de diagnóstico e educação no Serviço de Assistência a Menores, Rio de Janeiro.*
- RIMEIRO, Carolina — *Os parques infantis como centros de educação extra-escolar. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo. 1943. ano VIII, vol. 89, págs. 229 a 264.*
- Objetivos dos parques infantis no capital de São Paulo; organização e funcionamento.*
- SÁ, Carlos — *Higiene e Educação da Saúde — (Publicação do Serviço Nacional de Educação Sanitária do M. E. S.). Rio de Janeiro. 1943. Gráf. Barbero. 195 páginas.*
- Palestras sobre educação da saúde realizadas na Associação Brasileira de Educação em janeiro de 1942.*
- SAMB.MJLI. *Lídia de Queiroz — Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil. Rio de Janeiro. 1943. Im-prtnsa Nacional. 10 páginas.*
- A biblioteca como instrumento de pesquisa, estudos, centros de informação e de recreação.*
- SANTOS, Francisco Martins dos — *O moderno ensino industrial brasileiro. In: Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro. 1943. ano VI, vol. IV, n.º 1, outubro, págs. 46 a 56.*
- Descrição das atividades da Escola Industrial Escolástica Rosa, da cidade de Santos. Estado de São Paulo.*
- SANTOS, Theobaldo Miranda — *John Dewey e a educação. In: Revista de Educação Pública. Rio de Janeiro. 1943. vol. 1, n.º 1, janeiro-março, págs. 21 a 31.*
- O A. julga que "o experimentalismo de Dewey é vazio e inconsistente", e que "não menos criticável e o socialismo de Dewey".*
- SEMANA (A) *da criança em 1943. — 10-17 de outubro. Sugestão para sua*

- comemoração. Tema: *A Infância Abandonada*. Coleção D. N. C. — 88. (M. E. S.). Rio de Janeiro. 1943. *Imprensa Nacional*. 13 páginas.
- SEMANA Nacional da Criança de 1943. — *Espírito Santo* (Vitória). 1943. *Imprensa Oficial*. 53 páginas.
- Palestras radiofônicas: O direito da infância abandonada viver em ambiente familiar*, por E. da S. Guimarães; *Menores abandonados nas cidades*, por M. A. Freire; *o conceito moderno da delinqüência juvenil e o seu tratamento*, por E. de Sales; *os deveres dos pais na prevenção do abandono*, por A. Lins; *Profilaxia e tratamento da conjuntivite do recém-nascido*, por J. Martins; *A escola e a infância abandonada*, por M. /.. /.. dos Santos; *Menores abandonados nas zonas rurais*, por O. Rocha; *e Amparo material, moral e social, eficiente e carinhoso à criança abandonada*, por J. M. de Araújo.
- SETE, Mário — *Escolas e colégios*. In: *Cultura Política*. Rio de Janeiro. 1943, ano III, n.º 32, setembro, páginas 170 a 180.
- kmincscências da vida escolar*.
- SILVA, Benedito — *O ensino de administração pública nos Estados Unidos*. In: *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro. 1943. vol. 1, n.º 2, maio, págs. 77 a 109.
- A preparação dos servidores públicos nos Estados Unidos; im-*
- pressões sobre a organização social, e administração pública americana*.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco — *A educação de após-guerra*. In: *Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro. 1943. ano VI, vol. XI, n.ºs 31, 32, 33 — dezembro, págs. 129 a 139.
- Comentários sobre a educação atual no Brasil; o A. sugere para a educação após guerra, as normas estabelecidas no manifesto publicado em 1932 por um grupo de educadores*.
- VIANA, Gaspar — *A transformação do ensino secundário*. In: *Formação*. Rio de Janeiro. 1943, ano V, n.º 54, janeiro, págs. 16 a 28.
- Notas sobre a evolução do ensino secundário no Brasil, e importância da reforma de 1942*.
- VIEIRA, Oldegar — *Educação extra-escolar e educação pré-militar*. Rio de Janeiro. 1943. J. Coelho Branco. F.º 249 páginas.
- Necessidade de sistematização da educação extra-escolar. Educação física, moral e nacional da juventude brasileira*.
- ZBROZEK, Jerzy — *Para uma reforma do ensino superior das ciências sociais*. In: *Formação*. Rio de Janeiro. 1943, ano V, n.º 64, novembro, páginas 27 a 42.
- Contribuição para a reforma da Faculdade Nacional de Filosofia*.



## A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE AGOSTO

### I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

2 — E' publicado o Aviso n.º 2.096, de 31-7-44, do Ministro da Guerra, que dispõe sobre o funcionamento, no corrente ano, do Curso de Identificadores.

3 — E' publicada a Portaria n.º S99, de 1-8-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do curso avulso prático de entomotaxia, dependente dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização e destinado a habilitar preparadores em entomologia.

14 — E' publicado o Despacho de 3-8-44, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que aprova a mudança de denominação da Faculdade de Comércio do Colégio Diocesano de Lins, no Estado de São Paulo, para Escola Técnica de Comércio Diocesana de Lins

14 — E' publicado o Despacho de 3-8-44, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que aprova a mudança de denominação da Escola Técnica de Comércio Moderna, com sede no Distrito Federal, para Escola Técnica de Comércio Carvalho de Mendonça.

16 — O Ministro da Educação e Saúde expede telegrama circular aos Governos dos Estados e Territórios, em que recomenda a organização da parada dos escolares, em setembro próximo, para comemoração à Independência do Brasil.

10 — E' publicado o Decreto-lei número 6.785, de 11-8-44, que cria os recursos para o Fundo Nacional do Ensino Primário.

17 — E' publicada a Portaria n.º 384, de 10-8-44, do Ministro da Educação, que dispõe sobre os exames de licença ginásial no corrente ano escolar.

17 — E' publicada a Portaria n.º 385, de 10-8-44, do Ministro da Educação, que dispõe sobre os exames de licença clássica e de licença científica no corrente ano escolar.

18 — E' publicada a Portaria n.º 900, de 15-8-44, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que cria, nos Cursos de Administração da Divisão de Aperfeiçoamento, um curso avulso de direito administrativo, e aprova as instruções reguladoras para o seu funcionamento.

18 — E' publicada a Portaria n.º 901, de 15-8-44, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que cria, nos Cursos de Administração da Divisão de Aperfeiçoamento, um Curso de Extensão de Técnica Orçamentária, e aprova as instruções reguladoras para o seu funcionamento.

18 — E' publicado o Despacho de 8-8-44, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que aprova a mudança de denominação do Liceu Barbosa Lima, com sede em São Paulo, para Escola Técnica de Comércio "Barbosa Lima".

19 — E' publicada a Exposição de Motivos n.º 2.106, de 2-8-44, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que propõe a realização de concurso para provimento das cátedras da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

19 — E' publicada a Portaria n.º 386, de 16-8-44, do Ministro da Educação, que dispõe sobre os concursos de habilitação para matrícula nos cursos de ensino superior, no ano escolar de 1945.

19 — E' publicada a Portaria n.º 388, de 18-8-44, do Ministro da Educação, que dispõe sobre o Salão Nacional de Belas Artes, no corrente ano.

19 — E' publicada a ata de 16-8-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 1.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

22 — E' publicada a Portaria n.º 635, de 19-8-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento, na Estação Experimental do Instituto de Biologia Animal, em Deodoro, do Curso Avulso de Inseminação Artificial.

22 — E' publicada a Portaria n.º 636, de 19-8-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Auxiliar em Zoologia, subordinado à Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

22 — E' publicada a Portaria n.º 637, de 19-8-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento, no Serviço de Meteorologia, do Curso Avulso de Previsão do Tempo.

22 — E' publicada a Portaria n.º 638, de 19-8-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento, na Inspetoria Regional de Sericicultura, em Barbacena, do Curso Avulso de Extensão de Sericicultura.

25 — E' publicada a Portaria n.º 387, de 17-8-44, do Ministro da Educação, que dispõe sobre os exames de licença ginasial para os candidatos de que trata o art. 91 da lei orgânica do ensino secundário, na próxima época.

25 — E' publicada a Circular n.º 4, de 17-8-44, da Diretora da Divisão do Ensino Secundário, que dispõe sobre os exames de licença no corrente ano.

25 — E' publicado o Aviso n.º 2.447, de 23-8-44, do Ministro da Guerra, que equipara, para os efeitos de promoção, os cursos de Especialistas Combatentes, da Escola de Motomecanização, aos de Comandante de Pelotão e de Seção.

86 — E' publicado o Decreto n.º 16.448, de 24-8-44, que cria a série funcional de Estudante Estagiário, fixando os respectivos níveis de salário.

28 — E' publicado o Decreto-lei número 6.828, de 25-8-44, que cria o Serviço de Geografia e Cartografia no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

29 — E' publicado o Aviso n.º 2.526, de 26-8-44, do Ministro da Guerra, que suspende a matrícula de oficiais da Reserva de 2.ª classe nas Escolas de Especialização — Motomecanização, Transmissões, Artilharia de Costa e Antiaérea.

30 — E' publicada a Portaria n.º 646, de 28-8-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para funcionamento do Curso Avulso de Auxiliar de Caça e Pesca, baixadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

30 — E' publicada a Portaria n.º 647, de 28-8-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Aperfeiçoamento de Práticos Rurais, baixadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

30 — E' publicada a ata de 25-8-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 4.<sup>a</sup> sessão da 2.<sup>a</sup> reunião ordinária do ano.

11 — Atos da ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS E no DISTRITO FEDERAL

1 — E' publicado o decreto do Estado de Minas Gerais que autoriza a Prefeitura de Belo Horizonte a fazer doação de terreno destinado à construção do Colégio Loiola.

1 — E' publicado o Ato n.º 1 223, de 31-7-44, do Estado de Pernambuco, que dá o nome de "Clóvis Beviláqua" a um grupo escolar, em construção, no Recife.

2 — E' publicado o decreto do Governo do Estado de São Paulo que autoriza a construção de um prédio, orçado em dois milhões de cruzeiros, para o Colégio do Estado, na cidade de Itu.

4 — E' publicado decreto do Governo do Estado de Sergipe que considera como de efetivo exercício no magistério, para efeito de adicionais, o tempo de serviço em cargo ou função gratificada de diretor de estabelecimento de ensino.

4 — E' publicado o Decreto-lei número 1.193, de 3-8-44, do Estado do Rio de Janeiro, que abre crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para custeio das obras iniciais de dois grupos escolares no município de Resende.

5 — E' publicado o Decreto n.º 380, de 4-8-44, do Estado do Ceará, que faz lotação, no Departamento Estadual da Criança, de cinco - cargos da carreira de médico.

5 — A Diretoria da Educação do Estado de Alagoas publica o programa do I Congresso Estadual de Educação, a realizar-se entre 13 e 17 de setembro próximo.

5 — E' publicado o Decreto-lei número 1.020, de 4-8-44, do Estado de Pernambuco, que abre crédito especial de vinte mil cruzeiros para ocorrer às despesas com a representação de Pernambuco na Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, e na reunião do X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, respectivamente, em agosto e setembro.

5 — E' publicado o ato do Governo do Estado do Rio de Janeiro que cassa, a partir de 15-3-44, a subvenção concedida à Escola "General Manuel Vargas", no município de Nova Iguaçu.

5 — E' publicado o ato do Governo do Estado do Rio de Janeiro que reúne à Escola Típica Rural de "Boqueirão", no município de Silva Jardim, a escola isolada da mesma localidade.

5 — O Diretor de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola diurna de Vila Iriri, município de Macaé.

5 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola da "Fazenda Retiro", no município de Trajano de Moraes.

5 — O Diretor Geral da Educação do Paraná concede licença para funcionamento do Instituto Maria José, no município de Assai.

7 — O Governo do Estado do Pará concede auxílio financeiro à Escola Ra-diotelegráfica "Abelardo Conduru".

7 — E' publicado o Decreto-lei número 1.069, de 4-8-44, do Estado de Santa Catarina, que estabelece em Cr\$ 8,00 por classe a verba de expediente mensal para a aquisição de material não fornecido pelo Departamento de Educação.

9 — E' publicado o Decreto n.º 382, de 8-8-44, do Estado do Ceará, que faz lotação no Departamento Geral de Educação é no Departamento Estadual da Criança de sete cargos da carreira de dentista.

9 — E' publicado o Decreto-lei número 1 197, de 8-8-44, do Estado do Rio de Janeiro, que cria, no Departamento de Educação, subordinado diretamente ao seu diretor, o Serviço de Canto Orfeônico (S. C. O.).

9 — E' publicado o ato do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que cassa a partir de 15-3-44, a subvenção concedida à escola de Engenho da Praia, no município de Macaé.

9 — E' publicado o ato do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que transfere a escola de "Capoeira Grossa", em Itaperuna, para "Sítio de São João", no mesmo município.

9 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro designa um técnico das escolas típicas rurais para orientar a organização e funcionamento dos clubes agrícolas escolares.

9 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro restabelece o ensino da escola da "Fazenda Santa Clara", em São João da Barra, na localidade de "Santa Luzia", no mesmo município.

9 — E' concedida subvenção à escola diurna de "Recesso", no município de Macaé (Rio de Janeiro).

II — São registradas no Departamento de Educação do Estado da Paraíba as escolas particulares rurais de Pedra D'água, de Torreões, de Riacho do Boi e as particulares mistas de Alagoa do Escuro e de Marcação, todas no município de Batalhão.

12 — E' publicado o Decreto-lei número 461, de 10-8-44, do Estado de Sergipe, que autoriza o governo estadual a adquirir a área de terreno em que está localizado o grupo escolar "João Ribeiro", da cidade de Laranjeiras, e dá outras providências.

12 — E' designada a Delegação Estadual para representar o Estado do Rio de Janeiro no X Congresso Brasileiro de Geografia.

13 — E' publicado o Decreto n.º 1.886, de 12-8-44, do Estado do Rio de Janeiro, que cria no município de Resende a escola primária da fazenda "Monte Alegre".

14 — O Diretor Geral de Educação do Paraná concede licença para o funcionamento da Academia Internacional de Curte e Costura, na cidade de Londrina.

15 --- O Governo do Estado do Rio de Janeiro autoriza a abertura de crédito para o início das obras do novo grupo escolar da cidade de Campos, e que tomará o nome de "Almirante Saldanha".

16 — E' publicada a Resolução número 7, de 15-8-44, do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, que adota, a título de experiência, os programas de ensino pré-primário, elaborados pelo Departamento de Educação Primária.

16 — E' publicada a Resolução número 8, de 15-8-44, do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, que institui prêmios aos melhores programas radiofônicos de caráter educativo e cultural.

16 — E' publicado o Decreto n.º 1.274, de 15-7-44, do Estado do Rio Grande do Norte, que transfere escolas isoladas para o grupo escolar "30 de setembro" na cidade de Mossoró.

16 — E' publicado o Decreto-lei número 1.079, de 4-8-44, do Estado de Santa Catarina, que declara de utilidade pública um terreno na cidade de São José, destinado à ampliação do grupo escolar "Francisco Tolentino".

17 — E' publicado o Decreto número 148, de 16-8-44, do Estado do Pará, que concede equiparação do Curso Normal Rural do Instituto N. S. Auxiliadora, da cidade de Cametá, aos estabelecimentos de ensino oficial congêneres.

17 — E' publicado o Decreto-lei número 14.130, de 16-8-44, do Estado de São Paulo, que regulamenta a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado.

17 — E' publicado o Decreto-lei número 1.078, de 16-8-44, do Estado de Santa Catarina, que cria no Quadro Único do Estado a função de Inspetor de Cooperativas Escolares.

18 — O Interventor Federal no Pará determina ao Conselho Técnico Escolar do Estado a preparação das bases para o Congresso de Ensino Estadual.

18 — E' publicado o Decreto-lei número 1.205, de 17-8-44, do Estado do Rio de Janeiro, que desapropria e declara de utilidade pública prédios e respectivos terrenos em Pureza, município de São Fidélis, para construção de um grupo escolar.

18 — E' publicado o Decreto-lei número 14.135, de 17-8-44, do Estado de São Paulo, que dá nova organização ao ensino profissional da pesca.

18 — E' criada uma classe de jardim de infância no grupo escolar de Orlândia (São Paulo).

18 — E' publicado o decreto do Estado de São Paulo que cria o grupo escolar de Vila Néri. em São Carlos.

19 — O Governo do Estado do Espírito Santo fixa as normas para organização do quadro de escolas mantidas pelo Estado.

22 — E' publicado o Decreto-lei número 14.144, de 21-8-44, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a aquisição de obras de arte do "atelier" de Pedro Alexandrino Borges.

23 — E' publicada a Resolução número 9, de 22-8-44, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, que organiza no Centro de Pesquisas Educacionais o setor de Orientação Educacional.

23 — São publicadas as instruções gerais para a realização da Parada da Juventude, em Recife (Pernambuco), no dia 5 de setembro.

24 — E' publicado o Decreto n.º 771, de 23-8-43, do Estado do Maranhão, que cria o Serviço de Educação Física do Estado, e dá outras providências.

24 — E' publicado o Decreto-lei número 824, de 23-8-44, do Estado do Piauí, que abre crédito suplementar à verba do Departamento do Ensino.

24 — E' publicado o Decreto-lei número 1.030, de 23-8-44, do Estado de Pernambuco, que desapropria um prédio e um terreno em Recife, para construção de dois grupos escolares.

24 — O Diretor Geral de Educação do Estado do Paraná concede licença para o funcionamento do Instituto Olavo Bilac, na cidade de Londrina.

25 — E' publicado o Decreto número 14.147, de 23-8-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Dr. Sebastião Nogueira de Lima" ao 3º grupo escolar de Limeira.

26 — Por Portaria n.º 490, o Diretor Geral de Educação do Estado do Pa-

raná altera a relação dos municípios enquadrados na 5.<sup>a</sup> Delegacia de Ensino.

26 — O Diretor Geral de Educação do Estado do Paraná concede licença para o funcionamento da Academia Modelar Paranaense, em Curitiba.

29 — E' publicado o Decreto n.º 157, de 28-8-44, do Estado do Pará, que transfere a escola auxiliar mista de Santa Luzia para Fazendinha, no município de Anajás.

29 — E' publicado o Decreto n.º 158, de 28-8-44, do Estado do Pará, que declara de utilidade pública a Escola Preparatória de Comércio.

29 — E' assinado o Decreto número 15.690, do Estado do Espírito Santo, que institui o Curso Intensivo de Saúde Pública.

29 — Por Deliberação n.º 94, de de Janeiro, é dada a denominação de " Fernando Magalhães" ao grupo escolar de Jurujuba, em Niterói.

29 — O Chefe do Departamento de Educação do Estado de Minas Gerais baixa recomendações para as comemorações da "Semana da Pátria".

30 — E' publicada a Resolução n.º 10, de 29-8-44, do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, que expede o regulamento da Comissão de Livros da mesma Secretaria.

30 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção ao curso noturno da escola "estadual de Vila Moncrat, município de Duas Barras, e às escolas primárias de Barreiras, em "Vassouras: de Bóia, em São Fidélis; de Rio do Ouro, em São Gonçalo; de Laje, em Santa Maria Madalena e de Saco, em Saquarema.

30 — E' concedida subvenção ao Instituto São José, no município de Duque de Caxias, e ao curso noturno do grupo escolar " Sousa Lima", em Petrópolis (Rio de Janeiro).

30 — E' publicado o Decreto-lei número 14 150, de 29-8-44, do Estado de São Paulo, que concede o auxílio de um milhão de cruzeiros aos "Fundos Universitários de Pesquisas".

31 — E' publicado o Decreto-lei número 14.126, de 14-8-44, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre o reconhecimento da Delegação Regional Paulista da União dos Escoteiros do Brasil.

31 — E' publicado o Decreto-lei número 14.155, de 30-8-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de " Comendador Pereira Inácio " ao grupo escolar de Votorantim, em Sorocaba.

31 — E' publicado o Decreto-lei número 14.156, de 30-8-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "José Gomide de Castro" ao grupo escolar de São Miguel Arcanjo, em Piracicaba.

31 — E' publicado o Decreto-lei número 14.157, de 30-8-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de " Prof. Pedro Crem Filho" ao grupo escolar de Recreio, em Piracicaba.

### III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2 — A Prefeitura Municipal de Pitanga (Paraná) cria uma escola rural na localidade de Santa Maria.

5 — E' publicado o Decreto-lei n.º 10, de 3-7-44, da Prefeitura Municipal de Beneditinos (Piauí), que eleva de Cr\$ 1.080,00 para Cr\$ 1.440,00 os vencimentos anuais da professora municipal.

5 — E' publicado o Decreto-lei n.º 15, de 6-7-44, da Prefeitura Municipal de Barras (Piauí), que eleva os vencimentos do professorado municipal.

5 — E' publicado o Decreto-lei n.º 5, de 5-7-44, da Prefeitura Municipal de Floriano (Piauí), que abre crédito especial de Cr\$ 8.000,00 para pagamento da subvenção concedida ao ginásio "Santa Teresinha".

5 — E' publicado o Decreto-lei n.º 7, de 5-7-44, da Prefeitura de Floriano (Piauí), que abre o crédito especial de Cr\$ 2.880,00 para despesas com o pessoal docente da Escola Normal Municipal.

10 — E' noticiada a criação de uma escola municipal em Arroio Trinta, município de Videira (Santa Catarina).

17 — E' publicado o Decreto-lei n.º 4, de 5-7-44, da Prefeitura Municipal de Floriano (Piauí), que autoriza incluir no orçamento a quantia de Cr\$ 756,00 como dotação para o ensino municipal.

17 — E' publicado o Decreto-lei número 95, de 30-6-44, da Prefeitura Municipal de Parnaíba (Piauí), que dispõe sobre a concessão de auxílio a alunos pobres.

19 — E' publicado o Decreto-lei n.º 97, de 31-7-44, da Prefeitura Municipal de Parnaíba (Piauí), que concede o auxílio extraordinário de Cr\$ 15.000,00 ao ginásio "São Luis Gonzaga".

19 — E' publicado o Decreto-lei n.º 20, de 5-7-44, da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (Piauí), que abre o crédito especial de Cr\$ 450,00 para despesas com pessoal da escola agrupada "Monsenhor Boson", de Água Branca.

19 — E' publicado o Decreto-lei n.º 8, de 20-6-44, da Prefeitura Municipal de Piripiri (Piauí), que eleva os vencimentos do funcionalismo público municipal.

24 — E' publicado o Decreto-lei n.º 10, de 3-7-44, da Prefeitura Municipal de Guadalupe (Piauí), que eleva de Cr\$ 1.080,00 para Cr\$ 1.440,00 os vencimentos anuais da professora municipal.

#### IV — NOTICIÁRIO

1 — E' instalado em Recife (Pernambuco) o curso de admissão gratuito, promovido pela Campanha do Ginasiano Pobre.

1 — O Conselho Técnico da Faculdade de Filosofia da Bahia aprova o Regimento do Colégio Áurea, fundado pela Junta Mantenedora, em 13 de junho do corrente ano.

1 — E' inaugurado o Curso de Extensão Cultural do Ginásio "Maria Or-tiz". de Vitória (Espírito Santo).

1 — Noticia-se a instalação das escolas estaduais de Vargem Bonita, município de Piuí (Minas Gerais).

2 — E' inaugurada em Assunção (Paraguai) a Faculdade Superior de Filosofia e Letras que conta com a colaboração de professores brasileiros enviados pela Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores.

2 — E' iniciada a construção do novo prédio do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba.

2 — São instaladas duas escolas estaduais no município de Guia Lopes (Minas Gerais).

3 — E' instalada a escola primária "Estados Unidos", na sede do Esporte Clube Teresinense em Teresinha (Piauí).

3 — E' instalada em Piracuruca (Piauí) a Casa da Criança Piracuruquense.

3 — Instala-se o jardim de infância "Lélia Avelino", anexo à Escola de Adaptação de Teresina (Piauí).

3 — Anuncia-se em Fortaleza (Ceará) o curso de nutricionistas, que será mantido pelo S. A. P. S.

3 — Os industriários paulistas subcrevem a importância de 13 milhões de cruzeiros para a construção da colônia de férias para filhos de operários, iniciada para a qual o Governo de São Paulo contribuirá com o terreno necessário.

4 — São fundados clubes agrícolas nos grupos escolares " Osvaldo Aranha " e "Hugo Simas ", de Londrina (Paraná)

4 — E' inaugurado o prédio escolar de Avental de Cima, município de Ma-fra (Santa Catarina).

4 — Inicia-se em Belo Horizonte o Curso de Extensão Universitária organizado pela Reitoria da Universidade de Minas Gerais.

5 — Anuncia-se que foi inaugurado o prédio do grupo escolar D. Moura no município de Panelas (Pernambuco).

5 — Noticia-se que foi fundada a Cooperativa Escolar Santos Titara, com 481 associados, em Salvador (Bahia).

5 — Noticia-se que o Estado da Bahia tem atualmente 82 cooperativas escolares.

5 — E' inaugurado o Curso de Extensão Cultural do Colégio Estadual do Espírito Santo, de Vitória

5 — Noticia-se que no município de Campinas (São Paulo) funcionam 107 escolas estaduais, 25 municipais e 41 particulares, com a frequência de 22.386 alunos.

5 — E' inaugurado o prédio da Escola Rural 15 de Novembro de India-nópolis (Minas Gerais).

6 — E' iniciada a construção do prédio para uma escola modelo em São Luís (Maranhão), orçada em dois milhões e trezentos mil cruzeiros.

6 — E' inaugurado o novo prédio do grupo escolar " D. Joaquim " na vila do Braço do Norte, município de Tubarão (Santa Catarina).

6 — E' iniciada a construção do prédio do grupo escolar municipal na vila de Bom Repouso, município de Bambuí (Minas Gerais).

7 — Noticia-se que a "American Li-brary Association" por intermédio do professor William Rex Crawford, adido cultural à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, fêz doações de livros norte-americanos às bibliotecas do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicos e da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, no valor de mil dólares cada uma.

9 — E' lançada a pedra fundamental do novo edifício do Colégio Marista de Recife (Pernambuco).

9 — Parte para o interior do Estado do Rio de Janeiro a Segunda Missão Cultural Fluminense.

10 — E' instituída a merenda escolar nos estabelecimentos de ensino primário de Maceió (Alagoas).

11 — O Ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema, inaugura o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (Minas Gerais).

11 — Realiza-se, na Divisão de Educação Extra-Escolar do M. E. S., a entrega da 1.<sup>a</sup> contribuição dos educadores para constituição da Bolsa Escolar Getúlio Vargas, destinada a alunos pobres do curso secundário.

11 — Falece o professor Atos Aramis de Matos, catedrático de Higiene do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

11 — E' comemorado o 72.<sup>o</sup> aniversário da fundação da Escola Normal Pinto Júnior, de Recife (Pernambuco).



11 — Tem início a 15.<sup>a</sup> Missão Ruralista em Petrolina (Pernambuco), cujos trabalhos se encerrarão no dia 18.

11 — E' comemorado nas escolas primárias e secundárias do Estado do Paraná o bi-centenário de Tomás Antônio Gonzaga.

11 — A Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, comemora o seu 48º aniversário.

12 — O Diretor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, resolve organizar uma Exposição de Oceanografia que funcionará durante os trabalhos do Congresso de Geografia.

12 — Iniciam-se as comemorações, no Rio de Janeiro, do jubileu das Bandeirantes do Brasil.

14 — Iniciam-se as comemorações do 30.º aniversário de fundação da Escola de Engenharia de Juiz de Fora (Minas Gerais).

15 — Inaugura-se no Rio de Janeiro a II Conferência Consultiva de Geografia e Cartografia Panamericana.

15 — Noticia-se que foi assinada, em São Luís (Maranhão), a escritura que organiza a " Fundação Paulo Ramos", destinada a manter as Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia do Maranhão.

15 — Em viagem de intercâmbio cultural, encontra-se em Jacarèzinho (Paraná) uma caravana de estudantes e professores de Paranaguá.

16 — AL. B. A. providencia a instalação de um abrigo para menores, que funcionará como escola agrícola primária, em Nova Friburgo (Rio de Janeiro).

17 — E' inaugurado o grupo escolar " José Silvério" de Itatuba, município de Ingá (Paraíba).

17 — Encontra-se em Curitiba (Paraná), em viagem de estudos, uma caravana de doutorandos da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.

19 — E' inaugurada a Biblioteca Infantil do grupo escolar "Aurélia Quaresma" de São Gonçalo (Rio de Janeiro).

24 — Inicia-se a distribuição da merenda escolar nas escolas primárias de Maceió (Alagoas), por iniciativa da L. B. A.

25 — E' comemorado em todo o país, com solenidades cívicas, o " Dia de Caxias ".

25 — Encerram-se, no Rio de Janeiro, os trabalhos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

25 — Chega a Curitiba (Paraná) uma caravana de estudantes do Colégio de Londrina, em viagem de intercâmbio.

26 — Na localidade Campo de Cooperação, município de São José dos Pinhais (Paraná), é inaugurada a casa escolar " Francisco Quirino dos Santos ".

27 — Noticia-se que se acha em organização em São Paulo a " Fundação Getúlio Vargas Filho", que deverá funcionar em 1945, e cujo objetivo será a formação de técnicos para a indústria.

28 — Realiza-se na cidade do Rio de Janeiro, organizado pela Divisão de Educação Física do M. E. S., um campeonato colegial de atletismo.

28 — Realiza-se em Belém (Pará) a prova promovida pelo governo estadual para a obtenção da bolsa de estudos de piano no Rio de Janeiro.

28 — Noticia-se que se acham atualmente em construção, no Território do Amapá, 19 prédios escolares.

29 — E' fundada a Associação dos Docentes Livres da Faculdade Nacional de Medicina.

29 — E' fundada a Sociedade dos Amigos de Ouro Preto, que pleiteará a fundação da Universidade de Ouro Preto (Minas Gerais).

31 — Comemora-se o cinquentenário da inauguração do edifício da Escola Caetano de Campos da cidade de São Paulo.

31 — Anuncia-se que no Território de Guaporé foram matriculados mais 2.000 alunos nas escolas primárias.

## INFORMAÇÃO DO PAÍS

### DISTRITO FEDERAL

A Prefeitura do Distrito Federal abriu, na Secretaria Geral de Educação, um crédito de Cr\$ 1.566.000,00, destinado a reforçar a dotação já existente de Cr\$ 600.000,00, destinado à aquisição de material escolar.

### ALAGOAS

Estão em funcionamento no Estado, no corrente ano letivo, 45 grupos escolares. Em Maceió, capital do Estado, funcionam 11 desses estabelecimentos.

### CEARA

Sob os auspícios do Departamento Geral de Educação do Estado do Ceará, realizar-se-á na cidade de Joazeiro, entre os dias 29 de novembro a 3 de dezembro próximo, o Congresso de Educação Rural.

O Congresso tem por objetivos principais : difusão em maior escala, do ensino rural no Estado; estudos dos meios tendentes à melhoria das condições do ensino rural na região; intercâmbio e cooperação entre as diversas escolas normais rurais do Estado, bem como conhecimento mútuo das atividades de cada uma.

Quatro exposições serão realizadas durante o Congresso: a primeira, de produtos vegetais e animais da região;

a segunda, de pequenas indústrias rurais, e as outras de trabalhos manuais e artes domésticas.

### MINAS GERAIS

O governo do Estado projeta construir cem grupos escolares para o que está fazendo levantar os necessários estudos .

### PARA

Está em vigor o novo regulamento do ensino<sup>1</sup> primário, aprovado por decreto estadual n.º 22, do corrente ano, que dispõe sobre os órgãos centrais e técnicos da administração estadual de educação, organização do ensino primário, carreira do professor e ensino municipal e particular.

### PERNAMBUCO

Acham-se em funcionamento no Estado 61 grupos escolares, sendo 32 no município da capital e os demais no interior; e 21 escolas reunidas, das quais três na capital do Estado.

### RIO GRANDE DO SUL

O Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, por iniciativa de sua congregação, pretende organizar a Escola de

Engenheiros Arquitetos do Rio Grande do Sul, nos moldes dos cursos de Arquitetura da Universidade do Brasil. Essa Escola deverá iniciar suas atividades no ano próximo vindouro.

#### SÃO PAULO

O governo do Estado instituiu uma Comissão para o estudo de prédios es-

colares, e abriu um crédito de 60 milhões de cruzeiros para a construção e reparação de edifícios escolares a ser empregado de 1944 a 1948.

Pela Comissão referida foram organizados 176 projetos de edifícios para grupos escolares, e o governo do Estado logo iniciou a construção de 48.

## INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

### ESTADOS UNIDOS

O Sr. Morris L. Cooke, que esteve no Brasil chefiando a Missão Técnica Americana, publicou um interessante livro, em que examina vários problemas de nossa organização econômica e cultural. No referido trabalho, que tem o título de *Brasil em marcha*, escreve o Sr. Cooke, com relação ao valor de nosso operário e os problemas de sua educação:

" O operário brasileiro possui de modo geral acentuado pendor para habilitar-se rapidamente na mecânica e nos demais ofícios com ela relacionados. Possui também notável capacidade para desempenhar tarefas prolongadas e é na prática um trabalhador resistente. Com adequada proteção da saúde e cuidados nutricionistas e uma competente direção administrativa pode apresentar um trabalho que possa ser comparado satisfatoriamente com o dos operários dos países de maior adiantamento industrial. A maior dificuldade é a falta de ferramentas e das técnicas indispensáveis ao moderno desenvolvimento industrial, tais como a alfabetização e o hábito indutivo da observação e do raciocínio. As manifestações do povo brasileiro são notadamente deficientes quanto aos elementos que estimulam a curiosidade

científica e a invenção técnica. Até mesmo os mais argutos *leaders* brasileiros parecem não ter ainda reconhecido que a condição de uma economia industrial dinâmica e auto-renovadora é a de que ela seja sustentada e perpetuamente fortalecida pelo talento alerta e inventivo da totalidade do povo".

### CHILE

A Universidade Nacional de Santiago do Chile dirigiu convite ao Professor Lourenço Filho para que realize, nessa Universidade, em janeiro de 1943, um curso sobre problemas de psicologia educacional.

### INGLATERRA

O " British Council ", que se destina a fomentar o intercâmbio cultural entre a Grã Bretanha e os demais países do mundo, oferece, para o ano letivo a iniciar-se em outubro de 1945 e a terminar em julho de 1946, oito " bolsas" para estudantes diplomados por universidades brasileiras, que desejam especializar-se na Inglaterra e professores da língua inglesa que pretendam aperfeiçoar seus conhecimentos.

Por sua vez a Metropolitan Vickers Electrical Company oferece, também,

uma "bolsa" destinada ao aperfeiçoamento de engenheiros.

As condições para obtenção dessas "bolsas" são as seguintes: o candidato deverá dirigir uma petição ao Conselho Britânico, com sede à Av. Graça Aranha, 327, 12.º andar (Caixa Postal 2.237) nesta capital, solicitando as fórmulas de requerimento para as "bolsas" de estudos que, devidamente preenchidas, serão em seguida enviadas ao referido Conselho, até o dia 15 de dezembro do ano corrente, em carta re-gistrada.

O "British Council" custeará as passagens de ida e volta, por via marítima, assim como todas as despesas de manutenção do estudante, enquanto estiver na Inglaterra, inclusive os cuidados médicos superiores a 200 cruzeiros. Para isso, é, entretanto, necessário que o estudante tenha conhecimentos do idioma inglês que lhe permitam freqüentar com proveito as aulas, estudar sem dificuldade e tomar parte ativa na vida

universitária. O "British Council", se julgar necessário, submeterá o candidato a um exame oral, a fim de aquilatar o seu conhecimento do idioma inglês.

A "bolsa" concedida pela Metropolitan Vickers Electrical Company aos candidatos brasileiros que tenham o curso de engenharia e desejem aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos de eletricidade, nas instalações da companhia, em Londres, será concedida em idênticas condições.

#### URUGUAI

O Presidente Amézala, do Uruguai, sancionou a lei de construções escolares, que autoriza a despesa de 10 milhões de pesos, ou sejam cerca de 100 milhões de cruzeiros.

O governo uruguaio pretende construir 300 novos edificios escolares, inclusive alguns com internato, em zonas rurais.

## BIBLIOGRAFIA

PAULO ARBOUSSE-BASTIDE. *Formando o homem* (Contribuição para o plano de um ginásio ideal). 1944, São Paulo, Sociologia Editora, 207 p.

Como deve ser uma escola secundária ideal? que instalações, que professorado, que tipo de ensino e de disciplina, que programas e métodos convirá apresentar?... Eis o objeto desta obra, escrita pelo Professor Paulo Arbousse-Bastide, da Universidade de São Paulo. O A. encara o problema, muito deliberadamente, no terreno dos princípios; deseja propor matéria para reflexão e debate, menos que um plano de reforma. Não obstante, muitos são os pontos pelos quais este estudo interessa à realidade do ensino brasileiro.

No capítulo inicial, trata o Professor Arbousse-Bastide das instalações escolares. Há necessidade de espaço e isolamento; o ideal seria a construção no meio de um parque. Igualmente a possibilidade de silêncio; pequenos estabelecimentos são melhores que ginásios monumentais. Impõem-se locais de trabalho comum e vida social dos alunos: salões de festa, sala de ginástica, bibliotecas, clube de alunos. As salas de aula deverão ser cômodas, sem ser luxuosas: quadros negros em abundância; armários, prateleiras, pequena biblioteca especial. A ornamentação de cada sala, com boas reproduções de quadros, deve ser entregue aos próprios alunos,

pois carecem eles de aprender a colaborar em sua conservação, para que se habituem a ter gosto pelas realizações coletivas.

No segundo estudo, é observado o problema do professor. Devem os mestres possuir sólida cultura superior e, além disso, saber dominá-la, para que a possam transmitir. Enquanto não houver professores capazes, não haverá ensino secundário digno desse nome. Neste particular, salienta o A. a responsabilidade dos Governos. O Estado deve exigir condições aos que se proponham educar; deve, por outro lado, conceder direitos e garantias à profissão, cuidando de sua vida material e das condições normais do trabalho.

Passa, então, o A. à parte que poderíamos dizer fundamental, na obra, para indagar dos fins do ensino secundário, na formação do espírito dos jovens, os problemas dos programas, da disciplina e do método.

Quanto aos objetivos do ensino secundário, diz que eles se resumem na "formação do espírito". Que é, porém formar um espírito? E responde: "É dar-lhe um arcabouço, um esqueleto, hábitos mentais gerais, certa aptidão para dominar os problemas cujo estudo poderá ser obrigado a abordar. A inteligência do adolescente se caracteriza por sua sede de formação, isto é, de ordem, método, clareza. O adolescente quer ter quadros onde possa ordenar o que apren-

deu durante seus anos primários e o que vai aprender durante os anos de especialização". "Nem todos os jovens se apercebem dessa necessidade, até que um professor capaz saiba ir ao seu encontro". "O espírito só pode ser formado por uma cultura geral, ministrada por professores que tenham sido beneficiados por semelhante cultura. É preciso compreender bem a expressão *cultura geral*. A generalidade de uma cultura se manifesta pela aptidão de dominar os diversos setores do conhecimento, não por um saber aprofundado ou especializado, o que é impossível para um único espírito, mas de maneira a situar os problemas e poder, eventualmente, informar-se melhor". Como é impossível adquirir essa visão de conjunto para todos os setores do conhecimento humano, é bastante, a respeito de um número pequeno e bem escolhido, adquirir certos hábitos que se podem e devem adquirir durante o ensino secundário. Independentemente deles, é preciso também saber classificar os problemas que possam interessar aos homens. É preciso compreender que, embora as aplicações do motor de explosão tenham sido e sejam ainda muito importantes para o progresso da técnica, este gênero de pesquisa e de realização não pode ser colocado no mesmo plano do conhecimento que a humanidade possa ter de si mesma pela história e a geografia, nem da evolução das produções literárias e estéticas das diversas civilizações." "Adquirir o senso da hierarquia e do alcance dos conhecimentos habilitará o jovem, para o resto da vida, a julgar, apreciar, classificar, com um risco mínimo de erro. Tal deve ser o verdadeiro objetivo do ensino secundário. Não é, de maneira alguma, pré-profissional, mas, se assim se pode dizer, pré-humano".

Neste ponto, o A. encara os planos de ensino e os programas que possam corporificar tal orientação. Quais as disciplinas a escolher?... Para responder à pergunta, classifica os conhecimentos em dois grandes grupos: os que tratam da natureza física e os que tratam do homem, quer individualmente considerado, quer em sociedade. "Trata-se, pois, de encontrar as ciências mestras destas duas avenidas do saber humano. Incontestavelmente, a física é a ciência mestra da natureza, enquanto a psicologia e a história abrem caminho às ciências ao homem. Ao lado da física, devemos colocar a química e a biologia. Entre as ciências que guiam o espírito, a respeito do homem, é preciso acrescentar, ao lado da psicologia e da história, a geografia humana, a sociologia, o estudo das línguas e das literaturas nacionais e estrangeiras. Dominando estes dois grupos de ciência (da natureza e do homem) é preciso dar lugar à parte às ciências destinadas a desenvolver o raciocínio e fornecer-lhe instrumento indispensável ao vigor intelectual: queremos falar das matemáticas, da lógica, e da metafísica". Preconiza também o A. a educação física, a iniciação a cer-t?,s artes, como o desenho, a dança e a música.

Para que se desenvolva o curso, esclarece, serão necessários sete ou oito anos, e, ainda assim deverão os programas ter judiciousa elaboração. Não devem eles representar "inventários" da matéria a ser tratada, mas, simplesmente, um modo de enostrar as questões fundamentais, um centro de perspectivas. Erro grosseiro será querer valorizar o ensino aumentando o programa com alguns *pontos* mais difíceis.

A questão leva o A. a considerar, em seguida, a especialização do ensino o, para isso, a examinar a "unidade do ensino secundário em face da diversidade

de suas tarefas". O curso deve ter unidade substancial, que se define por seu próprio espírito: formação da inteligência e do caráter do adolescente. Ao entrar, porém, em contato com as realidades concretas, a diversidade de circunstâncias, de meios e mesmo de casos, impõe aos organismos institucionais certa diversidade no exercício de suas funções. É preciso que esta diversidade vá tão longe quanto seja necessário, sem pôr em perigo a unidade da instituição.

A diversidade se impõe: 1) pela idade dos alunos; 2) pelo sexo; 3) pelos meios sociais de onde os alunos provenham. Para corresponder às idades, previram-se as séries de ensino. Quanto à do sexo, levanta-se o problema da coeducação e das classes ou escolas especiais. Em relação à origem dos alunos, há a considerar que há famílias que não têm preocupação a respeito do futuro material de seus filhos, e que outras não podem esperar por muito tempo a certeza de que seus filhos tenham nas mãos uma profissão que lhes permita ganhar a vida.

O problema da diferenciação do ensino quanto aos sexos é discutido menos em face das vantagens ou desvantagens de uma, convivência precoce entre moças e rapazes, que quanto às necessidades de diverso tratamento educativo, a ser dispensado a uns e outros. O A. não adota o ponto de vista de que a coeducação seja perigosa para a moral. Pelo contrário. Rejeita a convivência de moças e rapazes por motivo de adequação do ensino; tanto assim que recomenda as aulas em classes separadas, e as atividades comuns, ou sociais, em conjunto.

O problema da diferenciação segundo as classes sociais é largamente ventilado a seguir. São examinadas duas hipóteses: a de uma escola secundária de natureza exclusivamente "formativa", com programas em que figurem, espe-

cialmente, as humanidades greco-latinas; e a de um ensino que satisfaça tanto quanto possível a essa parte "formativa", admitindo níveis, ou graus, com estudos de caráter prático a ela associados. De algum modo, seria admitir um "ensino de 2.º grau", com quadros aplicáveis a todos os tipos de estudo. Neste caso, tender-se-ia a um sistema de "escola única".

Qual a solução preferível? O A. não opta por uma ou outra, como solução exclusiva. Útil será que exista a escola secundária formativa, e que existam cursos de segundo grau, diversamente organizados. "Não é impondo um certo tipo de escolas a todos que se resolve o problema." "A escola secundária deve conservar toda a sua originalidade. *Ou será formativa, ou não existirá.*" Sendo formativa, é inevitável que haja uma certa distância entre ela e a sociedade. Mas é preciso admitir que podem existir diversas maneiras de formar os espíritos. As humanidades são uma dessas maneiras com a condição, bem entendido, de que sejam inteligentemente praticadas". "Elas não possuem o monopólio da formação intelectual. A superstição das humanidades causou os maiores danos à sua causa. Seria absurdo sustentar que as matemáticas teóricas, ou línguas vivas (acompanhadas de estudo das literaturas respectivas) não possam contribuir para a formação dos espíritos. Elas podem contribuir para isso concorrentemente com as humanidades. Em todo o caso, mais vale uma formação intelectual adquirida graças a um bom professor de matemática do que uma pseudo formação devida a um mau professor de humanidades."

A unidade do ensino secundário, conclui, então, não deve ser processada pela imposição de um só plano de estudos a todos os jovens de uma nação. É preciso que uma espécie de osmose exis-

ta entre os diferentes tipos de escolas profissionais, técnicas e a escola secundária, a fim de que as verdadeiras aptidões sejam aproveitadas. Por outro lado, de par com a escola secundária deverão existir tipos variados de ensino de 2.º grau, de fim prático ou profissional.

Nos capítulos finais, são estudadas as questões da disciplina escolar e do método, e ainda as da administração das escolas, os problemas da inspeção e a, colaboração necessária dos pais, na educação dos jovens — tudo com o mesmo equilíbrio e segurança.

Em prefácio, o Professor Fernando de Azevedo declara que este livro "é construído com unidade de concepção e de plano, é um estudo tão completo quanto possível, cuidadosamente elaborado, tecido de análises finas e penetrantes, através de um alto pensamento orientador e de um largo espírito de compreensão. Se deixou cair algumas afirmações de arestas mais vivas, sente-se que foi para provocar a reflexão e o debate sobre alguns pontos de vista essenciais".

ALCEU AMOROSO LIMA. *Humanismo pedagógico*. (Estudos de Filosofia de Educação). Rio, 1944. Stela Editora, 328 páginas.

Líder católico, o Professor Amoroso Lima, da Universidade do Brasil, apresenta, neste volume, discursos e escritos vários, que compõem entre 1931 e 1943, todos relativos a problemas de educação, e relacionados por um mesmo espírito e comum finalidade.

O espírito geral da obra deriva de dois axiomas assinalados, pelo A., como fundamentos: 1) a educação existe para o homem e não o homem para a educação; 2) o homem nasce corrompido e não é a sociedade que o degrada: "a educação é que aperfeiçoa o homem quando orientado como deve ser; pode,

no entanto, concorrer para cimentar a corrupção natural do ser humano, quando mal dirigida, pois educar é sempre dirigir ou orientar para algum fim". A finalidade dos escritos, que apresenta, é também uma só, como esclarece ainda o prefácio: "Visam eles esboçar o problema dos fins da educação como elemento fundamental de toda obra sadiamente pedagógica. Hoje em dia o espírito totalitário que incidiu e contaminou a esfera do século XX, tentou também absorver o próprio Homem, roubando-lhe as suas características essenciais e construtivas — a Inteligência e a Liberdade, para entregá-lo ao domínio do jogo cego dos instintos e ao determinismo inflexível das servidões sociológicas, sob o nome de Raça, Nação, Classe ou Estado. O espírito totalitário se serviu da Educação fingindo muitas vezes que a servia. Uma das mais altas tarefas que nos cabe, em nossos dias, na vigília dos novos tempos que já se delineiam no horizonte, é justamente reabilitar a finalidade suprema da Educação, que é permitir a realização do Homem na plenitude de sua natureza, livre, digna e imortal, contra as forças cegas que dentro dele e fora dele se congregam para arrancar-lhe a independência, a responsabilidade e a imortalidade."

No cap. I, sob o título *Princípios pedagógicos*, apresenta o Professor Amoroso Lima uma síntese das suas idéias sobre a educação, em *princípios gerais e princípios especiais*, que devem orientar a tarefa pedagógica em nosso país. Os princípios gerais são os seguintes: 1) A educação existe para o homem e não o homem para a educação; 2) A educação tem por fim levar o homem à plenitude de sua humanidade; 3) A educação prepara o indivíduo para a comunidade e esta para a pessoa; 4) A educação hierarquiza as atividades natu-



rais e sobrenaturais do homem; 5) As autoridades educativas são, na ordem natural, a Família e o Estado; na ordem sobrenatural, a Igreja; em ambas — a Pessoa. Os princípios especiais assim se apresentam: 1) O homem brasileiro é subordinado à sua nacionalidade em tudo que não contradiga ou desvirtue a sua humanidade; 2) O Brasil constitui um todo que deve ser conservado; 3) A unidade nacional não suprime e apenas integra as variedades regionais; 4) A educação, no Brasil, está subordinada às

condições mesológicas, biológicas, psicológicas e históricas de sua civilização; 5) Para alcançar os seus fins, individuais e nacionais, deve a educação no Brasil ter um caráter pessoalista, doméstico, cooperativo e cristão.

A matéria do volume está dividida em cinco partes, assim tituladas: Os princípios pedagógicos e suas conseqüências; O humanismo brasileiro e a Educação; No ambiente universitário; O papel da Família e da Mulher na Educação; A Fé como fundamento da Educação.

## ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS

### AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA NAS CULTURAS SERTANEJAS

Do ponto de vista educacional, a evolução do problema rural brasileiro não apresenta dificuldades intransponíveis. Pode-se tomar como certo que a perpetuação das culturas caboclas nada tem que ver com o fator racial. Nunca é demais insistir sobre esse fato. A despeito de todas as resistências e campanhas contra o racismo, algumas das suas inúmeras variações contaminaram de tal maneira as nossas maneiras de pensar que parece sumamente difícil desvencilhar-se delas. A Antropologia física está cansada de repetir que cruzamentos raciais não conduzem a "desonerações" somáticas ou mentais. Se os híbridos raciais têm organismos depauperados, a causa está nas condições sociais em que esses indivíduos foram criados. Isso foi inúmeras vezes provado, mas a despeito de tudo continua-se a estabelecer confusão entre fatores sociais e biológicos. O caboclo não possui a cultura que tem, por ser um produto de hibridação racial. Êle a possui simplesmente porque lhe foi transmitida, há muitas gerações, pelos pais. Trata-se de um patrimônio cultural, não biológico. A transmissão ocorreu, durante quatro séculos, sem alterações incisivas, porque esse patrimônio provou ser equipamento adaptativo adequado para garantir a sobre-

vivência da população cabocla. A intervenção organizada deve, portanto, concentrar-se sobre dois aspectos fundamentais :

1. A interrupção do processo multi-secular de transmissão tradicional. Feito o peneiramento dos elementos considerados desejáveis, a transmissão deverá restringir-se a estes. Desta maneira o patrimônio tradicional será substituído por outro, ajustado ao sistema econômico moderno.

2. A articulação do novo patrimônio cultural com um meio ao qual possa adequar-se. Todo sistema cultural representa um equipamento adaptativo, tendo sua razão de ser somente em função do meio em que o grupo respectivo deseja sobreviver.

O plano do internato agrícola, em vias de realização em São Paulo, parece ser a única solução possível. O afastamento do educando de seu meio originário garante a interrupção necessária do processo de transmissão tradicional. A internação num instituto adrede preparado para implantar novos hábitos e conhecimentos oferece as condições em que possa acumular-se um patrimônio cultural parcialmente diverso. Todavia, convém não esquecer-se de que a internação dos rapazes não é suficiente para realizar o objetivo mencionado. Pois o novo tipo de " homo rusticus" que sairá dos internatos agrícolas desposará moças educadas na

rotina tradicional. Na família rural, as funções da mulher são, como é sabido, comparativamente muito mais importantes do que na família urbana. A atuação da mulher é não somente um fator decisivo para a manutenção e aquisição, pela família, de um determinado "status" econômico, mas também um fator de transmissão cultural de importância fundamental devido, em parte, às funções inexistentes ou restritas da escola. Se o homem fôr iniciado em cultura que diferencie, pelos conhecimentos técnicos, hábitos de trabalho, de higiene etc, fundamentalmente da cultura adquirida pela mulher, a probabilidade de choques culturais será muito grande. A possível desorganização da família porá em perigo o êxito todo da obra educacional planejada. Na melhor das hipóteses, a recidiva dos filhos na rotina anterior será quase inevitável. Que acontecerá com o educando formado por um internato agrícola? Voltará para o meio de onde viera? Em caso afirmativo, ele dificilmente transformará esse meio, pois o patrimônio cultural adquirido no internato não representa, com relação a esse meio, um equipamento adaptativo adequado. É mais provável que o meio o transforme ou obrigue ao êxodo. Neste sentido, as experiências com imigrantes estrangeiros são valiosas. É um erro muito comum pensar que o imigrante tenha desenvolvido, em quaisquer condições, -o meio em que foi colocado. Basta olhar para os coeficientes de fixação das diversas etnias, basta um estudo ligeiro das inúmeras colonizações fracassadas, dos muitos casos de desnive-• lamento econômico para compreender que as transformações do meio, em um sentido determinado, somente ocorrem em função de circunstâncias sobre as quais o imigrante nem sempre pode adquirir o controle.

Um observador que, em 1900, visitou Blumenau, notou que muitos colonos deixaram de usar o arado porque o seu emprego facilitava a erosão das terras acidentadas. Para compensar os efeitos estéril izantes da erosão, isto é, para conservar a produtividade de suas terras, necessário se tornava a adubação em larga escala. " Mas os preços dos produtos não compensavam técnicas, como essa, altamente intensivas". Assim o uso do arado ficava restrito às terras aluvianas dos vaies. O regresso a processos velhos e rudimentares afigurava-se deste modo, como necessidade ditada pelas condições do meio, " independentemenjte" da vontade e do equipamento técnico do imigrante. O rápido esgotamento das terras associado a técnicas extensivas e a uma pressão demográfica relativa leva necessariamente ao seminomadismo e desapego à gleba, traço cultural esse que contrasta com a sedentariedade absoluta dos camponeses europeus. O seminomadismo é um fenômeno tão corriqueiro entre descendentes de colonos alemães, italianos e poloneses, que até observadores superficiais o notaram em todas as zonas de colonização estrangeira. Wagemann já analisou, em 1913, os efeitos desagrega-dores do nomadismo dos colonos teuto-brasileiros do Espírito Santo. Evidentemente, o nomadismo agrícola dos colonos significa domínio da rotina: os mesmos processos repetem-se através das gerações, os filhos começam no mesmo ponto em que os pais e avós começaram, sem a menor possibilidade de aumentar o acervo cultural. Exatamente como entre caipiras legítimos.

A guisa de certos imigrantes, o homem a ser formado pelos internatos agrícolas representará uma cultura " superior". O seu aproveitamento, no sentido do nosso sistema qconômico, sugere cuidados especiais. Assim, como

se lhe escolhe o meio educativo, deve-se-lhe escolher o meio propício em que possa utilizar a cultura adquirida às ex-pensas do erário público. Quanto a esse meio, será preciso levar em conta, por exemplo, a qualidade e quantidade dos consumidores, as distâncias, as vias de comunicação, as possibilidades de fundar cooperativas e, antes de mais nada, o "crédito destinado à aquisição de terras apropriadas, da casa, de ferramentas, máquinas, animais, adubos e sementes. A fixação dos novos elementos em núcleos homogêneos se afigura talvez como sendo o processo mais rápido e seguro, tendo-se em vista o objetivo final visado por uma mudança cultural provocada.

De qualquer forma, o aproveitamento dos indivíduos saídos de internatos agrícolas exige um conhecimento exato das condições sócio-culturais das regiões escolhidas para a colonização. É óbvio que o meio atua sobre esses colonizadores com seu equipamento "superior", mas é preciso não esquecer-se de que, em outras circunstâncias, eles podem exercer influência sobre o meio. Como reagem, por exemplo, os povoadores antigos a esse novo tipo de colono? Observadores superficiais pensam talvez que lhes imitem o exemplo. Ora, a experiência ensina que isto acontece raras vezes. A norma é que os antigos povoadores continuem com seus métodos rotineiros. Todavia, estes métodos que antes lhes garantiram a subsistência podem, a partir de certo momento, tornar-se inadequados. Esse fato não significa outra coisa senão a miséria ou o êxodo. Não depende da vontade dos colonizadores novos evitar ou não essas conseqüências. É simplesmente um efeito da competição, sobretudo da competição econômica. Sem dúvida, o processo ecológico de desa-lojamento dos antigos habitantes afeta não somente a região que está sendo

"reerguida" por colonizadores "superiores", mas grande parte das zonas circunvizinhas onde os migrantes podem constituir problemas inesperados e, talvez, graves. — EMÍLIO WILLEMS — (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo).

#### DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Dir-se-ia que o problema do ensino no Brasil se ressentia, fundamentalmente, da ausência de um princípio diretor, ou melhor, de um sistema que dê a cada uma das peças de qualquer das muitas reformas que lhe têm sido infringidas um sentido lógico de ordenação.

Quaisquer que sejam as críticas possíveis, e muitas delas necessárias e justas, às reformas que se vêm processando por meio de leis que atingem cada um dos ramos do ensino, ultimamente, a ninguém será dado negar que essas reformas parecem obedecer a um princípio geral determinante, a uma vontade de sistematização, precisamente o que mais tem faltado às reformas que os nossos estudantes, em todos os graus, têm padecido em tantos anos de balbúrdia pedagógica.

Das leis já publicadas — o Decreto-n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que estruturou o ensino industrial, o 4.244, de 9 de abril do mesmo ano, lei orgânica do ensino secundário, e o 6.141, de 28 de dezembro de 1943, lei orgânica do ensino comercial, apesar ou em virtude mesmo da crítica que merecem, sobretudo o do ensino secundário, ressalta uma disposição ordenadora que deve ser saudada como o que de melhor poderia acontecer ao ensino no Brasil. Errada que fosse, mas parte de um sistema, seria sempre melhor essa legislação do que a mais certa das leis solta no espaço e incapaz de se ajustar num sistema de ensino em que as peças, isto é, o ensino comercial, o industrial, o

secundário, o primário, o superior, não se ajustassem, completando-sc, interpenetrando-se, se nos permitem a expressão, continuando-se.

Não podemos ainda opinar sobre a lei do ensino agrícola que sabemos em mãos do Presidente para se transformar em decreto-lei. Em compensação, a do ensino superior, que só é esperada daqui a alguns meses, já deu um ar de sua graça pela portaria n.º 386, de 16 do corrente, na qual o Ministro da Educação determina as disciplinas que deverão constar dos exames de habilitação no ano escolar de 1945.

É precisamente a natureza dessas disciplinas em tais exames que está a indicar o que parece virá a ser a característica da nova lei do ensino superior. Há uma correspondência exata e completa entre a conversão dos exames-vestibulares em mera prova de habilitação das matérias exigidas no curso superior a que se destina o candidato, em vez de finalidade suprema do ensino secundário, como até agora tem acontecido. E não seria aventurar muito concluir que essa função direta e precisa, que se procura dar ao exame vestibular, decorre daquele princípio de democratização do ensino que está consignado nas leis já promulgadas com as seguintes expressões: "É assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude da conclusão de curso técnico (no ensino industrial como no comercial) a possibilidade de ingresso em estabelecimento de ensino superior, para matricula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo", etc. (art. 18 alínea III, da lei orgânica do ensino industrial).

Isto significa que a articulação do ensino se está processando de tal modo que a educação do técnico não se coloque em situação de inferioridade em relação

à do erudito, pois ambos, por diferentes caminhos, tendo em vista apenas a sua capacidade, poderão separar-se à saída do colégio primário, seguir caminhos diversos — um no curso ginásial, outro no profissional — para novamente se encontrarem, mais tarde, na universidade. Essa é a democratização do ensino, esse o ideal a atingir, se de fato queremos desenvolver e valorizar o técnico e ao mesmo tempo revalorizar e prestigiar o ensino superior, debilitado por tantos anos de pedantismo, de rotina e de reformas para atender a interesses e até a melindres particularis-tas. — (O *Jornal*, Rio).

#### JORNALISMO ESCOLAR

Com o título acima vem-nos às mãos, da capital portenha, uma interessante publicação do ano p. passado. Trata-se de uma revista coordenadora do movimento de jornais e revistas infantis, com o resumo das atividades publicitárias escolares argentinas. Com as próprias palavras do prólogo: "A Exposição Permanente de Periódicos Escolares", que pela primeira vez se realizou no ano anterior (1942), em Buenos Aires, foi uma revelação. Mais de quatrocentos periódicos, em sua maior parte do país, figuraram no certame, realizado por feliz iniciativa de três mestres argentinos, homens jovens e amigos da cultura".

Além de oportunas e bem feitas informações sobre "O Periodismo", em sua evolução histórica, esta monografia publicada pelas Edições F. A. E. de Buenos Aires apresenta ainda copiosa documentação fotográfica e ilustrada bem como a relação completa de todas as revistas e jornais escolares editados na Capital Federal e nas Províncias do vizinho país. As páginas finais da revista são dedicadas a um "Inquérito

sobre o Periodismo escolar", com o fim de coordenar vistas a respeito do assunto e de sua prática na escola. É uma coleta de opiniões tomadas a inteligentes membros do magistério argentino, concordes todos na acentuação dos méritos dessa atividade publicitária das crianças e dos jovens na moderna educação.

Pelo senso de equilíbrio de suas palavras, aqui reproduzimos a resposta ao inquérito dada pelo Professor Ireneo Salinas, diretor da Escola n.º 11 de Fortuna (San Luis), que edita a revista "Mari Quine":

" 1. Toda revista ou periódico escolar deve inspirar-se no nobre propósito do melhoramento e aperfeiçoamento da expressão gráfica e escrita do aluno.

2. Deve servir de contato entre a escola e o lar.

3. Ser vínculo de amizade entre as escolas por meio de permutas.

4. Ser cátedra de aperfeiçoamento moral para a criança, revivendo em suas páginas, em forma engenhosa e agradável, atos da vida escolar de que possamos tirar ensinamentos proveitosos ou combater o aparecimento de algum vício.

5. Deve ser o reflexo do trabalho da escola sob todos os seus aspectos.

6. Deve propiciar a colaboração espontânea dos alunos dos graus superiores e dos ex-alunos, colaboração que verse temas escolares.

7. Em suas páginas não devem ser incluídos artigos de caráter combativo, mesmo que seja em defesa dos interesses da escola.

8. Deve ser o portador das melhores atividades da escola, de forma prudente e medida, a fim de não cair no brilho fugaz da propaganda.

9. Deve dar à criança a oportunidade de maior intervenção no preparo, organização e publicação da revista, para cujo fim se facilitará a existência de pequenos centros estudantins.

10. Não deve descuidar o movimento do cultivo dos sentimentos patrióticos e humanitários.

11. Dado o desenvolvimento adquirido pelo "periodismo escolar", deve ser êle favorecido, controlado e fomentado em caráter oficial."

O movimento de publicações escolares não é novo em nosso meio e ainda agora vai tomando grande desenvolvimento. Impressos e manuscritos, copiados em mimeógrafos ou por outros processos, há pelo Estado boas revistas e jornais escolares. Queremos citar, de passagem, o bem feito jornalzinho — " O mesquitense", órgão dos alunos do grupo escolar de Mesquita, que vimos recebendo regularmente; a folha escolar, do grupo escolar de Pederneiras e a excelente revista " Seara", da escola " Ademar de Barros", de Gatanduva .

O jornal manuscrito, que de velha data circula em nossas escolas, redigido, escrito e ilustrado pelos alunos, teve sempre o mérito de despertar vocações, aproveitar interesses e refletir traços da curiosa fisionomia das classes. O seu principal defeito, porém, estava na impossibilidade de reprodução, de onde a procurada tentativa de imprimi-lo regularmente ou de reproduzi-lo a preço módico.

Com a receita de mimeógrafo que, nos oferece " Periodismo escolar", poderão ficar habilitadas as escolas na impressão de seus jamais e revistas. Já em 1931, com esse processo prático e simples, em um dos colégios da capital, conseguimos realizar os exames finais e as provas de literatura, A di-

vulgação, portanto, desse recurso para a reprodução de cópias é de certo interesse para o professorado. Assim, traduzimos o capítulo " Como se constrói e se usa o hectógrafo".

"O hectógrafo é o meio de impressão menos complexo, pois não consta de peças nem de engrenagens; é apenas uma pasta gelatinosa sobre a qual se imprime uma folha escrita ou desenhada com tintas especiais.

A confecção desta pasta está ao alcance de todos, tanto pelo seu custo, como por sua preparação. Os ingredientes que a formam são os seguintes: glicerina pura, cola de peixe, açúcar impalpável (extremamente fino) e água. Para uma fôrma ou caixa de latão ou zinco de 26" cm por 19 cm e 1 e 1/2 cm de altura, são precisos: 1/2 litro de glicerina. 125 gramas de cola de peixe. 125 gramas de açúcar impalpável e 1/2 litro de água.

*Preparo:* Corta-se em pequenos pedaços a cola de peixe e se põe de molho em meio litro de água durante algumas horas, em cujo intervalo a cola amolece e absorve totalmente a água. Coloca-se o recipiente com cola e água em "banho maria" até que o calor deste dissolva inteiramente a cola (é conveniente revolver a massa com uma varinha).

Ainda à massa em "banho maria", ajunta-se a glicerina, revolvendo tudo constantemente e em seguida se adiciona o açúcar. Durante 20 minutos fica a vasilha ao fogo e ainda quente o preparado é posto na fôrma ou caixa de lata. É conveniente coar a massa, evitando que vão à forma resíduos de cola ou partes duras e que a fôrma esteja em superfície bem plana.

Por 4 ou 5 horas posta a fôrma em lugar fresco, ficará a massa inteiramente fria e estará pronta para o uso.

*Modo de imprimir:* Para a escrita devem ser usadas tintas especiais chamadas heqtoográfscas, que existem de várias cores: violeta, azul, verde e vermelho.

Em folha usada para a escrita comum (de superfície ligeiramente asse-tinada), escreve-se ou desenha-se o que se quer copiar. A folha assim escrita é comprimida suavemente sobre a superfície de pasta (a tinta contra a pasta), ficando ali mais ou menos 5 minutos, com o cuidado do impressor de que o papel fique bem estendido sem rugas ou borbulhas.

Retirado depois o papel escrito, deixa êle cópia na pasta e é sobre esta cópia que serão colocadas, uma a uma, as folhas a serem impressas. Os mesmos cuidados da primeira impressão. O tempo para a reprodução de cada folha é de um ou dois segundos. — ANTÔNIO D'ÁVILA — (O Estado de S. Paulo, São Paulo).

#### A UNIVERSIDADE RURAL

A guerra atual veio mostrar que necessitamos de progredir no plano industrial, sem abandonarmos o progresso da produção agrícola. O Brasil deve industrializar-se, fazendo o possível, até sacrifícios, para atingir o máximo da industrialização, mas precisa mobilizar os seus recursos materiais e técnicos a fim de tirar do seu solo fértil o máximo que êle possa dar, indispensável às crescentes necessidades internas e a manter um apreciável comércio exterior.

Quanto a esta última parte, é um passo apreciável a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, cujo regimento foi ainda ontem aprovado em decreto do Presidente da República. Na Universidade Rural, as novas gerações de agrônomos terão

um campo de estudo ao mesmo tempo teórico e prático, capaz de preparar bons técnicos com o conhecimento exato da nossa vida agrária e dos problemas com ela relacionados.

A estrutura do C. N. E. P. A. compreende a Universidade Rural, o Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas e o Serviço de Administração e Biblioteca. Compõe-se a instituição de escolas de agronomia e veterinária, além de cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão.

Não é necessário acentuar a importância dessa criação para o desenvolvimento da economia nacional, pelo que de valioso ela apresenta como garantia do êxito de qualquer reforma agrária a ser executada no nosso país. — (*Correio da Manhã*, Rio).

#### O DESENHO NAS ARTES

Comprometemo-nos a trazer aqui mais argumentos sobre o tema desenvolvido na nota de ontem "A expressão do Desenho nas Artes Plásticas". O nosso ponto de vista, no assunto, nos leva à convicção de que numa obra de arte plástica, tanto de arquitetura, como de pintura e escultura, tudo tem função subordinada ao desenho.

Não é o desenho a tradução da forma? E algum elemento existe em uma obra de arte plástica que não vise à concretização de uma ou mais formas, e cujo conjunto destas é a materialização dessa obra? Naturalmente já o leitor percebeu que, no desenvolvimento deste tema, visamos simplesmente à concretização da obra de arquitetura, pintura ou escultura por suas realidades técnicas, abandonando os elementos abstratos que têm através dessas mesmas concretizações técnicas o seu veículo de comunicação. O quadro, o mo-

tivo decorativo, o monumento, a casa, e as mais diversas formas modeladas pelos materiais de que se pode valer a escultura, são o que compreendemos como concretizações.

Não se poderá, pois, negar que o desenho representa uma interpretação da forma. E numa obra de arte só vale O conjunto de formas na interpretação de uma emoção, na tradução de uma idéia, ou ainda na concretização de uma utilidade à qual não poderão escapar condições estéticas. No retângulo de uma pintura, no volume de uma escultura e na extensão de um edifício, tudo se realiza diante da curiosidade estética de nossa visão, obediente às determinações da forma.

Tomando ainda uma vez a Pintura como exemplo, por nos parecer a mais complicada das artes figurativas dada a sua concretização em duas dimensões apenas, e compreendendo também o elemento cõr, ousamos afirmar que não vemos nas suas representações elementos que não se enquadrem na expressão do desenho. E esta expressão abrange desde a representação simples de uma linha de horizonte, também a cõr e a luz, por suas formas representativas no conjunto do quadro.

Logo, uma obra de arte plástica não pode representar três quartos e meio de desenho, como afirma Jean Domini-que Ingres; ou ainda dois terços simplesmente, como afirmam as opiniões menos ousadas. O desenho é cem por cento de qualquer obra de arte plástica, porque não encontramos elementos técnicos de representação que não se valham de um limite de forma e por isto se enquadrem na sua mais legítima expressão. — O. CAMPOFIORITO — (*Diário da Noite*, Rio).



*Atos oficiais:*

## ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 6.890 — DE 21  
SETEMBRO DE 1944

*Estabelece medidas para facilitar a reconstituição de documentos inutilizados em consequência do incêndio ocorrido no Serviço de Comunicações do Ministério da Educação e Saúde*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 d,i Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Educação e Saúde autorizado a certificar a inutilização de documentos, em consequência do incêndio havido nas instalações do Serviço de Comunicações do Departamento de Administração.

Art. 2.º À vista da certidão a que se refere o art. 1.º, dar-se-á:

I — certidão do registro de diploma ou certificado, extraída dos livros próprios dos órgãos do Ministério;

II — segunda via de diploma ou certificado na hipótese de não existir o referido registro, do que se dará certidão negativa;

III — novo documento, para substituir o inutilizado pelo incêndio, caso não se trate de diploma ou certificado.

Parágrafo único. Os documentos fornecidos na conformidade deste artigo mencionarão expressamente o decreto-lei e produzirão todos os efeitos legais como se se tratasse dos originais.

Art. 3.º Ficam isentos do pagamento de impostos, taxas e emolumentos as certidões e documentos de que trata o presente decreto-lei, ressalvada a hipótese dos pagamentos não realizados e a que estariam sujeitos os originais desaparecidos.

Art. 4.º O Ministro de Estado da Educação e Saúde expedirá as instruções que se tornarem necessárias para execução do presente decreto-lei.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1944.  
— GETÚLIO VARGAS. — *Gustavo Capancma*. (Publicado no *Diário Oficial* de 23-9-1944).

DECRETO-LEI N.º 6.896 — De 23 DE  
SETEMBRO DE 1944

*Dispõe sobre a matéria de que tratam os Decretos-leis n.ºs 5.545, de 4 junho de 1943, e n.º 6.273, de 14 de fevereiro de 1944*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 5.545, de 4 de

junho de 1943, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 2.º O candidato à transferência prestará, antes dela, exames com que demonstre conhecimento das disciplinas constitutivas das séries anteriores à em que estava matriculado.

§ 1.º Competirá aos conselhos técnico-administrativos organizar os conjuntos seriados de disciplinas e a respectiva programação, para os sucessivos exames do candidato, observada, na prestação destes exames, a ordem de seriação normal.

§ 2.º A reprovação dará direito a exames de segunda época.

§ 3.º Os candidatos que pretendam transferência para a primeira série farão exames das disciplinas do concurso de habilitação, nos termos da legislação em vigor ao tempo de sua matrícula.

§ 4.º Concluídos os exames, o conselho técnico-administrativo determinará a matrícula do candidato na série para cujo estudo tenha demonstrado a necessária preparação, ou lhe negará transferência caso não haja demonstrado preparação necessária aos estudos da primeira série.

§ 5.º Os exames prestados num estabelecimento de ensino superior não poderão ser repetidos noutra".

Art. 2.º O art. 3.º do Decreto-lei número S.54S, de 4 de junho de 1943, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 3.º Os alunos de qualquer curso superior, nas condições indicadas no art. 1.º deste decreto-lei, que já tenham concluído a última série, poderão regula-

rizar sua situação escolar por um dos dois modos seguintes:

a) requerendo transferência para a última série, mediante a prestação de exames das disciplinas constitutivas das séries anteriores, nos termos do art. 2.º deste decreto-lei;

b) requerendo a prestação de exames que demonstrem habilitação nas disciplinas constitutivas de todo o curso feito.

§ 1.º O candidato que, nos termos da alínea a deste artigo, não conseguir demonstrar habilitação para frequência da última série, será adaptado pelo conselho técnico-administrativo à série adequada, ou será excluído, tudo de conformidade com o disposto no art. 2.º deste decreto-lei.

§ 2º O Ministro da Educação baixará instruções sobre a organização dos conjuntos de disciplinas constitutivas de cada curso, e bem assim sobre o processo dos respectivos exames. Os conselhos técnico-administrativos farão a programação das disciplinas".

Art. 3.º O art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.273, de 14 de fevereiro de 1944, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 5.º Os exames para fins de validação só poderão ser feitos nas faculdades oficiais ou pertencentes a universidade. Os exames para fins de transferência poderão ser feitos em faculdade oficial ou pertencente a universidade, e bem assim em faculdade reconhecida, para este fim autorizada pelo Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Educação não pode-

ra conceder a regalia de que trata este artigo à faculdade que tenha sede fora das capitais dos Estados. Não poderá a regalia ser concedida, na mesma capital, a mais de uma faculdade, pari cada modalidade de curso. No Distrito Federal esse número poderá elevar-se a duas faculdades".

Art. 4.º É ressalvado aos candidatos que no ano de 1944 hajam efetuado matrícula na última série de um curso para regularização da vida escolar na forma da alínea *a* do art. 3.º do Decreto-lei n.º 5.545, de 4 de junho de 1943, o direito de continuar os trabalhos escolares até o fim do corrente ano escolar, nos termos da legislação e instruções vigentes ao tempo da matrícula. Esses candidatos ficam, porém, sujeitos em tudo o mais à observância do art. 2.º do Decreto-lei n.º 5.545, de 4 de junho de 1943, com a redação que lhe dá o presente decreto-lei.

Art. 5.º Fica revogado o § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.545, de 4 de junho de 1943.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — GETÚLIO VARGAS. — *Gustavo Capanema*. (Publicado no *Diário Oficial* de 25-9-944).

DECRETO N.º 6.897 — De 23 DE SETEMBRO DE 1944

*Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior ainda não reconhecidos*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Educação examinará as condições dos estabelecimentos de ensino superior que estejam funcionando sem autorização ou sem reconhecimento do Governo Federal, para opinar sóhac a conveniência de lhes ser concedida a inspeção legal ou de lhes ser proibido o funcionamento.

§ 1.º O Departamento Nacional de Educação remeterá ao Conselho Nacional de Educação os documentos que tem em seu poder e interessam ao exame previsto neste artigo.

§ 2.º Os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino de que trata este artigo poderão apresentar ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de quinze dias contados da data da publicação deste decreto, as informações complementares que julguem oportunas.

Art. 2.º De acordo com a conclusão do parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, será baixado decreto de reconhecimento ou de proibição de funcionamento.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — GETÚLIO VARGAS. — *Gustavo Capanema*. (Publicado no *Diário Oficial* de 25-9-944).

CIRCULAR N.º 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 1944, DA DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Sr. Inspetor:

Recomendo à vossa atenção os seguintes assuntos:

1) É dever do inspetor confrontar mensalmente os programas das diversas disciplinas, a fim de verificar a sua

progressiva e satisfatória execução, com a matéria lecionada, cujo lançamento nas cadernetas ou pautas de aula deve ser objeto de especial cuidado por parte dos professores.

2) Reitero as recomendações constantes de várias circulares anteriores no sentido de ser definitivamente abolido o sistema de aulas ou cursos ditados, método inadmissível por seus graves inconvenientes de ordem pedagógica.

3) O período das provas parciais, conforme tem sido esclarecido diversas vezes, não deve perturbar o ritmo normal da vida escolar, sendo responsabilizado o inspetor que permitir ou ignorar a suspensão de aulas naquele período.

4) O uso de dicionário só é permitido para as provas de latim do 2.º ciclo, sendo vedado para as demais provas de línguas.

5) Não devem constar dos boletins enviados a esta Divisão as notas de Canto Orfeônico, que não influem no Cômputo geral da média.

6) Tendo em vista as recentes portarias ministeriais n.º 384 e 385, ambas de 16, de agosto último, deverão ser suprimidos do 1.º relatório os boletins modelos 4.244-19-F, 19-1, 21 e 22, que serão substituídos, respectivamente, pelos modelos 4.24416 e 19-C, adaptado este último também para a 3.ª série do segundo ciclo.

7) Conforme esclarecem as mesmas portarias ministeriais, os certificados de licença ginásial clássica ou científica serão expedidos nos modelos 4.244-3, 4 e 5, adaptados quanto às provas não realizadas.

Atenciosas saudações. — *Lúcia Magalhães*, Diretora. (Publicada no *Diário Oficial* de 27-9-44).

#### PORTARIA N.º 899, DO PRESIDENTE DO DASP

O presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público resolve aprovar as Instruções destinadas a regular o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Técnico de Educação do Ministério da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, IS de agosto de 1944.  
— *Luis Simões Lopes*.

#### INSTRUÇÕES PARA O CONCURSO DE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO

No concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Técnico de Educação, do Q.P. do Ministério da Educação e Saúde, serão observadas as seguintes condições:

1. *Nacionalidade* — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado na forma da lei.

2. *Sexo* — Poderão inscrever-se candidatos de ambos os sexos.

3. *Idade* — Mínima: 18 anos completos; máxima: 44 anos completos.

4. *Serviço militar* — Ao candidato do sexo masculino será exigida, no ato da inscrição, prova de quitação com o serviço militar.

5. *Provas* — As provas do concurso serão de seleção e de habilitação. Haverá, ainda, com caráter facultativo, uma prova de títulos.

6. *Provas de seleção* — As provas de seleção serão as seguintes:

a) *prova de sanidade e capacidade física*, que terá por fim verificar que o candidato não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra-indicação para o exercício do cargo, por anomalia morfológica ou funcional;

b) *prova escrita de fundamentos de educação*, constante de resolução de questões objetivas sobre os assuntos do programa anexo, podendo assumir a forma de problemas e exigir justificação das respostas. Haverá nessa prova uma questão técnica que envolva problema de administração ou organização escolar e cuja solução comprove a capacidade técnica e inteligência do candidato. O julgamento desta prova será feito em escala centesimal, considerando-se habilitado o candidato que obtiver, no mínimo, sessenta pontos ;

c) *prova escrita especializada*, constante de:

1. Questões objetivas sobre assuntos do programa da especialização escolhida pelo candidato, no ato da inscrição ;

2. Questão técnica cuja solução comprove que o candidato, possui, além de capacidade de redação, experiência e preparo especializado para as funções de técnico de educação. A questão será formulada com assunto ou assuntos compreendidos no programa da especialização escolhida pelo candidato. Assim, essa questão poderá, por exemplo, envolver informação em processo; projeto de *edital, circulares, instruções e portarias*; exame e crítica de trechos de relatórios de inspeção; organização ou análise de uma prova; interpretação de texto legal, portaria ou circular, para aplicação a casos que possam ocorrer, interpretação estatística, etc.

O julgamento desta prova será em escala centesimal, assim distribuídos os pontos:

- questões objetivas, até .. 60 pontos
- questão técnica, até .... 40 pontos

O mínimo para habilitação, nesta prova, será o de sessenta pontos.

As seções e programas respectivos, dentro dos quais o candidato fará a opção, no ato da inscrição, constam do anexo às presentes instruções.

7. *Prova escrita de habilitação* — Esta prova constará de:

a) questões e problemas de estatística educacional, valendo até 50 pontos;

b) questões sobre interpretação de resultados, dentro da especialização escolhida. O candidato, à vista dos elementos fornecidos, deverá redigir um resumo do assunto, de acordo com as instruções dadas, e, ainda, procurar uma interpretação, justificando-a devidamente. Este item valerá até 50 pontos.

8. *Prova facultativa de títulos* — O candidato que desejar poderá, no ato da inscrição, declarar que pretende submeter-se à prova facultativa de títulos:

*Títulos:* Para efeito de julgamento dos títulos apresentados pelos candidatos, far-se-á a seguinte classificação:

*Grupo A : Títulos fundamentais (Diplomas que comprovem a realização de cursos de pedagogia) :*

1. Diploma de bacharel ou de licenciado em Pedagogia ou Educação.
2. Diploma de habilitação para o exercício do magistério, expedido por escolas oficiais ou oficialmente reconhecidas do país, ou por instituições estrangeiras de educação, cuja idoneidade a Banca Examinadora apreciará.

Aos títulos compreendidos neste grupo poderão ser atribuídos, no máximo, 40 pontos.

*Grupo B: (relativo a atividades docentes e exercício de cargo de administração da educação ou orientação técnica em assuntos diretamente relacionados com a educação).*

1. Título de nomeação, designação ou termos de contrato para o exercício do magistério oficial.

2. Prova de habilitação era concurso para cargos de magistério oficial.

3. Prova de atividade docente em instituições oficiais de educação.

4. Títulos de nomeação ou termos de contrato conseqüentes à habilitação em concurso ou prova de habilitação para cargos ou funções de administração da educação ou para cargos ou funções que envolvam responsabilidades técnicas em assuntos que importem conhecimento das matérias fundamentais da educação, tais como:

a) direção de escolas e cursos oficiais ;

b) direção geral de serviços técnicos oficiais referentes à educação e a assuntos afins à chefia de seções desses serviços;

c) assistência técnica em serviços oficiais de educação ou em trabalhos afins;

d) aprovação em concursos ou em provas de habilitação para funções que envolvam exigências de conhecimentos comuns aos reputados de interesse para o técnico de educação.

I — O candidato deverá apresentar documentação relativa ao desempenho que deu a essas funções, expressa, de preferência, em relatórios e publicações oficiais.

II — Na atribuição de notas a esses títulos a Banca deverá ter sempre em consideração a qualidade do trabalho realizado pelo candidato e o tempo de permanência nos cargos ou funções.

Aos títulos compreendidos neste grupo poderão ser atribuídos, no máximo, 30 pontos.

*Grupo C: Trabalhos publicados (não serão aceitos aqueles apenas dactilografados ou manuscritos).*

1. Trabalhos de divulgação de assuntos pedagógicos.

2. Obras didáticas.

3. Estudos originais sobre assuntos pedagógicos.

4. Pesquisas especiais concernentes a problemas biológicos, psicológicos e de sociologia e estatística educacional, administração e organização escolar.

I — A apreciação desses trabalhos deverá ter em conta o significado geral da contribuição do candidato aos problemas da educação, a exatidão e atualidade dos conceitos defendidos, e, principalmente, o valor prático da contribuição pessoal trazida aos assuntos tratados.

Quando o julgar necessário, a Banca Examinadora poderá convidar o candidato a prestar-lhe esclarecimentos relativos à documentação apresentada.

Aos títulos compreendidos neste grupo poderão ser atribuídos, no máximo, 30 pontos.

*Apresentação dos títulos* — Depois das provas de seleção, os candidatos habilitados e que declararam desejar submeter-se à prova de títulos serão convidados pela Banca Examinadora para a apresentação, em local e hora previamente marcados, dos documentos que puderem ser considerados como tais, dentro dos grupos citados. A apresentação dos títulos deverá obedecer às seguintes normas:

a) o candidato deverá rubricar e numerar todas as folhas de que constar o título, salvo quando se tratar de livros ou publicações impressas, cujas páginas já estejam numeradas ;

b) o candidato deverá organizar, em três vias, uma lista dactilografada de seus títulos, de acordo com a numeração de cada um, e da qual conste também um resumo do conteúdo do título. As três vias se destinarão: uma à Banca Examinadora, outra a ser juntada

ao processo de inscrição e a última a ser devolvida ao candidato com recibo da Banca Examinadora.

9. *Nota final* — A nota final do candidato será calculada observando os pesos abaixo:

a) *para o candidato que não thrr requerido prova facultativa de títulos:*

Prova de fundamentos ..... 2  
 Prova especializada ..... 3  
 Prova de habilitação ..... 2

b) *para o candidato que tiver re querido prova facultativa de títulos:*

Prova de fundamentos ..... 2  
 Prova especializada ..... 3  
 Prova de habilitação ..... 2  
 Títulos ..... 2

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver por uma das formas antes indicadas, nota igual ou superior a sessenta pontos. Em caso de empate, será observada a seguinte ordem de preferência para o desempate:

a) melhor resultado na prova especializada;

b) idem na de fundamentos;

c) idem, na de habilitação.

10. *Observações gerais* — a) a inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções, por parte do candidato, e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso, tais como aqui se acham estabelecidas; b) nas provas, os candidatos poderão, a juízo da Banca Examinadora, consultar legislação não comentada; c) a correção de linguagem será observada em todas as provas; d) o concurso será válido por dois anos, a partir da data de sua homologação ; e) os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da Divisão de Seleção.

D.S. do D.A.S.P., 15 de agosto de 1944. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

## ANEXOS

### 1. PROGRAMA DA PROVA ESCRITA DE FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO

1.i Educação, conceituação do termo. Análise das definições clássicas; educação como processo individual e como processo social; domínio de seu estudo. Meios e fins em educação.

2. Fundamentos biológicos da educação ; educação e hereditariedade; leis da herança; constituição e temperamento ; crescimento; maturidade; adaptação.

3. As fases de desenvolvimento do indivíduo humano; especial significação da infância e da adolescência. Variações qualitativas e quantitativas do comportamento na infância e na adolescência,

4. Fundamentos psicológicos da educação : o comportamento inato e comportamento adquirido ou aprendido.

5. O desenvolvimento mental e suas fases. Fatores ou condições de retardamento e de progresso no desenvolvimento. Regularidade e irregularidade no desenvolvimento. A medida do desenvolvimento.

6. Noções de psicologia da aprendizagem : conceito e caracterização da aprendizagem; causas e efeitos na aprendizagem: motivação, interesse, transferência de aprendizagem; estudo das chamadas "leis da aprendizagem".

7. Diferenças individuais: conceituação e caracterização. Importância e conseqüências na organização escolar. Medida das diferenças individuais: recursos empregados; testes psicológicos e suas bases.

8. Educação e ambiente social. Fundamentos sociológicos da educação. As grandes instituições sociais; interação social; sugestão e imitação.



9. Educação e processo cultural. Povo, idioma, religião. Os subsídios da filosofia da educação: os fins e os meios da educação.

10. Educação e a ordem econômica; suas relações. Importância da orientação pré-vocacional e profissional; importância do ensino profissional.

11. Educação e a formação nacional. Subsídios da história da educação: formação e desenvolvimento dos sistemas públicos de educação.

12. A educação pública no Brasil. Evolução geral na colônia, no Império e na República. A educação e a Constituição de 1937.

13. A administração dos serviços de educação. O Ministério de Educação e Saúde: organização e funções capitais. Serviços de educação em outros Ministérios. Os serviços de educação nos Estados, Territórios e Distrito Federal.

14. Problemas fundamentais da administração dos serviços da educação: educação escolar e extra-escolar; planejamento e direção; legislação escolar; inspeção e orientação técnica; estatística escolar.

15. Problemas fundamentais da organização escolar; unidades de organização; prédios e material escolar; condições higiênicas a que devem atender.

16. Professorado, sua formação e distribuição. Graduação dos cursos. Programas e horários. Instituições complementares da escola.

17. Problemas fundamentais de técnica do ensino: organização de classes; métodos e processos; psicologia da aprendizagem e renovação escolar; os modernos processos de verificação do rendimento do ensino.

18. A conceituação de "técnica" em educação. Seus fundamentos, seus limites. Técnica de ensino; técnica de

educação; técnica de administração dos serviços educacionais.

19. A organização técnica do ensino e a medida objetiva do trabalho escolar. Testes pedagógicos; suas bases e aplicações.

20. A técnica da educação e a pesquisa. Aplicação de método estatístico na medida da educação. Os instrumentos de medida; aferição dos resultados; valores representativos; normas; fide-dignidade, sensibilidade e validade.

## II. PROGRAMAS DA PROVA ESPECIALIZADA

(O candidato deverá escolher uma especialidade)

### o) *Ensino Primário e Normal*

1. Objetivos e funções do ensino primário. Problemas de administração e organização no Brasil.

2. Ensino primário no Brasil: situação atual. A ação do Governo Federal; a Divisão de Ensino Primário, sua organização e funções; o projeto de lei federal sobre o ensino primário. A primeira Conferência Nacional de Educação — seus resultados práticos. O Convênio de Ensino Primário.

3. Ensino Primário — sua evolução no Brasil. Fatores determinantes. Os primeiros tempos; a ação dos Jesuítas. A reforma de Pombal e suas conseqüências. A Constituinte de 1823. A lei de IS de outubro de 1827. O ato Adicional e sua significação. Os projetos de Paulino de Sousa e João Alfredo. Reforma Leôncio Carvalho. O ensino primário no Parecer Rui Barbosa. Benjamin Constant e a educação primária. O problema das escolas estrangeiras em 1917. A Conferência Interestadual de Ensino Primário e Estatística Escolar



(1922). Ação do M.E.S. depois de 1930.

4. Objetivos e funções do ensino normal. Análise da expressão "ensino normal". Vantagens da preparação do professorado primário em nível universitário. Cultura geral e profissional, na formação do professor. Discussão das principais experiências ensaiadas no Brasil.

5. A preparação do professorado primário no Brasil — evolução histórica. A preparação do professorado no Parecer Rui Barbosa. Os primeiros passos para as reformas: Afrânio Peixoto (1915) ; Sampaio Dória em São Paulo (1920) ; Francisco de Campos e a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte (1927). A reforma de 1928 no Distrito Federal; a reforma de 1931 em São Paulo; o "Código de Educação" de São Paulo, em 1933; a preparação em nível universitário, em 1932, no Distrito Federal: a "Escola de Professores" e "Escola de Educação". O atual plano de formação introduzido pela reforma Jonas Correia. Influência dessas reformas na atual preparação do professorado primário no Brasil.

6. A organização e administração atual do ensino primário e normal dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

7. A articulação do ensino primário com o ensino profissional e secundário.

8. A orientação e a inspeção escolar nos serviços de ensino primário e normal. Tipos de inspeção. Situação atual no Brasil.

9. Ensino primário e orientação pré-vocacional. Problemas práticos. Reforma Jonas Correia no Distrito Federal.

10. Disciplina escolar — seus fundamentos psicológicos. O problema da disciplina na Escola Primária. A questão dos prêmios e castigos.

11. A organização dos programas de ensino primário e normal, princípios gerais e técnicas aconselháveis. A questão dos "programas mínimos" e a tentativa de 1936, no Distrito Federal. Problemas práticos.

12. Noções gerais de psicologia da infância. O desenvolvimento mental da infância e suas fases. Conseqüências na educação pré-primária e elementar.

13. O problema das diferenças individuais na Escola Primária e suas conseqüências na organização escolar: seleção e classificação de alunos; organização de classes; classes homogêneas ; sistemas de promoção. Estudo dos planos Dalton, Winnetka, dos planos de cursos "paralelos" e de diferenciação de programas.

14. Medidas do rendimento escolar, na escola primária. Tipos de provas utilizáveis — fundamentos; adequação aos vários casos; requisitos a que devem atender; estudo crítico do valor das várias espécies de provas. Estudo do valor e adequabilidade das várias formas de testes. Requisitos estatísticos que devem ser considerados na organização das provas e no tratamento e interpretação dos resultados.

15. O problema da nacionalização do ensino primário — a ação do Governo Federal e dos Estados. O Convênio Nacional do ensino primário.

#### *b) Ensino Secundário*

1. Objetivos e funções do ensino secundário. Problemas de administração e organização. O problema de flexibilidade do currículo no nível secundário e análise das soluções brasileiras a partir de 1901.

2. Ensino secundário no Brasil. Situação atual — A ação do Governo Federal. A Divisão do Ensino Secunda-

rio — organização e funções — A administração do ensino secundário; âmbito federal, estadual e municipal.

3. Ensino secundário — sua evolução no Brasil — fatores determinantes. A ação dos Jesuítas. Os seminários. O Ato Adicional, sua significação. A criação do Colégio Pedro II. O parecer Rui Barbosa. As reformas de 1898, 1901, 1911, 1915, 1925, 1931 e 1942. A significação da reforma Campos (1931). A nova estrutura do curso secundário, segundo a lei orgânica de 1942.

4. A formação do professorado secundário no Brasil. Evolução histórica. O professor secundário no Parecer Rui Barbosa. A lei Campos como precursora da formação do professor secundário no Brasil. A formação do professorado na Universidade de São Paulo (1934). A experiência do Distrito Federal em 1935. A Faculdade Nacional de Filosofia — organização e funções.

5. Articulação do ensino secundário com os demais ramos e graus do ensino. Análise da solução preconizada pela "Lei Orgânica" do Ensino Secundário (1942).

6. A orientação e a inspeção nos serviços de ensino secundário. Tipos de orientação e inspeção. A inspeção proposta pela lei Campos e a situação atual no país.

7. Organização dos estabelecimentos de ensino secundário; princípios gerais. As exigências legais e regulamentares.

8. Critérios gerais para avaliação da organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário; documentação; fichas ; questionários; relatórios; questões práticas.

9. A "orientação educacional" no ensino secundário; princípios, técnicas e

aplicações. O problema da orientação profissional no ensino secundário em face das condições psicológicas do adolescente.

10. O problema da disciplina na escola secundária. O problema da disciplina e os problemas de desajustamento na adolescência.

11. Os programas de ensino secundário — sua organização; princípios gerais e técnicas aconselháveis.

12. Noções gerais de psicologia da adolescência. Caracterização do adolescente. Períodos típicos de desenvolvimento e sua caracterização. O desenvolvimento mental e emocional do adolescente. A integração social do adolescente.

13. O problema das diferenças individuais na Escola Secundária e suas conseqüências na organização escolar. A flexibilidade dos currículos e as diferenças individuais. Seleção e classificação de alunos; organização de classes e sistemas de promoção.

14. Verificação do rendimento do ensino na escola secundária. Tipos de provas utilizáveis — fundamentos e adequação aos vários casos — Requisitos a que devem atender. Estudo crítico do valor das várias espécies de provas e do valor e adequabilidade dos tipos das várias formas de testes. Requisitos estatísticos que devem ser considerados na organização das provas e no tratamento e interpretação dos resultados.

15. Interpretação e aplicação a casos concretos da "Lei Orgânica" do ensino secundário.

### c) *Ensino Técnico-Profissional*

1. Objetivos e funções do ensino técnico-profissional. Sua importância para o Brasil. O problema da preparação dos "quadros médios" da produção

e o da formação das "elites" "técnicas". Papel do Estado no ensino técnico-profissional. A iniciativa pública e privada no ensino industrial e comercial.

2. Educação geral e formação profissional. Formação prática e formação teórica. "Formação de emergência". A articulação do ensino profissional com os outros graus e ramos do ensino.

8. Ensino técnico-profissional no Brasil — situação atual. A ação do Governo Federal. A organização do ensino comercial, a nova organização do ensino industrial. A Divisão de Ensino Industrial e a de Ensino Comercial, do M.E.S.: organização e funções. A ação dos Governos Estaduais e do Distrito Federal. O S.E.N.A.I.: organização e funções. A iniciativa privada na formação técnico-profissional de trabalhadores.

4. Ensino técnico-profissional — sua evolução no Brasil. Fatores determinantes — mentalidade agrícola e industrial. Os primeiros passos — as "aulas de comércio". A criação dos Liceus de Artes e Ofícios e institutos similares. A reforma Leôncio Carvalho. O Parecer Rui Barbosa. A ação do Governo Federal: Escolas de Aprendizes Artífices (1909), sua evolução; a reforma de 1918 e a Comissão Simões Lopes (1921). A Lei "Fidelis Reis" (1927). O Plano de Escolas Técnicas da Prefeitura do D. F. 1932-1944. A ação do Ministério da Educação depois de 1930.

5. Problemas de administração e organização do ensino técnico-profissional no Brasil. A administração e organização dos estabelecimentos de ensino nos diferentes ramos — âmbito federal, estadual e municipal. A ação dos órgãos próprios do M.E.S.

6. A preparação do professorado para o ensino técnico-profissional — evolução histórica no Brasil. O professorado no Parecer Rui Barbosa. A antiga Escola Normal de Artes e Ofícios "Venceslau Brás". Critérios recomendáveis na formação e no recrutamento do professorado técnico-profissional. A situação atual no Brasil.

7. A orientação e a inspeção escolar nos serviços de ensino técnico-profissional; tipos de inspeção; situação atual no Brasil.

8. Organização dos estabelecimentos de ensino técnico-profissional — instalações; construção e instalação de oficinas; fundamentos.

9. Ensino técnico-profissional e orientação pré-vocacional e profissional. Fundamentos técnicos e sociais da orientação. Mercado de Trabalho. A colocação dos egressos. Formação profissional e "chomage". Situação atual no Brasil.

10. Disciplina escolar — seus fundamentos psicológicos. O problema da disciplina nos estabelecimentos de ensino técnico-profissional.

11. A organização dos programas de ensino técnico-profissional — princípios gerais e técnicas aconselháveis; parte cultural e parte especializada. Organização de séries metodológicas. Fundamentos e questões práticas.

12. O problema das diferenças individuais no ensino técnico-profissional. Conseqüências do problema das diferenças individuais na organização escolar — seleção de alunos; classificação; organização de classes; sistemas de promoção. Questões práticas.

13. A medida do rendimento escolar, no ensino técnico-profissional. Tipos de provas utilizáveis — fundamentos; adequação aos vários casos; requi-

sitos a que devem atender; estudo crítico do valor das várias espécies de provas e das diversas formas de testes. Requisitos estatísticos que devem ser considerados na organização das provas e no tratamento e interpretação dos resultados.

14. Legislação do ensino comercial. A lei orgânica industrial. Regulamentos e portarias expedidos pelo M.E.S. sobre ensino técnico-profissional.

#### *d) Ensino Superior*

1. Objetivos e funções do ensino superior. Problemas de administração e organização. O papel do ensino superior na formação das elites intelectuais do país.

2. Ensino superior no Brasil — situação atual; a ação do Governo Federal; a Divisão de Ensino Superior — organização e funções. A administração do ensino superior: âmbito federal e estadual; a iniciativa privada.

3. Ensino superior — evolução histórica no Brasil. A ação dos Jesuítas em São Paulo, Bahia e Pernambuco. A situação no período colonial, no Império e na República.

4. O professorado para o ensino superior. Discussão geral do assunto. Critérios atuais de seleção do professorado para o ensino superior; análise desses critérios. Legislação.

5. A articulação do ensino superior com os demais ramos e graus de ensino, especialmente com o secundária. Análise das condições já ensaiadas no Brasil. Legislação e questões práticas.

6. A organização e funcionamento de estabelecimento de ensino superior. Normas adotadas e sua análise. Legislação e questões práticas. Inspeção preliminar e permanente.

7. A organização de Universidades. Evolução histórica no Brasil e no estrangeiro. Situação atual no Brasil. Legislação.

8. A inspeção do ensino superior; condições para autorização e reconhecimento dos estabelecimentos mantidos por entidades particulares; legislação; questões práticas.

9. Critérios gerais para a avaliação da organização e do funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior; escrituração; relatórios; atos e decisões dos órgãos de administração própria de cada estabelecimento. Legislação; questões práticas.

10. Seleção de alunos; matrículas e transferência nos estabelecimentos de ensino superior; legislação; questões práticas.

#### *e) Educação Física*

1. Objetivos e funções da Educação Física em cada um dos graus e ramos do ensino. Educação física elementar, secundária e superior. Educação física feminina, suas particularidades.

2. Fundamentos científicos na Educação Física. Problemas de ordem biológica, sociológica e psicológica.

3. Organização geral da Educação Física no Brasil; a Divisão de Educação Física do M.E.S. — sua organização e funções; a ação do Ministério da Educação.

4. Evolução da educação física no Brasil — fatores determinantes. Parecer Rui Barbosa, 1882; projeto de Jorge de Moraes, 1905; reforma Fernando de Azevedo, 1928; Curso Provisório de Educação Física, 1929; reforma Francisco Campos, 1931. Situação atual da Educação Física nos estabelecimentos secundários, em face do programa da Divisão de Educação Física do M.E.S.

5. A educação física nos estabelecimentos de ensino primário, industrial, normal, secundário e nas escolas especializadas ; suas finalidades e fundamentos técnicos.

6. A Escola Nacional de Educação Física; sua organização e cursos. Requisitos para instalação de escolas de Educação Física. Autorização para funcionamento e reconhecimento.

7. Bases de metodologia de treinamento desportivo.

8. O problema das diferenças individuais na Educação Física. Conseqüência do problema das diferenças individuais na organização escolar; seleção de alunos; classificação e organização de grupos; sistemas de promoção; questões práticas.

9. Adaptação dos exercícios físicos ao sexo, idade, atividade ou profissão e condições ambientes.

10. A orientação e a fiscalização escolar nos serviços de Educação Física. Situação atual no Brasil.

11. Legislação federal sobre a Educação Física e os desportos. Legislação em vigor e sua interpretação. Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino quanto à Educação Física. Verificação prévia e reconhecimento.

12. O problema da disciplina com relação à Educação Física.

13. Organização de fichas biométricas para estabelecimentos de ensino e instituições desportivas. Aparelhamento necessário à montagem dos gabinetes.

14. Efeitos do exercício sobre o organismo; ação sobre os músculos, a respiração, a circulação e o sistema nervoso. Fadiga. Estudo geral. Estafa.

15. A formação do professorado para Educação Física — Histórico de sua preparação no Brasil. Os primeiros en-

saio. A Escola de Educação Física do Exército. A Escola Nacional de Educação Física. Critério recomendável na formação e recrutamento do professorado para Educação Física. Situação atual no Brasil.

16. Recreação e jogos — organização de parques infantis e colônias de férias. Estádios, ginásios e piscinas. Exigências técnicas para construção.

17. A organização dos programas de Educação Física. Princípios gerais e técnicas aconselháveis. Os programas e a organização de grupos, fundamentos e questões práticas.

18. A Biotipologia — estudo geral e crítica. Classificação individual — doutrinas correntes. Análise dos índices antropométricos correntes.

#### *1) Documentação e Pesquisa em Educação*

1. Documentação — sua importância e processos gerais; documentação histórica, legal, estatística, administrativa, didática, social. Técnica geral de documentação, manuseio e conservação; prontuários e índices.

2. As bibliotecas e museus como fontes de documentação. Organização de bibliotecas e museus; questões práticas.

3. Pesquisa em educação — sua importância; principais tipos de pesquisa — caracterização; fundamentos ; marcha geral de cada tipo; limites. Principais causas de falhas nas pesquisas — meios de verificá-las, evitá-las e atenuá-las.

4. A' pesquisa de ordem histórica: técnica geral e recursos. Fontes de pesquisa, estudo da validade e exatidão dos dados.

5. A pesquisa de ordem social: técnica geral e meios práticos; censos; inquéritos; o "Survey". Cadastros.

6. A pesquisa de ordem didática; técnicas gerais. Estudo sobre a eficiência dos métodos de ensino; questões práticas.

7. Os dados numéricos nas pesquisas. Aproximações. Representatividade das amostras.

8. O método estatístico como instrumento de análise nas pesquisas da educação; tabulação, séries, índices, gráficos e curvas. Estudo das medidas da tendência central. Significado; atributos; cálculo dessas medidas, sua utilização nas várias situações. Medidas de variabilidade. Amplitudes. Desvios. Coeficiente de variação. Medidas de assimetria. Caracterização, apreciação do valor e cálculo dessas medidas. Emprego nas várias situações. Estudo particular do emprego do DP. como unidade de medida. Questões práticas.

9. O método estatístico como instrumento de análise nas pesquisas em educação: estudo geral do problema de associação. Correlação linear e curvilínea. Coeficiente de correlação — cálculo e emprego; medidas de interpretação de  $r$ , segundo a utilização que deverá ter. Razão de correlação, cálculo e emprego; significação do valor  $eta$  ( $\eta$ ). Regressão e predição. Questões práticas.

10. Estudo da curva normal e suas aplicações na pesquisa em educação. Teoria da probabilidade. Estudo da significância dos resultados. Cálculo e emprego do erro padrão e do erro provável das medidas de concentração, de variabilidade e correlação, apreciadas em si mesmas, ou em comparação com outras do mesmo tipo.

11. Formas de apresentação da pesquisa; redação de relatórios e de conclusões. Questões práticas.

13. Os centros de documentação e pesquisa da educação no país. O Ser-

viço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde; o Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde; o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sua organização e funções.

#### *g) Orientação e Seleção Profissional*

1. Orientação pré-vocacional e profissional: conceituação e importância; fundamentos científicos. Histórico. A orientação profissional no Brasil.

2. Orientação profissional — métodos e processos; análise e crítica dos processos empíricos e científicos.

3. Seleção profissional, sua conceituação e importância; fundamentos técnicos e sociais. Histórico. A seleção profissional no Brasil. Os trabalhos do I.N.E.P. e do D.A.S.P.

4. Seleção profissional — métodos e processos; análise e crítica dos processos empíricos e científicos.

5. Análise da profissão e Sua importância na O.P. e S.P. Técnicas gerais de análise; estudo dessas técnicas. Classificação das profissões. Crítica das classificações,

6. Diferenças individuais — histórico; estudo do problema e sua importância na O. P. e S. P.

7. Mercado de Trabalho e Orientação e Seleção Profissional. A formação profissional e sua importância na O.P. e S.P.

8. O desenvolvimento mental: conceituação e medida. A noção de idade mental. Histórico da medida. Relações do problema com a O.P. e S.P. .

9. Inteligência — conceituação e medida. — Provas de inteligência. O Q.I. — conceituação e discussão. Organização e emprego das provas de in-

teligência na O.P. e S.P. Requisitos estatísticos das provas.

10. Aptidão — conceituação e medida. Provas de aptidão: caracteres gerais e técnicos de organização. Emprego das provas de aptidão na O.P. e S.P. Possibilidades e limites das provas de aptidão. Requisitos estatísticos das provas.

11. O problema da personalidade e sua importância na O.P. e S.P. Recursos de investigação — fundamentos e possibilidades de emprego na O.P. e S.P.

12. A verificação dos conhecimentos na O.P. e S.P. Tipos de provas utilizadas e seus caracteres gerais. Técnicas de organização de provas de conhecimentos; requisitos estatísticos. Formas de apresentação das questões; apreciação crítica e emprego de cada uma. Uso das provas na O.P. e S.P.

13. A colocação e o seguimento dos orientados. Colocação ou enquadramento e estágio probatório.

m. PROGRAMA DA PROVA DE HABILITAÇÃO  
: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

1. Estatística aplicada à educação. Limites e possibilidades dessa aplicação. A medida em educação.

2. Tabulação e representação tabular. Séries, índices, gráficos e curvas. Problemas.

3. Medidas de tendência central. Cálculo e emprego. Problemas.

4. Variabilidade. Medidas de variabilidade. Cálculo e emprego. Problemas.

5. Medidas de variabilidade: estudo particular do desvio padrão como unidade de medida. Problemas.

6. Associação. Problemas.

7. Correlação. Estudo do coeficiente de correlação. Problemas.

8. Representatividade e significância dos resultados. Comparação de resultados. Problemas.

## ATOS DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO N.º 9, de 22/8/944 da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.

*Orgânica no Centro de Pesquisas Educacionais o setor de Orientação Educacional.*

O Secretário Geral de Educação e Cultura, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Prefeito e tendo em vista que é necessário integrar os estabelecimentos de ensino primário, secundário, normal, industrial e técnico da Prefeitura do Distrito Federal, nos dispositi-

vos legais relativos à Orientação Educacional e Pré-Vocacional, resolve:

1 — Organizar no Centro de Pesquisas Educacionais um setor de Orientação Educacional com os seguintes objetivos iniciais:

o) Estudar e planejar, em colaboração com o Departamento de Educação Primária, Departamento de Educação Técnico-Profissional, Departamento de Educação Nacionalista e Instituto de Educação, as diretrizes que deverão presidir à organização da Orientação Educacional e Pré-Vocacional nos estabelecimentos de ensino primário, secundário,



normal, industrial e técnico da Prefeitura;

b) Realizar em articulação com o Departamento de Educação Primária, Instituto Técnico Profissional e Instituto de Educação, cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização em Orientação Educacional e Pré-Vocacional, para o magistério primário, secundário, normal, industrial e técnico da Prefeitura;

c) Auxiliar o Departamento de Educação Primária, Departamento de Educação Técnico-Profissional, Departamento de Educação Nacionalista e Instituto de Educação, na realização dos trabalhos relativos à Orientação Educacional e Pré-Vocacional, nas respectivas escolas e Parques Infantis, prestando aos mesmos a assistência necessária para a solução das dificuldades de natureza técnica que surgirem e interferência em situações em que haja mister adaptação social.

2 — Para que sejam alcançados esses objetivos, o Setor de Orientação Educacional deverá, em colaboração com o Departamento de Educação Primária, Departamento de Educação Técnico Profissional, Departamento de Educação Nacionalista e Instituto de Educação:

a) estudar as tendências, aptidões, interesses e 'ideais dos alunos das escolas

primárias, secundárias, normais, técnicas e Parques Infantis da Prefeitura.

b) encaminhar os alunos para estudos e atividades, escolares e post-escolares, mais adequados à sua vocação e em circunstâncias especiais, conhecer as condições ambientais dos lares destas crianças.

c) estudar os casos de desajustamento pedagógico e social das crianças e adolescentes ;

d) cooperar com os professores, não só na boa execução dos trabalhos escolares, senão também no emprego conveniente das horas de lazer, por parte dos alunos;

e) fazer estudos, artigos, traduções e adaptações da literatura sobre orientação educacional, a fim de dar a necessária divulgação da matéria.

3 — Enquanto não for criado o Serviço de Orientação Educacional, o setor ficará sob a direção de um funcionário especializado, para tal fim designado pelo Secretário Geral de Educação e Cultura, por proposta do Diretor do Centro de Pesquisas Educacionais.

Distrito Federal, 22 de agosto de 1944  
— *Jonas Correia*. Secretário Geral de Educação e Cultura. (Publicado no *D. O.* de 23-8-944).